

convergencia

JAN/FEV • 1997 • ANO XXXII Nº 299



convergência

- JESUS NA ENCRUZILHADA
- COMUNHÃO, SINAL DE FRATERNIDADE
SOLIDARIEDADE, SINAL DE COMUNHÃO
- OS INSTITUTOS RELIGIOSOS DE IRMÃOS À LUZ
DE VITA CONSECRATA
- O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

SUMÁRIO

EDITORIAL	1
Ir. Carmelita de Freitas, FJ	
PALAVRA DO PAPA	4
INFORME CRB	7
JESUS NA ENCRUZILHADA	20
Fr. Luiz Carlos Susin, OFM Cap	
COMUNHÃO, SINAL DE FRATERNIDADE SOLIDARIEDADE, SINAL DE COMUNHÃO	33
Ir. Lucia Weiler	
OS INSTITUTOS RELIGIOSOS DE IRMÃOS À LUZ DE VITA CONSECRATA	42
Ir. John Johnston, FSC	
O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA	48

NOSSA CAPA

A ilustração da capa da *Convergência* nos próximos anos chama a atenção para a participação e o envolvimento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) no projeto de evangelização "Rumo ao novo milênio". Trata-se de uma fotografia tomada do mural artístico confeccionado em pedras de variadas cores numa parede interna, junto à capela da sede da CRB Nacional. Inspirado no logotipo escolhido pela Comissão Central da Santa Sé para o Jubileu, presidida pelo Cardeal Roger Etchegarray, a partir de um concurso vencido pela estudante de arte italiana Emanuela Rocchi, o artista plástico José Antonio Abreu de Igarapé, MG, compôs o mosaico com grande expressão e beleza. Nele se destacam o globo terrestre, os cinco continentes representados pelas pombas, a cruz estilizada e as palavras: CRISTO, ONTEM, HOJE, SEMPRE, sinalizando o anúncio principal do projeto (Pe. João Roque Rohr, SJ).

ASSINATURA PARA 1997:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 50,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 5,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ • Pe. Jaldemir Vitorio, SJ

Frei Luiz Fernando Peixoto, OFM

Frei Prudente Nery, OFM Cap.

DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

Cinelandia • Tel.: (021) 240-7299

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

1997: UM ANO CRISTOLÓGICO

A Igreja no Brasil, em comunhão com as diferentes Igrejas particulares do mundo todo, começa este ano sua preparação imediata para o grande Jubileu do ano 2000, "que introduz a humanidade no Terceiro Milênio da Encarnação do Filho de Deus, Jesus Cristo". Segundo as orientações de João Paulo II na *Tertio Millennio Adveniente*, e dos Bispos do Brasil no Projeto *Rumo ao Novo Milênio*, o ano de 1997 será um ano cristológico: as atenções da comunidade eclesial deverão estar concentradas de maneira toda particular na pessoa de Jesus Cristo, "autor e consumidor da nossa fé", tendo como guia e inspiração o texto do evangelho de Marcos. Mas, como lembra acertadamente o documento da CNBB, "celebrar Cristo e seu jubileu não é simplesmente repetir a compreensão de Cristo que outros tiveram no passado ou expressar a fé em Cristo unicamente com as fórmulas de ontem... é preciso mostrar Cristo vivo hoje, abrindo-se a essa luz perene que ilumina uma realidade nova: a história que avança..." (RNM, 15-18).

Esse processo de aprofundamento da pessoa de Cristo, por outro lado, não pode ser apenas intelectual ou doutrinal. É preciso que seja, antes de tudo, profundamente experimental e vital, que atinja e envolva todas as dimensões da pessoa humana, dos cristãos e cristãs de hoje, comprometendo-os seriamente com Jesus e sua missão.

Nesse processo assim entendido, um aspecto fundamental, destacado de forma insistente tanto pelo Papa como pelos Bispos do Brasil, é o da **conversão**, entendida a palavra em seu sentido cristão mais

profundo. O tempo da Quaresma, que ora vivemos, é particularmente apto para iluminar o caminho evangélico da conversão, da mudança de atitudes e de mentalidade. Convoca a todos a rever posições e hábitos, a interrogar-se sobre a limpidez e coerência de seu compromisso cristão no mundo de hoje, como pessoas e como instituições.

Efetivamente, na Carta Apostólica sobre a preparação para o ano 2000, o Papa enfatiza a importância da conversão na vida cristã e alude a erros e pecados que dificultaram o anúncio do Evangelho ao longo deste segundo milênio de cristianismo que está para findar. Lembra que os cristãos, muitas vezes, "se afastaram do espírito de Cristo e do seu Evangelho" (TMA, 33); elenca as principais expressões históricas desse afastamento (divisões internas no cristianismo, múltiplas formas de intolerância na apresentação da proposta evangélica, indiferença religiosa e relativismo ético, violação de direitos humanos fundamentais, graves formas de injustiça e marginalização social) (TMA, 34-36); e afirma que "a Igreja não pode transpor o limiar do novo milênio sem impelir seus filhos a se purificarem pelo arrependimento de erros, infidelidades, incoerências, retardamentos. Reconhecer as falhas de ontem é ato de lealdade e coragem que ajuda a reforçar nossa fé, tornando-nos atentos e prontos para enfrentar as tentações e dificuldades de hoje" (TMA, 33).

Com a Igreja e como Igreja, a Vida Religiosa não pode esquivar-se a esse "exame de consciência" a que está convocada toda a comunidade eclesial, para renovar-

-se permanentemente e buscar de forma incessante a conversão (RNM, 25). Imbuída desse espírito e assumindo com profundo sentido eclesial as orientações do Papa e de seus Pastores, a Vida Religiosa no Brasil terá de se defrontar com interrogações incômodas, mas iniludíveis, que o seguimento de Jesus Cristo lhe apresenta hoje, na história conturbada do nosso povo. Da sua coragem e decisão para enfrentar esses desafios irá depender a coerência de sua resposta evangélica e a autenticidade de seu anúncio evangelizador. Seguir Jesus apaixonadamente nos caminhos e encruzilhadas da história, aderir à sua proposta e assumir sua causa conduzem inevitavelmente a uma conformidade de vida e destino com Ele, ou seja, a uma comunhão efetiva no seu ministério pascal que culmina na cruz e na ressurreição como expressões máximas do Amor. Sem esse despojamento efetivo do mistério pascal, sem essa corajosa determinação de ser fiel a Jesus, morto por nossos pecados e ressuscitado pelo poder de Deus, a Vida Religiosa não poderá pretender ser na Igreja aquilo que mais profundamente a caracteriza: caminho de seguimento afetivo e efetivo de Jesus, realização histórica da vocação cristã no que ela tem de mais genuíno e radical. Viver um ano cristológico, num processo de permanente *re-conversão* a Jesus e sua missão, é para a Vida Religiosa hoje dom e tarefa, graça e apelo do Espírito, que é preciso assumir com coragem e confiança.

No intuito de colaborar com seus leitores e leitoras nesse processo de aprofundamento no conhecimento e na experiência de Jesus Cristo, *Convergência* publicará ao longo deste ano estudos e reflexões cristológicas. No presente número, o excelente artigo de Fr. Luís Carlos Susin — “Jesus na encruzilhada. Reflexões sobre Jesus, desde a *Vita Consecrata* até o pluralismo religioso contemporâneo” — apresenta uma inspirada síntese da vida e da

missão de Jesus nas encruzilhadas e fronteiras do seu contexto histórico, e nas encruzilhadas de hoje. Partindo de uma leitura crítica do ícone de Jesus em *Vita Consecrata*, o autor nos conduz com sabedoria pelos meandros do caminho histórico de Jesus, até Jesus nas encruzilhadas do mundo. Para o autor, “as conseqüências da fé cristã e da experiência do ser discípulo de Jesus, como Pedro, Tiago e João no monte tentador e fascinante da transfiguração, ou na tremenda agonia de Jesus no jardim, ou ainda na manhã radiosa da ressurreição — em que a figura de Madalena revela melhor o quanto de sponsal tem o discípulo —” apontam hoje particularmente em duas direções: a globalização e a inculturação.

O artigo de Irmã Lúcia Weiler — “Comunhão sinal de fraternidade. Solidariedade sinal de comunhão” — constitui uma reflexão bíblico-teológica de grande riqueza de conteúdo e indiscutível atualidade, sobre o tema da comunhão, sempre prioritário na vida da Igreja e na Vida Religiosa. Seguindo “as pegadas da experiência bíblica”, a autora mostra, ao longo de seu texto, que a verdadeira comunhão passa pelo caminho da justiça e da partilha solidária, e tem de ser entendida “na dinâmica interativa de comunhão com o Deus da Vida e de solidariedade profética com o povo que clama porque sofre e é explorado em seus direitos e em sua dignidade humana”.

“Os Institutos Religiosos de Irmãos à luz de *Vita Consecrata*” é o tema do interessante artigo do Irmão John Johnston, Superior Geral dos Irmãos das Escolas Cristãs. Com a competência que lhe conferem sua experiência de Religioso Irmão e seu ministério de Superior Geral, Irmão John Johnston faz uma releitura do tema nos documentos pré-sinodais, na história da assembléia sinodal e no texto de *Vita Consecrata*, destacando os aspectos mais relevantes e concluindo que o documento pós-sinodal “pode ajudar os Religiosos Ir-

mãos a aprofundar, ou em alguns casos, a recuperar seu sentido de orientação, confiança, orgulho e entusiasmo”.

“O Neoliberalismo na América Latina” foi o tema estudado na recente Conferência dos Provinciais Jesuítas da América e Caribe, realizada em dezembro de 1996. *Convergência* publica a Carta dos Provinciais reunidos na referida Conferência e o Documento de Trabalho dela emanado. A riqueza de conteúdo desses textos e sua

extraordinária atualidade na missão evangelizadora da Vida Religiosa no Continente justificam sobejamente o amplo espaço que ocupam na nossa Revista. O neoliberalismo, com suas conseqüências nefastas para a vida do povo latino-americano, é o pano de fundo da reflexão e das propostas de ação. O texto apresenta um potencial profético transformador que poderá ajudar Religiosos e Religiosas a serem mais lúcidos e criativos na sua missão, dentro do contexto atual do neoliberalismo.

ESTE DIA COLOCA-SE NO PRIMEIRO ANO DO TRÍDUO PREPARATÓRIO PARA O GRANDE JUBILEU

1 O próximo Dia Mundial do Doente será celebrado a 11 de fevereiro de 1997 no Santuário de Nossa Senhora de Fátima, na nobre nação portuguesa. O lugar escolhido é particularmente significativo para mim. Para lá, com efeito, eu quis ir no aniversário do atentado à minha pessoa na Praça de São Pedro, para agradecer à divina Providência, sob cujo desígnio imperscrutável o evento dramático tinha coincidido misteriosamente com o aniversário da primeira aparição da Mãe de Jesus, dia 13 de maio de 1917, na Cova da Iria.

É-me grato, portanto, que em Fátima se realize a celebração oficial de um Dia como o do Doente, que me está particularmente a peito. Ele oferecerá assim a cada um a ocasião de se pôr de novo à escuta da mensagem da Virgem, cujo núcleo fundamental é "o apelo à conversão e à penitência, como no Evangelho. Este apelo foi pronunciado no início do vigésimo século e, portanto, foi dirigido particularmente a este século. A Senhora da mensagem parece ler, com uma especial perspicácia, os sinais dos tempos, os sinais do nosso tempo" (*Alocução em Fátima*, 13 de maio de 1982, em *Insegnamenti V/2* [1982], p. 1580).

Escutando a Virgem Santíssima, será possível redescobrir, de maneira viva e tocante, a sua missão no mistério de Cristo e da Igreja: missão que já se encontra

indicada no Evangelho, quando Maria solicita a Jesus que dê início aos milagres, dizendo aos servidores durante o banquete nupcial, em Caná da Galiléia: "Fazei o que Ele vos disser" (Jo 2,5). Em Fátima, Ela fez-se eco de uma precisa palavra pronunciada pelo Filho, no início da sua missão pública: "Completo-se o tempo (...) Arrependei-vos e acreditai na Boa Nova" (Mc 1,15). O insistente convite de Maria Santíssima à penitência não é senão a manifestação da sua solicitude materna para com os destinos da família humana, necessitada de conversão e de perdão.

2. Também de outras palavras do Filho Maria se fez porta-voz em Fátima. Em particular, ressoa na Cova da Iria o apelo de Cristo: "Vinde a Mim todos os que estais cansados e oprimidos, e aliviarei-vos" (Mt 11,28). As multidões de peregrinos que, de todas as partes do mundo, acorrem àquela terra bendita, não são talvez testemunho eloquente da necessidade de alívio e de conforto que inúmeras pessoas experimentam na própria vida?

São, sobretudo, os sofredores que se sentem atraídos pela perspectiva do "alívio", que o Médico divino é capaz de oferecer a quem se dirige a Ele com confiança. E este alívio é encontrado em Fátima: é às vezes alívio físico, quando na sua providência Deus concede a cura da doença; é com maior frequência alívio espiritual, quando a alma, permeada pela luz interior da graça, encontra

tra a força para aceitar o peso doloroso da enfermidade transformando-o, mediante a comunhão com Cristo, servo sofredor, em instrumento de redenção e de salvação para si e para os irmãos.

A via a seguir, neste caminho difícil, é-nos indicada pela voz materna de Maria que sempre, na história e na vida da Igreja, mas de modo particular no nosso tempo, continua a repetir as palavras: "Fazei o que Ele vos disser".

3. O Dia Mundial do Doente é, então, uma preciosa ocasião para escutar de novo e acolher a exortação da Mãe de Jesus, à qual, aos pés da Cruz, foi confiada a humanidade (cf. Jo 19,25-27). O Dia coloca-se no primeiro ano do "tríduo" preparatório para o Grande Jubileu do ano 2000: um ano inteiramente dedicado à reflexão sobre Cristo. Precisamente esta reflexão sobre a centralidade de Cristo "não pode ser separada do reconhecimento do papel desempenhado pela sua Santíssima Mãe (...) Na verdade, Maria aponta perenemente para o seu Filho divino e apresenta-se a todos os crentes como modelo de fé vivida" (Carta Apost. *Tertio millennio adveniente*, 43).

A exemplaridade de Maria encontra sua mais alta expressão no convite a olhar para o Crucificado, a fim de aprender d'Ele que, assumindo totalmente a condição humana, quis livremente assumir os nossos sofrimentos e oferecer-Se ao Pai como vítima inocente por nós homens e para a nossa salvação, "com grande clamor e lágrimas" (Hb 5,7). Ele remiu assim o sofrimento, transformando-o num dom de amor salvífico.

4. Caríssimos Irmãos e Irmãs, que sofreis no espírito e no corpo! Não cedais à tentação de considerar a dor como uma experiência apenas negativa, a ponto de duvidar da bondade de Deus. Em Cristo sofredor cada doente encontra o significa-

do dos próprios sofrimentos. O sofrimento e a doença pertencem à condição do homem, criatura frágil e limitada, marcada desde o nascimento pelo pecado original. Em Cristo morto e ressuscitado, contudo, a humanidade descobre uma nova dimensão do seu sofrer: em vez de um fracasso, ele revela-se como a ocasião para oferecer um testemunho de fé e de amor.

Caríssimos doentes, sabeis encontrar no amor "o sentido salvífico do vosso sofrimento e respostas válidas a todos os vossos interrogativos" (Carta Apost. *Salvifici doloris*, 31). A vossa missão é de valor altíssimo, tanto para a Igreja como para a sociedade. "Vós, que levais o fardo do sofrimento, encontrai-vos em primeiro lugar entre aqueles que Deus ama. Como para todos os que Ele encontrou ao longo das estradas da Palestina, Jesus dirigiu-vos um olhar repleto de ternura; o seu amor nunca vos faltará" (*Discurso aos doentes e aos deserdados*, Tours, 21 de setembro de 1996, 2, em *L'Osservatore Romano*, ed. port. de 28 de setembro de 1996, p. 7). Sabeis ser testemunhas generosas deste amor privilegiado, por meio do dom do vosso sofrer, que tanto contribuiu para a salvação do gênero humano.

Numa sociedade como a atual, que procura construir o próprio futuro no bem-estar e no consumismo e avalia tudo sobre a base da eficiência e do lucro, doença e sofrimento, não podendo ser negados, ou são removidos ou perdem seu significado na ilusão de uma sua superação unicamente através dos meios oferecidos pelo progresso da ciência e da técnica.

Sem dúvida, a doença e o sofrimento permanecem um limite e uma prova para a mente humana. À luz da Cruz de Cristo, contudo, eles tornam-se um momento privilegiado de crescimento na fé e um instrumento precioso para contribuir, em união com Jesus Redentor, para a atuação do projeto divino da salvação.

5. Na página evangélica relativa ao juízo final, quando “o Filho do Homem virá na glória com todos os seus anjos” (Mt 25,31), são indicados os critérios, com base nos quais será pronunciada a sentença. Como se sabe, eles resumem-se na solene afirmação conclusiva: “Em verdade vos digo: Sempre que fizestes isto a um destes Meus irmãos mais pequeninos, a Mim mesmo o fizestes” (Mt 25,40). Entre estes “irmãos mais pequeninos” estão os doentes (cf. Mt 25,36), com frequência sozinhos e marginalizados pela sociedade. Sensibilizar a opinião pública em relação a eles é uma das finalidades principais da celebração do Dia Mundial do Doente: estar próximo de quem sofre, a fim de que saiba fazer frutificar o próprio sofrimento, também por meio da ajuda daqueles que lhe estão ao lado, para curá-lo e assisti-lo, é este o empenho a que o Dia chama.

Seguindo o exemplo de Jesus, é preciso aproximar-se do homem que sofre, como “bons samaritanos”. É necessário aprender a “servir nos homens o Filho do Homem”, como dizia o Beato Luís Orione (cf. *Scritti* 57,104). É preciso saber ver, com olhos solidários, os sofrimentos dos próprios irmãos, não “passar adiante”, mas fazer-se “próximo”, detendo-se ao lado deles, com gestos de serviço e de amor destinados à saúde integral da pessoa humana. Uma sociedade qualifica-se pelo olhar que dirige aos que sofrem e pela atitude que adota em relação a eles.

Muitos seres humanos, no mundo em que vivemos, permanecem excluídos do amor da comunidade familiar e social. Ao aparecer em Fátima a três pobres pastores, para torná-los anunciadores da mensagem evangélica, a Virgem Santíssima renovou o seu *Magnificat* libertador fazen-

do-se voz “daqueles que não aceitam de modo passivo as circunstâncias adversas da vida pessoal e social nem são vítimas da ‘alienação’ — como hoje se diz —, mas antes proclamam com Ela que Deus é reivindicador dos humildes e, se for o caso, derruba os poderosos do trono” (*Homilia junto do Santuário de Zapopan, 30 de janeiro de 1979, 4, em Insegnamenti II/1 [1979], p. 295*).

6. Também nesta circunstância, portanto, renovo um forte apelo aos responsáveis pela administração pública, às organizações sanitárias internacionais e nacionais, aos agentes da saúde, às associações de voluntariado e a todos os homens de boa vontade, a fim de que se unam ao empenho da Igreja, a qual, aderindo ao ensinamento de Cristo, quer anunciar o Evangelho por meio do testemunho do serviço àqueles que sofrem.

A Virgem Santíssima, que em Fátima enxugou tantas lágrimas, ajude todos a transformar este Dia Mundial do Doente num momento qualificante de “nova evangelização”.

Com estes bons votos, enquanto invoco a proteção materna de Maria, Mãe do Senhor e nossa Mãe, sobre as iniciativas promovidas por ocasião deste Dia, de bom grado concedo minha afetuosa Bênção a vós, caríssimos doentes, aos vossos familiares, aos agentes da saúde, aos voluntários e a todos aqueles que estão ao vosso lado com espírito de solidariedade nos vossos sofrimentos.

Vaticano, 18 de outubro de 1996.

Joannes Paulus II

XXIX JUNTA DIRETIVA DA CLAR

TEGUCIGALPA, 18-23 DE NOVEMBRO DE 1996

Queridas Irmãs e Irmãos Religiosos da América Latina e do Caribe,

Ao concluir a XXIX Reunião da Junta Diretiva da CLAR queremos partilhar com vocês a experiência de comunhão e as reflexões destes dias em que estivemos reunidos na Casa de Encontros "Las Tres Rosas", a poucos quilômetros da cidade de Tegucigalpa (Honduras), onde as Irmãs do Santo Rosário nos atenderam com carinho e generosidade.

I. Nossa experiência de comunhão

Nesta reunião da Junta Diretiva participaram os cinco membros da Presidência da CLAR e dois assessores teológicos da mesma, um representante de cada uma das 25 Conferências Nacionais de Religiosos e Religiosas, dois representantes convidados da Conferência do Canadá (CRC), duas representantes da Conferência Religiosa dos Estados Unidos (LCWR) e outros dois da Conferência de Religiosos (CMSM) do mesmo país.

Dom Angel Garachana, Bispo de São Pedro Sula e membro do Departamento de Vida Consagrada do CELAM, acompanhou-nos durante três dias com muito carinho e fraternidade.

A Conferência de Religiosos de Honduras (CONFEREH) demonstrou, não só na preparação do evento, como também na acolhida e no desenvolvimento do mesmo, que a fraternidade e o espírito de serviço são capazes de superar as dificuldades

oriundas da escassez de pessoal e de recursos econômicos. Queremos expressar-lhe como Junta Diretiva, nossos sinceros agradecimentos pelo apoio que constantemente nos prestou.

Os trabalhos da Junta tiveram início dia 18 de novembro, pela manhã, após as saudações e boas-vindas, com a apresentação do relatório da Presidência e o informe econômico correspondente ao exercício deste ano. Os informes das Conferências Nacionais foram estudados em grupos por Regiões com posterior apresentação de uma síntese de constantes, tendências, aspectos originais de cada país e desafios para o futuro.

Solidarizamos-nos com os flagelados das inundações que atingiram o Norte de Honduras durante os primeiros dias de nossa reunião. Como gesto concreto realizamos uma coleta em dinheiro que lhes enviamos.

O encontro com as Religiosas e os Religiosos de Honduras foi muito enriquecedor. Teve início no Santuário da Virgem de Suyapa, padroeira do país, com a celebração eucarística presidida por Dom Oscar Rodriguez de Maradiaga, arcebispo de Tegucigalpa e Presidente do CELAM. Na homilia agradeceu o testemunho evangélico e o serviço à evangelização que presta a Vida Religiosa na América Latina e no Caribe. Após a missa, prolongamos a convivência no salão de festas das Irmãs do Instituto Verbum Dei, onde partilhamos uma breve informação sobre a CLAR e as Conferências Nacionais e assistimos a uma

brilhante demonstração de canto e dança hondurenhas, seguida de uma confraternização com jantar.

Para abordarmos o tema central do encontro, a *Opção preferencial pelos pobres*, relatamos por Regiões as respostas de cada Conferência nacional a três perguntas que antecipadamente haviam sido enviadas pelo secretário da CLAR. Posteriormente, Ir. Carmelita de Freitas e Frei Santiago Ramirez traçaram em duas colocações o horizonte teórico e assinalaram pistas para nossa reflexão.

No último dia, trocamos idéias sobre o tema da próxima Assembléia Geral da CLAR, a ter lugar em Lima, entre os dias 12 a 21 de junho de 1997. Sem fechar a questão, refletimos sobre as características e as tendências da mudança de época que estamos vivendo e os desafios que este fato coloca à Vida Religiosa. Falamos, também, dos critérios que devem guiar-nos na escolha da nova equipe da Presidência, que ocorrerá nesta Assembléia. Recolhemos alguns nomes para a formação da terna a ser apresentada pela Presidência à Assembléia em vista da eleição do Secretário Geral.

A convivência entre todos caracterizou-se pela fraternidade, comunicação sem entraves, colaboração e alegria de unir ideais e forças para animar a Vida Religiosa em nosso Continente. Igual tom tiveram as orações e celebrações eucarísticas diárias.

O encontro e a convivência com nossos Irmãos e Irmãs das Conferências dos Estados Unidos e do Canadá ampliaram os horizontes de nossa visão e nos alentaram para ver que, a partir de situações tão diferentes, caminhamos na mesma direção, enfrentamos problemas similares e comun-gamos na vivência e proclamação do Evangelho a partir da Opção pelos Pobres, como fez o primeiro evangelizador do Reino, Jesus.

Três realidades fundamentais nos desafiaram durante esses dias: os Religiosos e as Religiosas jovens, o projeto do resgate da memória histórica da mulher na vida religiosa feminina da América Latina e do Caribe, a Opção preferencial pelos pobres.

Os Religiosos e as Religiosas jovens estiveram muito presentes durante todos esses dias. Podemos dizer que são o centro de nossa preocupação e esperança. Constatamos o papel significativo que desempenham na nova conjuntura histórica. Desafiam-nos com suas expressões próprias convidando-nos a uma "re-criação" da Vida Religiosa, que resgate o melhor de nossa tradição latino-americana e caribenha, abrindo-se a novas formas.

Por essa razão, sentimo-nos convocados a empreender juntos a refundação da Vida Religiosa como um projeto de Irmãos e Irmãs comprometidos com os pobres e com uma forte experiência de Deus.

Foi motivo de muita alegria dar início, nesta Junta, à aplicação do **Projeto de Recuperação da Memória Histórica da Mulher na Vida Religiosa Feminina da América Latina e do Caribe**. Trata-se de um projeto que dinamiza o caminho da Vida Religiosa feminina; é fonte de animação e de reencontro com o melhor da identidade, da espiritualidade e da missão da Vida Religiosa feminina e incide, pela mesma razão, na Vida Religiosa masculina. É um projeto impregnado de esperança para a refundação de toda a Vida Religiosa. Desejamos que seja acolhido e levado com entusiasmo por todas as Conferências nacionais.

Urgidos pelas novas e agravadas formas de pobreza e exclusão que requerem uma resposta diferente, arriscada e profética, retomamos decididamente a **Opção preferencial pelos pobres**. Reconhecemos que esta opção tornou-se mais difícil, motivo de perplexidade para alguns porque

provoca inclusive uma nova experiência de martírio no meio do povo. Por tudo isso, reassumimos firmemente o compromisso com os pobres conduzidos pelo Espírito e cheios de esperança em Jesus, o servo resuscitado, nosso caminho e paradigma.

Em seguida, oferecemos o fruto de nossa reflexão.

II. A Opção preferencial pelos pobres

1. Visão da realidade

A exclusão social é o “fato maior” que interpela a consciência política e ética da humanidade. Entre outros motivos, essa exclusão social é causada pelo aumento sem precedentes da pobreza no mundo e pela desarticulação das maiorias pobres, excluídas dos benefícios do mercado, impedidas de fazer-se presentes no cenário sociopolítico, alijadas do mundo do trabalho e da economia formal, marginalizadas da convivência social e, muitas vezes, submersas na miséria.

A Opção preferencial pelos pobres não é uma “opção opcional” para cristãos e cristãs. Tem profundas razões bíblicas e configura toda a prática de Jesus histórico (cf. Lc 4,18-19). Adquire, assim, caráter de normatividade para seus seguidores e suas seguidoras de todos os tempos.

O atual contexto mundial, caracterizado pela hegemonia neoliberal, pelo fenômeno da globalização, pela economia de mercado, pela mudança epocal, desafia a prática da opção pelos pobres, assim como se vinha entendendo e vivendo na América Latina e no Caribe, e exige a busca de novos paradigmas.

Refletindo sobre tudo isso, a partir dos relatórios e dos subsídios das Conferências Nacionais da América Latina e do Caribe, do subsídio elaborado pela CLAR e da iluminação teológica, chegamos a

algumas conclusões, em forma de princípios, estratégias e linhas de ação.

2. Princípios

1. A Opção preferencial pelos pobres, com suas raízes bíblicas no Servo de Javé e no Evangelho, se encaixa na grande tradição das primeiras comunidades cristãs e é hoje um elemento constitutivo iniludível da tradição Medellín-Puebla-Santo Domingo da Igreja latino-americana e do Caribe.

2. É preciso continuar animando e dinamizando o compromisso da Opção preferencial pelos pobres, a partir de Jesus e de sua práxis, com novas abordagens que respondam às novas situações históricas.

3. É imperativo para a Igreja e a Vida Religiosa no Continente optar pelo lugar social dos excluídos, quer assumindo sua causa, quer denunciando as estruturas geradoras de tal situação.

4. A Opção preferencial pelos pobres e excluídos carrega em si uma graça de conversão que nos leva ao reconhecimento de nosso grande pecado e de nossas incoerências, conduzindo-nos a um processo de recriação da Vida Religiosa e de sua dimensão profética.

3. Estratégias

1. Inserir-nos nas novas realidades de pobreza, acompanhando o povo com abordagens novas, conscientizadoras, corporativas; com uma assistência que promova a organização dos pobres e sua resistência.

2. Buscar respostas adequadas às novas necessidades dos pobres, insistindo na justiça, na solidariedade, na misericórdia, na democracia e no desenvolvimento equitativo, criando e fortalecendo redes de solidariedade e participando ativamente nos processos de organização e gestão da sociedade civil.

3. Ter informação científica sobre o neoliberalismo e o pensamento “ético”

dominante nos países pobres, desenvolvendo uma consciência crítica que leva a uma atitude profética diante dos mesmos.

4. Priorizar a ação conjunta com grupos, movimentos de leigos, organizações, entidades, Igrejas, que se empenham por alternativas à grave situação social gerada pelo sistema. Somente conjugando forças é possível enfrentar os desafios do momento histórico.

5. Valorizar de modo especial as religiosas e os religiosos jovens com toda riqueza e responsabilidade que têm, tanto para o presente como para o futuro da Vida Religiosa e da Igreja: seu universo simbólico, seu potencial, sua nova percepção da realidade e do mundo. Abrir espaços a fim de que sejam sujeitos da própria formação e participem direta e corresponsavelmente de todas as dimensões da vida e missão da Vida Religiosa e possam optar lúcida e livremente pelos pobres e excluídos.

6. Procurar que todos os projetos da Nova Evangelização rumo ao Terceiro Milênio sejam estruturados a partir da ótica dos excluídos, levando em conta o paradigma do Servo de Javé.

7. Reconverter nossas Instituições para tornar real a centralidade dos pobres na missão e a opção preferencial por eles.

4. Linhas de ação

1. Impulsionar a formação a partir da opção pelos pobres mediante a proximidade, o testemunho, o compromisso e a fidelidade aos carismas fundacionais.

2. Criar e/ou animar equipes de reflexão teológico-pastoral, em cada Conferên-

cia, que animem o compromisso da opção pelos pobres.

3. Fortalecer e impulsionar reflexões, trabalhos, gestos proféticos em defesa da vida, da justiça, da paz, das minorias indígenas e afro-americanas, da ecologia e da ética social. Presença na opinião pública, nos MCS e nos espaços onde está em jogo a vida dos pobres.

4. Acompanhar a mulher pobre na tomada de consciência e na defesa de seus direitos, em suas organizações e projetos como sujeito e construtora de uma Igreja e de uma sociedade justa e humana.

5. Prestar especial atenção às comunidades inseridas nos meios populares: apoio, gestos de solidariedade, subsídios que lhes ajudem a manter a esperança e a encontrar novos paradigmas e formas de inserção nas novas pobreza.

6. Impulsionar a espiritualidade inculturada a partir dos pobres, com fortes raízes bíblicas e com permanente referência à experiência de Deus vivida por Jesus e à sua práxis. Os pobres são caminho de espiritualidade.

7. Elaborar, na CLAR, um roteiro de estudo e conhecimento crítico do neoliberalismo.

Finalmente, colocamos nossa reflexão e nossos projetos nas mãos de Maria, sob a invocação de Nossa Senhora de Suyapa, padroeira de Honduras, porta-voz dos pobres e da justiça de Deus para com eles (cf. Lc 1,52). Maria, mulher e mãe do povo, dá alento a nossas esperanças e inspira nossos sonhos e utopias.

*(Tradução do espanhol:
Pe. João Roque Rohr, SJ)*

RETIRO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA FEMININA DE DEUS

Tema: "Alguém me tocou" (Lc 8,45).

Em Curitiba, bairro do Ahú, de 24 a 29/9/96, aconteceu o 1º Retiro a partir da experiência feminina de Deus. Foi promovido pelo GRMC (Grupo de Reflexão Mulher Consagrada) da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), sob a coordenação de Ir. Rita Maria Vieira, RSCJ e Ir. Rosa Adela Osorio, FMM, que gestaram e concretizaram audaciosamente a iniciativa.

Nos dois primeiros dias, colaborou também na reflexão a Ir. Luiza Hanurari, FMM, doutora em holística da personalidade, que abordou a necessidade de integração do corpo e da natureza com a espiritualidade feminista.

Eram trinta participantes, provenientes de vários Estados e Regionais do Brasil. O retiro foi sentido pelas participantes como um momento forte, "**Tempo de graça e libertação**" pelo aprimoramento e integração de todas as forças transformadoras positivas. Fomos tomando consciência de que este processo catalisador coloca-nos em sintonia com a "centelha divina" (**imagem de Deus**) que habita em nós. O grupo foi tocado e deixou-se tocar pelo Cristo (SOFIA ENCARNADA), que em sua ternura, misericórdia e justiça redime, diviniza e salva.

No decurso dos seis dias, o grupo foi descobrindo nos Evangelhos o substrato e as metáforas feministas escondidas na linguagem altamente machista da Bíblia, fruto de uma tradição histórica que coloca as outras imagens de Deus em segundo plano, espelhando a cultura machista que reinava em Israel e nos vizinhos da época. Hoje, felizmente, essa mentalidade está sendo dirimida pelo esforço de muitas mulheres e alguns homens: teólogas(os) que com espírito inovador trazem à tona,

em seus escritos, posturas coerentes em defesa da dignidade e do lugar da mulher no plano de Deus, que não é inferior, como disseram vários santos Padres da Igreja, mas de igualdade com o homem em todos os sentidos.

Iahweh, em sua inefabilidade, não tem corpo nem sexo. Não se delimita a uma categoria ou metáfora humana: "SOU QUEM SOU" (Ex 3,14). Nós, porém, precisamos de imagens para dar à nossa fé uma dimensão relacional. Deus quis também tomar um corpo para melhor dar-se a conhecer a nós e para que melhor conhecêssemos o projeto do Pai inaugurado por seus atos pautados pela igualdade e fraternidade. Com sua pregação, Cristo instituiu um "discipulado de iguais" e procurou devolver à mulher o lugar que perdera desde a sua expulsão do "paraíso" quando recebera a "maldição" (Gn 3,16b).

Ler a Bíblia na ótica feminista não é tão simples, mas por meio de algumas chaves de leitura oferecidas pelas pregadoras, o grupo foi percebendo que:

- Deve-se ler a Bíblia com uma mentalidade igualitária, fundada numa nova antropologia que admite a mesma dignidade real, histórica e efetiva de homens e mulheres, que vai além dos escritos.

- Em Lc 15,8-10, Deus é comparado a uma mulher persistente, confiante, gratuita, que ao achar a moeda perdida, gasta pelo menos umas nove a mais para festejar o acontecimento.

- A mensagem desta parábola, para nós mulheres, é um convite a abrimos as portas do nosso ser ao "novo anúncio"; para a festa do resgate do nosso corpo como **corpo de relação de salvação**, e não de individualismo e de pecado. É um convite a acendermos a lamparina para descobrir,

reconhecer e acolher nosso corpo como uma dádiva, como um dom. Alegrar-nos e anunciar que somos também filhas de Deus, como os homens. E conseguirmos as melhores estratégias para que os homens se alegrem e participem de nossa descoberta.

- Percebemos que na parábola do Filho Pródigo, o discurso do pai tem muito a ver com as atitudes de uma mãe quando reencontra seu filho.

- No diálogo de Cristo com Nicodemos, a abordagem é feminista. A tradução tirou o sentido feminino do substantivo RUAH (Espírito) "Quem nasce do Espírito (RUAH) é Espírito".

- No discipulado de iguais e desenvolvido por Jesus, há uma grande relação de amizade entre as pessoas. Da amizade nasce a missão, pois uma profunda amizade ajuda-nos a enfrentar desafios, romper barreiras, lançar-se sem medo. Por isso as mulheres foram ao túmulo visitar o amigo assassinado (cf. Lc 24,1-11). No túmulo vazio as mulheres reconstroem a experiência humana de Jesus, acreditam na ressurreição, vão anunciar o fato aos apóstolos; surge o dinamismo ou ardor apostólico e anunciam àqueles e àquelas que tinham estado em companhia dele (e que estavam aflitos e choravam), mas não creram, a pon-

to de Jesus censurar-lhes a incredulidade. As mulheres, no entanto, anunciavam-no com destemor (cf. Mc 16).

Louvável e corajosa a iniciativa deste retiro espiritual integrando as dimensões bíblico-feminista e holística no conteúdo e nas celebrações. O grupo sugere que outros deste gênero tenham continuidade e ampliem-se em todas as Regionais. Uma experiência como a que fizemos é mais fácil de ser levada avante em nível intercongregacional. Foi muito bom reconhecer diferentes carismas na mesma busca: a nova consciência de mulheres consagradas hoje.

É desejo de todas as participantes que o 1º Retiro do GRMC perdure como memória fundante de uma série de outros que se sucederão em todo o Brasil, na América Latina e no mundo. Deseja-se que, no terceiro milênio, uma relação genuína e integralmente humana possa acontecer entre o homem e a mulher: "parceiros de um mundo novo mais justo, mais irmão".

"A mulher faz a história acontecer (...). A semente do nosso presente é a memória do nosso passado e esperança para o futuro".

Ir. Francisca Gomes de Santana
Filha de Maria Auxiliadora para Retirandas

DA ÁFRICA À "CASA DO PAI"

Em novembro de 1996, Fr. Luís Fernando Peixoto, OFM, partiu em missão para a África. Era sua primeira viagem ao continente que ele, mesmo sem conhecer, já aprendera a amar. Partiu cheio de entusiasmo, de sonhos e de zelo missionário. A convite dos seus superiores e confrades de Moçambique, foi pregar retiro ao clero daquela Igreja e falar aos seus confrades sobre teologia e pensamento franciscano. Passou um mês naquelas terras, fazendo o bem, espalhando bondade, falando de Deus

e do seu Reino, que é Amor, Justiça e Fraternidade. Regressou ao Brasil em dezembro, com a alegria de quem cumprira uma missão bonita e fecunda. A solicitude pelas Igrejas da África crescera em seu coração. Mas em sua bagagem de volta aninhara-se, sorrateiramente, a malária, e seu organismo, apesar de jovem, não conseguiu superar a enfermidade. Frei Luís Fernando faleceu na manhã do dia 30 de dezembro. Empreendeu nova viagem — a definitiva — rumo à "Casa do Pai".

A notícia do seu falecimento colheu-nos a todos de surpresa. Quase nem dava para acreditar... Seus irmãos de sacerdócio acorreram numerosos à concelebração de despedida, presidida pelo Pastor da Arquidiocese, D. Serafim Fernandes de Araújo, e da qual participaram, consternados, parentes, amigos, paroquianos, colegas de magistério teológico, religiosos e religiosas. Na homilia, seu Provincial, Pe. Dário, resumiu emocionado seus sentimentos dizendo que Fr. Luís Fernando entregara sua vida pela África; e D. Serafim, interpretando um sentir comum, disse que a morte de Frei Luís Fernando "está doendo demais" em todos nós. E assim é! Só o tempo e a certeza de que ele está vivo para sempre irão suavizando devagar essa dor.

Frei Luís Fernando era natural de Belo Horizonte, onde fez seus estudos teológicos. Doutorou-se em Teologia em Roma e durante vários anos foi professor de Teologia e Patrologia na PUC de Belo Horizonte, no Seminário Arquidiocesano Coração Eucarístico e no Instituto Santo Tomás de Aquino (Centro de estudos filosóficos e teológicos dos Religiosos). Também foi professor e vice-diretor do Instituto de Evangelização (IDE) dos Franciscanos em Petrópolis. Durante alguns anos ocupou-se da delicada tarefa da formação em sua Província e, atualmente, era membro da equipe de governo (Definidor). Muito sensível à situação dos pobres, morou e trabalhou alguns anos na periferia de Belo Horizonte.

Em 1992, participou da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo, como teólogo assessor, nomeado pelo Vaticano. Desde 1991 era membro da Equipe de Reflexão Teológica (ERT) da CRB, a qual enriqueceu com seu pensamento fecundo e sua convivência jovial e amigável. Em 1996, passou a integrar o Conselho Editorial da Revista CONVERGÊNCIA, em que publicou artigos, o último deles em novembro do ano passado, com o título *Debaixo deste angu tem carne*.

Teólogo, professor, formador, em qualquer que fosse a tarefa desempenhada, Luís Fernando sabia imprimir seu jeito franciscano de ser, sua bondade, sua jovialidade, seu respeito pela pessoa, sua indiscutível competência.

Nestas páginas, CONVERGÊNCIA quer fazer presente nas comunidades religiosas do Brasil a memória de Fr. Luís Fernando e prestar-lhe carinhosa homenagem. Obrigada, Luís Fernando, pela sua vida tão breve e tão densa de santidade! Obrigada também pela sua morte, inesperada e surpreendente, mas feita de paz e de fecunda esperança! Da "Casa do Pai", vele você por nós que, aqui na terra, queremos prosseguir a Missão de Jesus, pela qual você se entregou! Vele, sobretudo, pela África, que de maneira tão surpreendente entrou definitivamente na sua vida!

Maria Carmelita de Freitas, FJ
Conselho Editorial de CONVERGÊNCIA

PRIMEIRO ENCONTRO DAS PASTORAIS SOCIAIS DO CONE SUL

Com o objetivo de compreender a realidade latino-americana, trocar experiências, estudar os Lineamenta e buscar maior articulação, estiveram reunidos, convocados pelo DEPAS/CELAM, de 8 a 11 de outubro, em Montevideu, Uruguai, os se-

cretários executivos das pastorais sociais do Uruguai, Paraguai, Brasil, Chile e Argentina. Participaram também representantes da Pastoral da Terra, da Saúde, da Carcerária, do Menor, da Criança e dos Direitos Humanos.

No encontro, foram levantadas algumas características comuns aos diversos países: o modelo de desenvolvimento adotado na região, suas conseqüências, quem são as pessoas mais afetadas, a atuação das pastorais sociais e desafios a enfrentar.

Tendências predominantes na realidade desses países

Nos países que fazem parte do Cone Sul, consolida-se a vigência do MERCOSUL, e, como em outros países do mundo, impõe-se um modelo neoliberal que em sua aplicação caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

– Diminuição do poder de controle e do papel do Estado.

– Predominância da racionalidade econômica sobre a ética, privilegiando interesses particulares em detrimento do bem comum e do crescimento econômico com a má distribuição de renda.

– Primazia do mercado como princípio orientador absoluto da dinâmica econômica, provocando desemprego estrutural e progressiva eliminação de postos de trabalho.

– Subordinação dos países mais pobres, tornando-os dependentes, como conseqüência da dívida externa.

– É um modelo excludente e se apresenta como a única alternativa viável.

Os participantes reconheceram alguns aspectos positivos do modelo, tais como os avanços tecnológicos, o crescimento econômico que pode gerar progresso e a abertura da economia, apesar das ambigüidades.

Conseqüências

A aplicação desse modelo neoliberal traz sérias conseqüências do ponto de vista econômico, político, sociocultural e ecológico.

Do ponto de vista econômico, tende a aumentar o empobrecimento e a indigência das famílias; devido à falta de oportunidades, sobretudo entre os jovens, surgem novas pobreza, como a frustração, o medo, a falta de perspectiva e a agressividade, que criam grupos mais vulneráveis à delinqüência e ao narcotráfico; surge a categoria dos descartáveis ou excluídos; aumenta o desemprego, o subemprego e o trabalho informal. A flexibilização das leis trabalhistas permite uma legislação cada vez menos protetora, o aumento da jornada de trabalho, a instabilidade e a insegurança trabalhista.

Por outro lado, aumentam as desigualdades com a concentração da renda, da terra e da riqueza, e diminui o acesso à educação e ao saber.

Do ponto de vista político, constata-se uma crescente indiferença à cidadania e às decisões políticas. O sistema judicial favorece os poderosos e mantém indefesos os mais pobres e marginalizados, o que favorece a violência, a prostituição e a corrupção.

Do ponto de vista sociocultural, espalha-se uma mentalidade individualista, consumista e hedonista, fomentada pelos meios de comunicação social que impõem tendências, modas e preconceitos.

No que diz respeito à ecologia, o modelo não se caracteriza pela proteção dos recursos naturais, mas, pelo contrário, para obter resultados imediatos, depreda as riquezas naturais dos países.

Quem são as pessoas mais afetadas?

Constata-se que os mais atingidos são as famílias pobres, sejam elas do meio urbano ou rural. Entre as categorias mais atingidas destacam-se:

– os trabalhadores rurais, principalmente aqueles que não têm acesso à terra ou

ao crédito que lhes permita orientar e modificar sua produção de acordo com as exigências do mercado;

– os assalariados urbanos atingidos pelas mudanças nas relações de produção e que enfrentam o desemprego estrutural e a eliminação de postos de trabalho. As novas tecnologias, com o aumento da produtividade, nem sempre proporcionam melhoria na qualidade de vida da maioria dos trabalhadores;

– os migrantes pobres que se deslocam constantemente, seja dentro do país, seja para outros países da região, ou mesmo para o Primeiro Mundo em busca de trabalho e de melhores condições de vida;

– os desempregados das zonas urbanas, em especial as pessoas de meia-idade que ao ficar sem emprego se vêem impedidos de ingressar no mercado de trabalho cada vez mais reduzido, competitivo e exigente de qualificação, vendo, por outro lado, diminuída a sua contribuição para a futura aposentadoria;

– os jovens que não conseguem entrar no mercado de trabalho por falta de experiência;

– as mulheres que fazem parte, cada vez mais, do mercado de trabalho e, por isso, sofrem discriminações;

– as minorias étnicas – índios, negros e nômades – discriminadas em suas culturas;

– os presos, em sua maioria pobres e jovens, que vivem seus dias abandonados e marginalizados, e que, ao recuperar a liberdade, encontram-se muitas vezes sozinhos, sem família, doentes, sem recursos e sem trabalho.

A ação da pastoral social

No encontro, foi constatado que a pastoral social tem algumas características comuns, presentes nos cinco países em

maior ou menor grau. Ela procura ser uma presença solidária e libertadora junto aos setores mais empobrecidos, favorecendo seu protagonismo; esforça-se para estudar e divulgar sistematicamente a doutrina social da Igreja, destacando a dignidade da pessoa humana e do trabalho, a importância da participação e da solidariedade, a necessidade de justiça social e de ética como valores básicos nas relações democráticas; preocupa-se com a formação de lideranças; favorece projetos alternativos que ajudam na sobrevivência e mantêm viva a esperança no povo; defende os direitos humanos, cria consciência crítica e fortalece a denúncia profética diante do modelo que exclui a maioria e privilegia a minoria; suscita a participação dos setores mais marginalizados e, ao mesmo tempo, reconhece que nem sempre a pastoral social está suficientemente organizada e articulada nesses países.

Desafios

Depois das discussões e troca de experiências, os participantes destacaram os principais desafios que a realidade latino-americana apresenta para as pastorais sociais em sua atuação rumo ao novo milênio:

– incentivar uma pastoral social mais enfática com propostas concretas, reafirmando a busca de uma sociedade justa, solidária e democrática, baseada nos valores éticos que coloquem a vida em primeiro lugar;

– uma pastoral que se abra mais ao trabalho com as outras Igrejas e em parceria com outras instituições;

– uma pastoral social que renove seu compromisso com os mais pobres e promova ações de formação e capacitação junto aos excluídos do trabalho devido às novas tecnologias;

– uma pastoral que priorize em sua organização os mais discriminados, como

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15

os nômades, os negros, os índios, os sem-teto, sem-terra e as mulheres;

– uma pastoral social que crie espaços de participação em que os excluídos sejam os protagonistas da ação;

– uma pastoral que promova a formação ética dos líderes políticos e sociais;

– uma pastoral social que tenha maior presença e voz profética nos meios de comunicação e que estimule o debate sobre a

participação da mulher nos postos de decisão;

Enfim, uma pastoral social comprometida com a luta para a superação das dívidas sociais, iluminada pelo Jubileu Bíblico e seguindo as orientações do Papa, para celebrar o Jubileu do ano 2000 com justiça, paz e solidariedade como sinal do Reino de Deus.

Pe. Luiz Bassegio

Assessor do Setor Pastoral Social

“TUA PALAVRA É VIDA”: 7 ANOS DEPOIS

Pe. Edênio Valle, SVD

1. Olhando para trás

1.1. Pe. Marcello Azevedo, fundador da Equipe de Reflexão Teológica da CRB, costuma dizer que na vida, muitas vezes, nós podemos sentir “as delicadezas de Deus”. Nada mais verdadeiro. Quando olho para trás, para os idos de 1988/1989, e vejo, hoje, à minha frente, o 7º volume da Coleção Bíblica da CRB — “Tua Palavra é Vida” — não posso deixar de perceber uma “delicadeza de Deus” para com a Vida Religiosa do Brasil e, mesmo, da América Latina. Explico porquê.

Em 1989, existia na Igreja da América Latina uma tensão muito forte. Uma de suas frentes mais difíceis era a que se estabeleceu em um confronto quase direto entre a Presidência do CELAM e a Direção da CLAR. Não é o caso de retomar aqui a narrativa desse episódio que não ajudou a Igreja a crescer como sacramento da unidade no dividido mundo latino-americano. Recordo, apenas, que o contencioso CELAM/CLAR havia chegado ao seu auge e se apresentava com vários rostos. Um assunto que havia provocado suspeitas, acusações e medidas era o projeto bíblico da CLAR, de nome “Palavra-Vida”. De

fato, o projeto sequer havia tido início. Mas, cartas sérias do CELAM, notas publicadas na imprensa leiga e eclesiástica e tomadas de posição da Presidência do CELAM e de uma ou outra Conferência Nacional de Bispos, como a da Argentina e a de Costa Rica, traziam sobressalto e geravam perplexidade e suspeitas. Com o passar dos meses, o *affaire* foi se agravando, em vez de encontrar caminhos para o restabelecimento do diálogo e do conhecimento. Eu coordenava, naquela época, a Equipe Bíblica da CLAR, responsável pelo projeto, ao lado de um competente grupo de especialistas. Nós, infelizmente, não tínhamos acesso direto à discussão. Líamos, perplexos, o parecer de peritos designados também por Roma — a quem o CELAM encaminhara a questão — e nos admirávamos pelo teor de algumas das leituras que se faziam de um plano que nascera, muito honestamente, para atender ao apelo que o Santo Padre fizera à América Latina, no sentido de preparar-se adequadamente para o V Centenário da Evangelização (1992). A discussão dava-se entre “cúpulas”. No papel, por interferência da Assembléia do CELAM, chegara-se a um acordo; na prática, porém, montara-se um boicote ao pro-

jeto. Com receio de prejudicar e dividir a Igreja, a própria Presidência da CLAR decidiu suspender o projeto, enquanto linha oficial de trabalho da Confederação. Frei Luís Cósia, OFM Cap., em dolorosa decisão, comunicou que os programas de formação bíblica deixavam de ser um projeto continental e passavam a ser de inteira responsabilidade de cada Conferência Nacional.

1.2. Nessa época eu havia assumido a Presidência da CRB Nacional. Comigo havia sido eleita uma nova Diretoria Nacional. Estávamos todos convencidos de que a **leitura orante** da Palavra de Deus era a mais preciosa “delicadeza” que o Senhor fazia à Vida Religiosa, também em nosso país. Daí nossa decisão de levar adiante a programação bíblica, agora com uma equipe inteiramente brasileira. Para esclarecer as dúvidas, desanuviar o clima pesado que se criara e, sobretudo, mostrar à Vida Religiosa a “eclesialidade” do projeto, foram estabelecidos vários contatos preliminares com a Presidência da CNBB e com a Comissão Episcopal de Doutrina da mesma. Tanto Dom Luciano (CNBB), quanto Dom Aloísio Lorscheider (CED), compreenderam imediatamente a importância e o alcance do projeto. Dom Aloísio e as duas Comissões de Doutrina que se sucederam, passaram a seguir de perto a formulação de cada um dos sete livros. Dom Aloísio foi mais adiante: escreveu o prefácio do 1º volume da Coleção, o que muito ajudou a esclarecer suspeitas que ainda pairavam no ar e intimidavam alguns Bispos e também algumas Congregações. São palavras textuais do então Arcebispo de Fortaleza: “É um projeto muito bem pensado. Talvez o que de melhor e mais acertado se tenha cogitado até agora no caminho para Santo Domingo”. E mais adiante: “Parabenizo a CRB por essa bonita e, sem dúvida, fecunda iniciativa evangelizadora (...) tornando vida vivida o ‘Tua Palavra é Vida’ as religiosas e os religiosos realizarão, plenamente, a dimensão

profética de sua consagração total a Deus dentro do carisma do Instituto ao qual foram chamados. E a Nova Evangelização fará o seu caminho”.

1.3. Dom Aloísio, fazendo-se lúcido porta-voz do Espírito, antecipava o que a própria Igreja, por meio de seus canais mais autorizados, iria, aos poucos, deixando bem claro para a consciência e o “sentido da fé” eclesial. Em 1993, no documento “A Interpretação da Bíblia na Igreja”, a Congregação da Doutrina e a Pontifícia Comissão Bíblica, com a expressa aprovação do Papa, deixam patente a validade de se ler a Palavra de Deus nessa perspectiva privilegiada dos pobres. Dois anos depois, na *Vita Consecrata*, João Paulo II volta ao assunto, inculcando o valor da leitura orante da Bíblia (cf. V.C. nº 94). Esse processo todo, que vai da suspeita ao reconhecimento, é que eu chamo de “delicadeza de Deus” para conosco.

2. A caminhada desses sete anos

2.1. Todo caminho costuma ter suas curvas fechadas e meandros. Quando iniciamos, em 1990, o “Tua Palavra é Vida”, eu pensava que, como acontecia em outros países, nós teríamos de atravessar trechos extremamente árdios do caminho. Não foi o que aconteceu. Nem fora, nem dentro do Brasil.

Fora de nosso país o projeto despertou interesse e admiração. Muitos países assumiram-no em sua íntegra (caso do Uruguai, da Bolívia etc.). Outros retraduziram-no para suas realidades, mas dentro de uma perspectiva exegética e de uma metodologia em tudo semelhante à nossa. As traduções foram aparecendo em países latino-americanos e em outros continentes. Também na Europa e na África.

Dentro de nosso país, as edições se sucedem. Alguns volumes devem ter ultrapassado tiragens de 30.000 exemplares.

Também o clero diocesano, por vezes de Dioceses inteiras, e movimentos leigos valorizam esses preciosos roteiros comunitários de oração e estudo. Há, no sul do país, uma edição ecumênica popular dos textos, destinada às comunidades de base. Como um rastilho, a "Palavra de Deus corre", encarnando a graça que Deus, por meio da Vida Religiosa, concede a toda a sua Igreja, povo de Deus nascido da Palavra e do Espírito.

O CETESBI (Centro de Teologia e Espiritualidade Bíblica) vem fundamentar melhor o preparo das pessoas que passam pelos círculos bíblicos do "Tua Palavra é Vida". Ele já é hoje uma realidade. Chegam a uma centena os Religiosos (10%) e as Religiosas (90%) que passaram por esse curso tão oportuno. Muitos dos ex-cetebistas passaram, em seguida, a um trabalho exclusivo de evangelização, na mesma perspectiva bíblico-teológica, tornando-se animadores de suas Congregações, de suas Dioceses e de movimentos laicais. Nas Regionais da CRB multiplicam-se, paralelamente, os Congressos Bíblicos (o de Porto Alegre, em 1995, teve um público de 1.500 pessoas!) e os CETESBI regionais. Pode-se dizer, com segurança, que a Palavra de Deus está retomando o lugar que lhe cabe no seio da Vida Religiosa brasileira. É um grande passo! É um grande dom! É uma grande responsabilidade!

3. Quais os "conteúdos" trabalhados nesses sete anos?

3.1. A Palavra de Deus não pode ser definida em termos de "conteúdos", pois ela expressa o coração e o mistério das três divinas pessoas, cujos desígnios nos são revelados na história de um povo e na pessoa de Jesus. Mas, evidentemente, o "Tua Palavra é Vida" precisava articular a mensagem viva de Deus em termos temáticos. A idéia fundamental do programa era extremamente simples: vamos tomar em

mãos a Bíblia e lê-la, de ponta a ponta, pela ótica dos pobres, que são os que podem abraçar verdadeiramente o discipulado da Palavra. Vamos nos colocar bem junto a esses pobres que constituem o rosto interpelador de Jesus, o profeta, na realidade de pecado da nossa América Latina (cf. DSD 178). Vamos, primeiro, escutar comunitariamente a Palavra para podermos, uma vez convertidos, anunciá-la como Boa Nova que é para todos.

A diligente Equipe de Reflexão Bíblica, durante sete longos anos, com impressionante perseverança e regularidade, foi lendo e estudando os livros do Antigo e do Novo Testamento, quase na exata seqüência em que eles aparecem nas Escrituras cristãs. Daí nasceram os roteiros e os subsídios, numa média de quase vinte para cada uma das sete grandes unidades que a Equipe Bíblica se prefixou. Os livros foram sendo preparados e redigidos em intensos mutirões de trabalho que foi fecundo, antes de mais nada, para os próprios membros da Equipe. Os volumes foram sendo lançados ano após ano, em semanas de estudo que reuniam religiosos(as) animadores(as) bíblicos(as) de todo o país.

3.2. **Visão de conjunto dos sete volumes:** cada volume olhava determinado período ou situação retratada na Bíblia "como em um espelho, em que nos reconhecemos a nós mesmos". A inteira história da caminhada do povo de Deus foi abordada de diferentes maneiras:

Volume I: *A Leitura Orante da Bíblia*. Aprendemos a ler e a reler a vida e a Bíblia com um olhar orante, para que nossos olhos, iluminados pela Bíblia, se acostumem a descobrir a face de Deus e seus apelos nos fatos da vida que nos envolvem.

Volume II: *A Formação do Povo de Deus*. Lemos e rezamos a história do Povo de Deus com um olhar marcado pelo realismo. Aprendemos a situar os textos no

contexto dos conflitos que o povo vivia e ainda vive. Descobrimos como a origem do Povo de Deus foi, e continua sendo, marcada por uma enorme variedade de culturas e etnias.

Volume III: *A Leitura Profética da História*. Observamos a história do Povo de Deus com um olhar profético. Aprendemos a fazer análise da realidade e a discernir os fatos da história à luz de Deus, da Aliança e do bem-estar do povo, e não à luz dos interesses do lucro e do poder.

Volume IV: *Sabedoria e Poesia do Povo de Deus*. Meditamos os salmos e a vida do Povo de Deus com um olhar marcado pela sabedoria e pela experiência. Aprendemos a perceber a presença de Deus e a rezar não só nos grandes acontecimentos, mas também nos momentos comuns do dia-a-dia.

Volume V: *Seguir Jesus nos Evangelhos*. Contemplamos a história do Povo de Deus com um olhar marcado pela adesão a Jesus. Aprendemos a reler nossa vida à luz da vivência do Evangelho. As palavras de Jesus conservadas nos Evangelhos nos ensinam a discernir os traços da Boa Nova do Reino na vida que vivemos.

Volume VI: *Viver e Anunciar a Palavra — As Primeiras Comunidades*. Lemos e rezamos a história do Povo de Deus com um olhar nascido da fé das comunidades. Aprendemos a viver melhor a fé na ressurreição e a combater o poder da morte para poder ser um ensaio do Reino, testemunha da Boa Nova de Jesus.

O Volume VII tem como título *O Sonho do Povo de Deus — As Comunidades e o Movimento Apocalíptico*. Sentindo na pele a situação apocalíptica do mundo de

hoje, vamos ler a história do Povo de Deus com um olhar marcado pela teimosia da fé dos pequenos. Apesar de excluídos e totalmente afastados de qualquer participação no poder, os pobres teimam em continuar a crer que Jesus conduz a história para a vitória final da justiça e do amor, “pois Jesus Cristo é o Senhor do mundo, nossa esperança se realizará!”

4. Reflexão conclusiva

Acabou, com isto, o programa? Evidente que não. Primeiro, porque são muito poucos os grupos que fizeram “todos os roteiros”. Mas, muito mais, porque o “Tua Palavra é Vida” não é um programa para ser feito e arquivado. Sua matéria-prima é a vida: a que Deus nos revela nas Escrituras e a de nossa vida real que nelas deve espelhar-se. Ora, esse confronto não termina nunca, pois a vida é uma tarefa e um dom que se repropõem sempre a cada pessoa e a cada comunidade de fé. Assim, os sete volumes do “Tua Palavra é Vida” ficam como uma sementeira permanente para todos nós. Ficam como um convite. Ficam como um compromisso da Vida Religiosa brasileira com a Palavra de Deus e com os pobres que Ele ama.

Naturalmente, a Equipe Bíblica e a CRB nos ajudarão, de várias maneiras, a continuar o que o Espírito nos está dizendo no hoje de nossa vida e de nossa missão.

Quero agradecer muito aos que escreveram esses volumes, seja com a tinta, seja com suas vidas. Eles e elas plantaram um marco novo na Vida Religiosa do Brasil.

Que Deus lhes pague!

redoura da estátua grega diante dos que passam e se agitam na ansiedade de escapar da morte! É como se o ícone, a imagem, a estátua pairassem na serenidade de um além, de uma eternidade beata nos interstícios do tempo que devasta e foge. O tempo, fonte da inexorabilidade, fonte da tragédia humana que se debate com a necessidade de construir e com a implacabilidade da destruição e da morte, não atinge a soberania do ícone e da estátua. Contemplando, assim, a imagem serena sobre nós, ao menos por alguns instantes somos arrancados do burburinho desgastante da vida que passa e transportados ao seu repouso, ao seu triunfo. Esses momentos são como um lenitivo, um bálsamo, nos ardores e nas pressões ou desencantos do dia-a-dia.

Mais ainda: a cultura mezo-oriental do ícone, segundo algumas hipóteses, teria se desenvolvido a partir das máscaras mortuárias: a morte seria o momento em que se fixaria o rosto, até então vivo e fluente, em máscara: somente a máscara conseguiria deter a inevitável corrupção, derradeira e total. Só se conseguiria, portanto, saltar do tempo trágico à eternidade do repouso por meio da morte e da máscara, nova e definitiva tragédia, consumação e aprisionamento da vida na máscara, na imobilidade fria de estátua. Enfim, o ícone faria parte de uma tremenda ambigüidade e das contradições do dualismo: a vida cá embaixo é movimento, ação, fluidez, desgaste, luta com a mortalidade. Lá em cima há o mundo ideal, eterno, imóvel, mas abstrato no seu formalismo frio e rígido, sem vida.

Há, porém, nessa ambigüidade, a possibilidade de outra interpretação, certamente mais justa com a experiência cristã: o ícone como expressão “quase sacramental” de uma presença espiritual, de uma interioridade e de uma relação espiritual que assume corpo, forma, linhas, cor. Assim como Deus, no seu Verbo, ou seja, na sua palavra e expressão, assume condição de carne, e assim como

a Palavra se expressa em narrativa. Por isso, o ícone expressa, com a presença, uma “protenção”, um movimento de presentificação essencial, vital, com capacidade de provocar movimento, um caudal de ação e de transformação do mundo. Como “quase sacramento”, é um “sinal eficaz”, expressão que tem eficácia própria, enfim, “presença que age”.

Para entender melhor a especificidade do ícone, convém contrastá-lo com o “ídolo”. A figura idolátrica é aquela que configura e expressa a projeção da “idéia” — “éidon”, “éidolon”, “ídolo” —, mas idéia na forma mais forte, autotranscendente e até espetacular, o “desejo”. O ídolo é algo ou alguém que suscita e, ao mesmo tempo, expressa o desejo numa relação de apropriação, numa vontade de posse. Tem um caráter “espetacular” não só porque espelha o desejo, mas porque se põe numa espécie de “palco iluminado”, exigindo todos os holofotes sobre si e absorvendo toda luz. Provoca fascínio e sedução, atraindo narcisicamente tudo para si mesmo, como convém na dinâmica do desejo idolátrico. Assim, ao ídolo se deve o tributo da confissão de nossos desejos, o sacrifício e até a expiação, declarando explícita ou implicitamente a sua glória e soberania sobre nós e o nosso nada. A aproximação ao ídolo fascinante e a identificação gradativa com o ídolo modelo até a absorção rivalizante, violenta e destruidora do ídolo para finalmente ser o que o ídolo suscitou, revela nossa indigência e condição de mendigos, e nossa necessidade de agradar, aplacar e conseguir migalhas, um raio de seu brilho até a apropriação final impossível, porque o ídolo sempre escapa e se impõe de novo. Enfim, o ídolo é sedutor e narcisista, e a relação de desejo acaba numa impotência mortal.

O ícone, em confronto com o ídolo, se põe numa relação absolutamente contrária. É como uma fonte de luz, um rosto ou figura iluminadora, que mais parece com a

lâmpada de uma praça: abre um espaço iluminado onde possamos nos mover e nos orientar, inclusive repousar e, como filhinhos ao redor da mãe, até brincar. Não absorve as atenções, não exacerba o desejo, mas devolve a confiança, a serenidade e a simplicidade no meio da complexidade e das angústias do cotidiano. A atração que exerce, na verdade, é uma atração amiga, maternal ou sponsal, que abre a intimidade para a revelação e para a libertação, começando pelo acolhimento de nossa condição real, frágil, ferida, enfim, mortal. Por isso não é uma relação sacrificial, excitada, expiatória, e, afinal, impotente. O olhar e a luz que se irradiam do ícone são como uma janela de misericórdia sobre o mundo, por onde a luz entra e se derrama infundindo calor e vitalidade. É dom sem narcisismo, sem exibicionismo e sem exigência para si mesmo, sem absorção e sem armadilhas. Do ícone se pode dizer o que os escolásticos repetiam do Bem: *Bonum diffusivum sui* — a Bondade é irradiante por sua natureza, sem dobras, sem cobrança de retorno. Em linguagem mais caseira, é como a presença da mãe que transforma a praça inóspita em um lugar seguro, habitável e prazeroso, voltada unicamente para seus filhinhos¹.

A atração, a revelação, a relação vocacionadora em que se coloca o ícone faz com que o clima de fundo da vida seja contemplativo. Não se contempla apenas o ícone, mas se contempla o mundo pelo olhar do ícone, com o olhar do ícone. A tendência dualista da fronteira helênica entre Oriente predominantemente contemplativo e Ocidente predominantemente ativo, fez com que nós, mais ocidentais, nos esforçássemos por superar o substrato contempativo, de sabor idealista, que nos

pareceu sempre colocar em segundo nível o engajamento ativo, a ação e o trabalho, a transformação do mundo. Por isso, em vez da ordem *contemplata aliis tradere* — aquilo que se contemplou é trazido aos outros — se preferiu modernamente, na esteira dos mestres da *práxis*, a expressão mais unitária e rigorosa na relação entre substantivo e adjetivo: *contemplativus in actione*, ou ainda, segundo a espiritualidade da libertação, *contemplativus in liberatione*. Portanto, a substância, o substantivo da ação e da luta é o lugar em que nos tornamos, adjetivamente, pessoas contemplativas. Isso é ocidental e moderno.

O problema que sofremos hoje, porém, é a idolatria e simultaneamente a saturação da ação. É hora de algo mais “oriental”, mais pós-moderno? Ou seja, virar a expressão para *activus in contemplatione* — ser ativo na contemplação: no seio da contemplação, na substância da contemplação desencadeia-se a ação, na contemplação é que somos ativos. Em termos práticos, a ação brota e se sustenta de um clima, de um ambiente mais simbólico, mais imaginativo, mais estético, mais sacramental: a figura contemplada, a forma saboreada, a revelação acolhida são fontes de ação. Mas, antes ainda, é necessário sublinhar que a contemplação não é uma relação puramente passiva. É verdade que as línguas clássicas, sintomaticamente, conhecem o verbo “contemplar” na forma passiva: mais sofre-se a contemplação do que se é sujeito agente e controlador da contemplação. No entanto, essa “passividade” é, por sua estrutura, inteiramente engajadora, exigindo a totalidade do contemplativo, inclusive sua entrega como sujeito ativo. Em outras palavras: não há ação mais engajada, mais totalizante, do que a contemplação. Seria pouco dizer *contemplativus in actione*, como expressa a espiritualidade moderna. Mais global seria *activus in contemplatione*. O resto é dado no seu acréscimo.

¹ Sobre a diferença entre ídolo e ícone, cf. MARION, Jean-Luc, *L'idole et la distance*, Grasset, Paris, 1977.

Fizemos um longo percurso introdutório para aprofundarmos as razões da VC, que começa no ícone do monte da transfiguração, configurando e convidando a uma vida consagrada cujo começo e coração é a contemplação. A contemplação da figura de Cristo é, como um ícone, performativa, configurante, sacramental, ou seja, “sinal eficaz” de toda consagração, inclusive da consagração para a missão. A primeira parte do documento alarga o ícone para a Trindade: o louvor — sempre contemplativo — da Trindade é o clima, a fonte, o segredo, a experiência fundante e culminante, criadora e plenificante. Não se parte das experiências cotidianas da missão, dos clamores e experiências humanas, das labutas e descobertas de carismas da vida consagrada hoje para se chegar à fonte e à plenitude escatológica do Reino e à Trindade. O começo está no monte, transfiguração do fim antecipado no meio do caminho, perto do céu, embora ainda na terra. Mais conforme ao oriente, mais conforme à tradição do primeiro milênio.

Na formalização de documentos magisteriais, a ordem dos fatores é um indicador que interfere profundamente no conjunto. Pode-se afirmar que o Papa seguiu uma estruturação diferente, praticamente oposta, à que era sugerida pela União dos Superiores Gerais (USG) nas suas *propositiones* resultantes de um Congresso internacional em preparação ao Sínodo. A USG, com a participação da Vida Religiosa feminina — a UISG —, se aproximava muito da sensibilidade latino-americana, missionária, messiânica, contextualizada nas contradições da sociedade hodierna. Tinha sublinhado também a dimensão escatológica e até apocalíptica, com conseqüências na dimensão antropológica e no diálogo da Vida Religiosa das grandes religiões. A consagração, vista “desde baixo”, do cotidiano das experiências vividas por pessoas e comunidades em missão, é descrita como “consagração para a missão”, supos-

ta nesta a consagração para Deus e em nome de Cristo². O Papa prefere uma visão mais fontal e mais específica. Independente das contribuições inegáveis de sua equipe de assessoria, é interessante não esquecer que o Papa é eslavo, que está entre dois mundos, e isso se reflete também na forma de ecumenismo da *ut unum sint*, em que o interlocutor privilegiado é a Igreja Ortodoxa e a tradição milenar do “outro pulmão”, a tradição “esquecida” na prática da Igreja latina e missionária.

A vida consagrada está fundada, na VC, “desde cima” — Cristo no Monte, a Trindade — e “para cima” — consagração a Deus, louvor da Trindade. Desdobra-se em missão, mas sua fonte é a contemplação cristológica e trinitária:

“A este ‘ícone’ faz referência toda a tradição antiga, quando relaciona a vida contemplativa com a oração de Jesus ‘no monte’. Mas de algum modo podem-se espelhar lá também as dimensões ‘ativas’ da vida consagrada (...). Implica um ‘subir ao monte’ e um ‘descer do monte’” (VC 14c).

O monte, no entanto, está situado no meio do caminho, ou melhor, numa grande encruzilhada. E não se pode permanecer atualmente no monte. Aliás, o monte porta sua ambigüidade, sua tentação, seu risco de idolatria: assim como o céu está voltado não narcisicamente para a fecundidade da terra, assim como o ícone não quer seduzir e absorver, mas irradia luz sobre o ambiente onde se desdobra a vida, assim o monte. A contextualização dos momentos contemplativos e fortemente

² É impressionante o “lugar-comum” dos lemas de profissão religiosa, inclusive feminina, repetindo a perícopes de Lc 4,18-19, “O Espírito do Senhor está sobre mim e por isso me ungiu para evangelizar os pobres...”, fazendo da VC essencialmente uma missão messiânica e um ministério, sintetizado em “Eleito, consagrado, enviado”.

orantes de Jesus no conjunto de sua vida é uma tarefa em que a exegese científica, histórico-crítica, ajuda muito. É bem verdade que a leitura “espiritual” feita pela VC é mais livre em relação ao método. Pode até criar certo desconforto aos exegetas de profissão habituados aos métodos modernos. Todo método tem seus limites, mas também pode ajudar, sobretudo quando se trata de um texto “aberto” como é a Escritura³. Vamos, então, passar de contemplação em contemplação, alargando o horizonte da vida e da experiência cristológica e trinitária de Jesus desde o monte, contextualizando-o em paisagens cada vez maiores até abraçar o universo. O Papa incentiva, no começo da Exortação Apostólica, a prosseguir a reflexão (cf. VC 13a).

1. Jesus no monte

Andando de aldeia em aldeia pela Galiléia, em sua missão itinerante, Jesus vivia

³ Uma interpretação sem contextos torna-se facilmente *fundamentalista*. Talvez devêssemos prestar atenção a esse tipo de risco quando tomamos abusivamente versículos ou perícopes selecionados da Escritura, transformando-os em *slogans*. Um exemplo atual desse risco pode ser o lema da virada de milênio, CRISTO ONTEM, HOJE E SEMPRE. É tomado da carta aos hebreus 13,8 — “Cristo é o mesmo, ontem e hoje: ele o será para os séculos” — em que o contexto, de forma alguma, permite uma interpretação de sabor triunfalista ou legitimadora de instituições perenes. É bem verdade que o contexto chama à fidelidade, à perseverança e à permanência, mas no caminho do despojamento e da humilhação aberto por Jesus, levado “para fora”, expulso e vitimado. Assim Cristo inaugurou um paradoxal caminho para Deus, que não é mais o culto oficial do templo e das instituições humanas — nem comidas rituais, nem imolações, nem doutrinas — mas caminho “de fora”, pela margem, pela região das vítimas e dos humilhados, dos excluídos que só podem esperar da graça. Portanto, fidelidade a Cristo é, no final da carta aos hebreus, totalmente contrária ao saudosismo de instituições superadas e à presunção triunfalista sobre o futuro. Um *slogan* solto, sem a dura e forte contextualização da carta, pode acabar sendo manipulado por uma interpretação completamente oposta.

cercado: “De novo a multidão se apinhou, de tal modo que eles não podiam se alimentar” (Mc 3,20). “Com efeito, os que chegavam e os que partiam eram tantos que não tinham tempo nem de comer” (Mc 6,31). Jesus, porém, tinha o costume de se retirar não só para descansar, mas sobretudo para orar. E o fazia à noite, na solidão e no silêncio. No entanto, os três textos sinóticos destacam esse momento muito particular de oração em que Jesus tomou consigo três discípulos — Pedro, Tiago e João — e se retirou para “um alto monte”, onde — enquanto orava, segundo Lucas — “foi transfigurado” diante deles. Os três são unânimes em expressar tal transfiguração com o verbo na forma passiva, que uma boa compreensão das línguas antigas classifica como verbo depoente ou reflexivo, conjugado na forma passiva, mas tendo também o sentido da forma ativa. Isso parece bizantinismo lingüístico, mas tem um sentido muito agudo: assim são também os importantes verbos “entregar”, “ressuscitar”, “exaltar”, “subir”, “revelar”. Quando se referem a Jesus, são empregadas as formas passivas. Ou seja, o sujeito principal não é Jesus, mas o Pai. Do Pai vem a iniciativa, ele é a origem paterna daquilo que acontece, não narcisicamente e por potência própria, em Jesus: transfiguração, exaltação, ascensão, ressurreição, glori-ficação. No monte, a culminância da transfiguração não está no fulgor de Cristo, mas na voz do Pai: “Este é meu Filho Amado, em quem tenho meu prazer. Escutai-o!” (Mt 17,7). A voz vem de dentro da “nuvem”, que nos lembra a nuvem do deserto, o sinal do Espírito de Javé junto de seu povo, na tenda. A nuvem apresenta-se também no santuário como forma de assegurar a habitação de Deus no meio de seu povo para usar de misericórdia: é *shekinah*, Deus do Santuário. A nuvem é o clima e o ambiente da fulguração, a união do Filho e do Pai no Espírito. Enfim, é presença e atuação do Espírito Santo, como foi na forma de uma pomba no rio Jordão. Estamos diante de um aconteci-

mento trinitário, feito de relações, de declarações e revelações, de ação cheia de antecedências e conseqüências.

Antecedências: Jesus "viu" no rio Jordão, após o batismo de João, o céu aberto e viu descer sobre ele a pomba e a voz. O Espírito, representado no eros terno da pomba sempre fiel ao seu pombal, é o aconchego e a vitalidade do Pai no Filho. Desde então Jesus era "impulsionado" pela Galiléia com grande poder. Conseqüências: Jesus desce do monte e põe-se decididamente a caminho de Jerusalém, na frente dos discípulos, de face para a grande decisão da cidade que comportará conflito, conspiração, sofrimentos e morte violenta.

O monte tem um contexto escriturístico: com Jesus estão Moisés e Elias, as figuras-símbolo da Lei e dos Profetas que conversam com ele: interpretam sua existência, sua missão, sua páscoa. A voz de Deus também ecoa ali desde a eleição do Servo em Isaías (cf. Is 49). A nuvem, como vimos, e finalmente o próprio monte, lembram o deserto e o Sinai de Moisés e Elias. É nesse contexto escriturístico que contemplamos o sentido amplo do ícone de Jesus transfigurado, realizador da aliança, humanidade da Trindade, esposo de Israel.

O monte tem um contexto mais próximo, um contexto histórico, no caminho terreno de Jesus. O monte está no meio do caminho.

2. Jesus no caminho

A Exortação Apostólica lembra que a experiência da montanha é um momento decisivo no ministério de Jesus, uma solidificação e uma preparação (cf. VC 15). Sua missão conhecera uma primavera esplendorosa na Galiléia e arredores. Multidões o admiravam e o seguiam. Mas "procurar" Jesus é um verbo que Marcos usa de forma propositadamente ambígua: ansiosos, até Pedro e seus companheiros o

procuram na oração para lhe dizer: "Todos te procuram" (Mc 1,37). Até que Judas irá "procurar" entregá-lo (cf. Mc 14,10), os sacerdotes irão "procurar" testemunhas contra Jesus para matá-lo (cf. Mc 14,55). Mas Jesus segue adiante, expulsando demônios. Não tardam os escribas e fariseus que o procuram para interrogar, contestar, opor-se, conspirar com herodianos contra Jesus (Mc 3,6). Os familiares o procuram para retê-lo (Mc 3,21). Os discípulos o procuram para arranjar poder, os doentes para arranjar saúde. Enfim, "procurar" se exacerba como "perseguir", não só sobrecarregar, mas também projetar nele desejos ocultos e frustrações, mal-entendidos e ódios.

Após uma breve primavera, a missão de Jesus se depara com o conflito, com a crise. É o que se chamou, ultimamente, nos estudos de cristologia, de "crise da Galiléia", primeira versão do que seria a crise mortal de Jerusalém. Nessa primeira grande crise joga-se até a figura da autoridade máxima, Herodes, que tinha eliminado João e agora procurava ocasião para eliminar também Jesus. E Jesus, sintomaticamente, retira-se da amada região de sua missão. Até que ponto uma crise de missão atinge a identidade do missionário? Não se pode separar dualisticamente a ação e o agente, e a crise da missão, não só o sucesso, entra em primeiro lugar como fonte de tentação para o agente da missão⁴. Jesus retira-se para a região dos pagãos e ali faz uma revisão, uma avaliação de si mesmo com o grupo dos discípulos. A pergunta é dirigida diretamente à sua pessoa: "Quem sou?" Isso abre a profundidade de

⁴ Cf. SOBRINO, J., *Jesucristo liberador*, Trotta, Madrid, 1991, pp. 198ss. (Em português: *Jesus, o libertador*, Vozes, Petrópolis). O autor traz cuidadoso material e analisa a crise no contexto da relação de Jesus com o Pai, incluindo aí também a oração, a tentação, a ignorância, a necessidade de discernimento, a disponibilidade obediencial, enfim, a fé de Jesus.

Jesus para o grupo. Suas respostas são coerentes com a interpretação que têm à mão, a Escritura: Jesus atuou com a força e a misericórdia de Elias e de Jeremias. Mas Pedro vai adiante: "Tu és o Messias!" E, no entanto, Jesus diria a Pedro, logo em seguida e sem rodeios, diante da expectativa de um messianismo glorioso e sem sofrimentos: "Afasta-te de mim, Satanás, porque não pensas as coisas de Deus, mas as dos homens" (Mc 8,33 e par.). Portanto, a "crise da Galiléia" não fica bem resolvida só com a retirada e a avaliação em grupo com os discípulos. É a experiência do monte, a retomada da experiência do rio, que irá "confirmar" a missão e a identidade de Jesus, resolvendo a crise e dando o verdadeiro desfecho ao seu tempo de missão na Galiléia. A partir dela Jesus avança para uma nova etapa do caminho⁵. Mas o monte e o caminho não se explicam sem a Galiléia como sua paisagem ao seu redor.

3. Jesus na Galiléia

Todos sabemos: Jesus se criou em Nazaré, numa cidadezinha interiorana encravada em pequenas montanhas rochosas ao leste do lago de Genezaré. Não era o melhor lugar da Galiléia. Não muito longe, na fértil planície de Esdrelon, prosperava a rica cidade de Séforis. E junto do lago fervilhava a vida das pequenas cidades, agora em torno de Tiberíades, o centro político regional. Embora os Evangelhos silenciem sobre alguma possível passagem de Jesus nessas duas cidades, enfatizam a condição andarilha de Jesus: estabeleceu morada em Cafarnaum, junto ao lago, e dali andava em círculos cada vez maiores. Cafarnaum, embora mais humil-

de que suas congêneres junto ao lago, situava-se num ponto estratégico: onde a via do mar, vinda do longínquo Egito, se bifurcava em direção a Damasco e à Ásia Menor. Do lago, por três caminhos, se alcançava Jerusalém: o primeiro pela via do mar, passando por Emaus. O segundo, mais direto, pelo meio, passando entre os montes Ebal e Garizim, na região dos samaritanos. E o terceiro costeando o rio Jordão, pelo vale oriental, o caminho mais seguro. Finalmente, ao redor do lago estavam as cidades da Galiléia, a ocidente, mas também da Decápole, a oriente. Galiléia: lugar das terras férteis da região, lugar de cobiças e de conflitos, mistura de pessoas, antigas ou recém-chegadas, inclusive de oficiais romanos tomando terras e criando "sem-terras", como evoca a parábola dos desempregados rurais sentados na praça.

Para os judeus de Jerusalém e da Judéia, a Galiléia era uma região ao mesmo tempo "cabocla" — pode vir daí algo de bom? — e suspeita: sua mistura e seus conflitos tornavam-na um lugar de impureza e de fanatismos. De lá vieram revoltas, zelotas, visionários. Nesse caldeirão sem aparente espaço para um silêncio suave e contemplativo movia-se Jesus. Mateus lembra com fineza a profecia de Isaías sobre essas terras quando Jesus começou seu ministério mudando-se para Cafarnaum: "*Terra de Zabulon, terra de Neftali, via do mar, região além do Jordão, Galiléia dos gentios! O povo que jazia nas trevas viu uma grande luz: aos que jaziam na região sombria da morte, surgiu uma luz!*" (Mt 4,15-16).

A Galiléia era uma fronteira palestina: por um lado a "pura" Judéia, protegida pelo deserto do sul e por sua aridez natural de montanhas rochosas, e por outro, "as nações" ou "os gentios".

4. Jesus na Palestina

Nazareno, galileu, Jesus era, de tradição e de alma, um judeu, um verdadeiro

⁵ A meu ver, o título da narrativa, em vez de "transfiguração", poderia ser "confirmação de Jesus". Ou seja, seu "Crisma", assim como no rio aconteceu o "Batismo". Teria certo contato e continuidade com a narrativa do batismo e indicaria a dinâmica de seu caminho e crescimento, de suas relações trinitárias, de sua humanidade e missão.

israelita, um descendente da fé de Abraão e dos feitos de Davi. Como bom judeu, Jesus tinha passado pelo *Bar Mitzwah* quando completou doze anos, assumindo-se como adulto na fé de Israel, na lei de Moisés e na inspiração profética. Quando tinha cerca de trinta anos (cf. Lc 3,23) dedicou, segundo certo costume da época, um tempo ao deserto, junto a um mestre, para assumir sua tradição espiritual, sua história israelita, seu destino e vocação.

Jesus, afinal, fazia parte de um povo de matriz profundamente tribal, onde os indivíduos não eram vistos como realidades tão individualizadas a ponto de se tornarem mônadas solitárias, como veio acontecendo no ocidente moderno, mas onde cada um era “membro” de um grande corpo, integrado a uma “personalidade corporativa”, numa espécie de “ontologia comunitária”. Deus mesmo fez comunidade com seu povo e com a criação. Com Jesus fica claro: Deus é comunidade, segundo a simbólica trinitária. Disso decorre também a comunidade de destinos: a destinação escatológica não pode ser reduzida a almas individuais, mas ao corpo de criaturas no Reino de Deus, à Comunhão dos Santos, o fim glorioso dos filhos e das criaturas de Deus. A dimensão comunitária, dimensão primeira e fundante, faz de Jesus um entroncamento ou uma encruzilhada de relações: do Pai e do Espírito, dos discípulos, dos contemporâneos, da tradição e das promessas escatológicas, de amigos e inimigos, de familiares e estrangeiros, de homens e mulheres, adultos e crianças. Jesus realiza ao extremo aquilo que um bom semita, um “bom israelita”, um palestino, porta como contribuição às outras culturas: que Deus é esposo de um povo e reúne a todos num corpo e num Reino. Esta matriz palestina de Jesus está na alma cristã, e quando pensamos a VC como um tratado de vida cristã, não é de se admirar que tudo se ordene desde a Trindade e para o louvor da Trindade, e a vida comunitária

esteja no coração da vida prática, antecedendo e organizando a vida de cada “membro”, inclusive a missão e os carismas pessoais. A consagração cristã é uma consagração comunitária, e a consagração de cada um é consagração de “membro” de uma grande comunidade, nunca de indivíduos isolados. É tecida de carne e osso, de relações econômicas, políticas, afetivas, até viscerais, e nunca uma consagração puramente interior, da alma. Por isso mesmo, a forma de vida de Jesus e seus seguidores se abre ao mundo. No tempo de Jesus isso significava contato com a cultura helênica e com o império romano.

5. Jesus sob o império: “em hebraico, latim e grego” (Jo 19,20)

Na própria terra, porém, nem a política nem a cultura dominante eram a cultura da tradição de Jesus ou a política de seus antepassados. Jesus, como seus contemporâneos, se defrontava com a crescente hegemonia da cultura helênica, rica em seus elementos humanos, mas chocante para os amantes da tradição. A arquitetura grega — “clássica” — já tinha influenciado os edifícios das sinagogas, embora a estatuária fosse um ponto de tensão constante. Mas era sobretudo a consciência ao mesmo tempo de individualidade e de universalidade, personalidade e cosmopolitismo, que vinha abrindo uma cunha na sensibilidade tribal de Israel dos dois séculos que precederam Jesus.

Havia tensões culturais que atingiam a consciência religiosa: um cidadão helênico, homem da pólis e da filosofia, ilustrado e acadêmico, só poderia ver como primitivismo de bárbaros as manifestações provincianas da religiosidade palestina. Os gregos amavam as substâncias espirituais e teóricas, as naturezas abstratas, as representações matemáticas e ideais até mesmo na arte e na religião, as construções mentais e a desmaterialização dos mitos em

função do logos — uma racionalidade explicativa e moral altamente complexa. Tudo isso dava aos helênicos um sentimento de superioridade em confronto com as outras culturas. Tinha poder de fascinação e se espalhava por meio da educação. Impunha-se como um “progresso” e uma “modernidade” quebrando as resistências reacionárias.

Jesus não discute a questão cultural. Hoje, tão preocupados pelos problemas históricos da cultura e da inculturação, impressiona a atitude de Jesus. Parece ter criticado mais os elementos desumanizantes de sua própria cultura do que os da cultura hegemônica estrangeira. Assim como elogia samaritanos que o acolhem melhor do que judeus, beneficia também gentios e os toma como exemplos de fé. Mateus deixa a irônica lição para o reconhecimento do Filho de Deus no nascimento de Jesus: os sábios estrangeiros, com uma supersticiosa religião que se deixa guiar por estrelas, acertaram sua fé com a graça melhor do que os sábios de Israel. A cultura pode ter bons recursos, mas pode também ser um aprisionamento, e os critérios com que Jesus “julga” não vêm da cultura como tal, mas do Reino de Deus.

À cultura helênica somava-se, como bem sabemos, o imperialismo romano que se impunha com a *Pax Romana* do exército. Oficiais romanos se cruzam freqüentemente com a vida de Jesus. Os latinos tinham um tremendo senso prático. Daí decorre sua natureza organizativa, jurídica, institucional, de toda realidade. A hierarquia de poderes e de forças não era algo teórico ou mítico, mas político. Tal foi seu fascínio jurídico que, ao serem vencidos pelos germânicos, contrariamente às leis da história, os vencedores adotaram a ordem social dos vencidos. Pode-se dizer também de Roma o que se diz da Grécia dominada pelos romanos: “A Grécia cativa cativou o feroz vencedor”.

E bem verdade que, no confronto crucial de Jesus com Pilatos, Jesus retira o tapete de baixo da cadeira de Pilatos: seu poder institucional, que vem hierarquicamente de cima, por delegação de César, é pecado por ser um poder que ele está exercendo como quem manda matar ou soltar sem olhar as razões do julgado, mas somente sua própria arbitrariedade. Mas politicamente os chefes dos judeus, que o entregaram, “têm pecado maior” (cf. Jo 19,11). Jesus não entra no mérito da sagacidade jurídica e política dos romanos, na sua distribuição ou concentração de poder e controle social, mas nos seus efeitos perversos. À acusação de que é um agitador de massas, Jesus assume sua responsabilidade pública: falou em lugares públicos, e muitos sabem o que ele publicou. Portanto, Jesus não se exime de sua condição “política”, mas julga a política e o poder, com o critério da verdade, seja qual for a forma do poder, o dos chefes dos judeus ou do procurador do império. Não privilegia a forma de organizar o poder, mas inspira critérios para que o poder seja um serviço à vida humana. Não há, portanto, neutralidade política no seguimento de Jesus. Pelo contrário, há uma “radicalidade” de participação ajuizadora da política no seio da missão pelo Reino de Deus. Não ajuda o dualismo ou a distribuição de tarefas: aos leigos os negócios deste mundo, aos consagrados os negócios de Deus. A consagração, mesmo no monte, se encontra nas encruzilhadas do mundo.

6. Jesus nas encruzilhadas do mundo

Nós sabemos que Jesus viveu num contexto palestino e ali consumou sua missão terrena. Foram os discípulos — Paulo como figura maior — que levaram o “Caminho” cristão para além de muitas fronteiras. Há o caso paradigmático de Corinto: entroncamento de muitas direções, naquela cidade portuária grega se mistura-

vam diferentes culturas e sensibilidades. Mas, mesmo entre os pobres que constituíam a grande maioria da comunidade cristã (cf. 1Cor 1,26), predominava o ideal helênico, a elevação de espírito. Por isso eram tentados a abandonar a memória do humilde Jesus da Galiléia interiorana por uma imagem mais hierática de Cristo “Senhor espiritual”. Paulo iria insistir com vigor: este não é o Evangelho de Cristo. Em todo lugar, em toda cultura, em toda situação social, Jesus se apresenta a partir de sua condição terrena, de sua humildade, de sua identidade com os pequenos. Não há instituições ou sistemas humanos (a “Lei”) e nem doutrinas espirituais que possam salvar por si mesmas. E por isso não há religião ou espiritualidade que, por si mesmas, sejam “ideais de vida”. Pois é a partir do despojamento que Cristo tem capacidade de sempre se encarnar de novo, de permanecer livre diante de toda situação, seja para identificar-se, seja para julgar, seja para ir mais adiante. Este modo de ser tem conseqüências muito específicas:

a) Jesus não é um “objeto de religião”, um Senhor que absorve a adoração e as diversas formas de propiciação, sacrifício, expiação, enfim, idolatria. Jesus é um servidor da graça e da misericórdia de Deus, portanto o oposto.

b) Jesus não revela um Deus que exige a propiciação, o sacrifício, a expiação, portanto um deus-ídolo. Revela, ao contrário, um Deus que serve a suas criaturas, que põe fé e esperança em seus filhos, que tem paciência e deseja encontrar e salvar absolutamente a todos. Deus maternal e misericordioso, que toma as dores e a justiça das vítimas, que vinga sem vencidos, graças à força inesgotável de seu Espírito: este é o ícone divino que se aprende de Jesus.

c) Jesus — como ensinou enfaticamente Paulo — não é um portador de um sistema religioso, de uma doutrina, de uns rituais, de uma hierarquia. Mas Jesus se apresenta como

revelador e salvador em sua espessura “humana”, em seu divino humanismo. E por isso as mediações humanas são inclusive necessárias, mas sempre relativas e reformáveis, como confessa a LG 48c: A Igreja mesma porta a figura deste mundo que passa. E, com ela, todas as instituições de vida consagrada. É por obra do Espírito do Pai e do Cristo que já se opera no mundo a escatológica “restauração de todas as coisas”.

d) Somente assim, sem concorrência de espaços religiosos, no despojamento, é que se pode entender corretamente Jesus nos caminhos da história, andando por círculos cada vez mais vastos, encontrando-se em encruzilhadas cada vez mais complexas, com diferentes povos, culturas, épocas. Toda vez que a figura de Jesus foi condicionada e, conseqüentemente, aprisionada por uma forma de religião, de cultura ou de instituição, houve violência e morte em seu nome.

e) Por não ser “objeto de religião”, Jesus, antes de criar “adoradores”, cria discípulos, companheiros na missão, fraternidade e irmandade na comunidade, afiliados na filiação divina. Somente neste clima de comunhão, de fraternidade e companheirismo adulto é que se pode falar de uma adoração cristã. Somos filhos de Deus porque somos irmãos de Jesus. Temos aliança com Deus e somos seus “companheiros” porque Ele colocou toda herança nas mãos do Filho e nos fez “co-herdeiros” com o Filho.

f) Nós também não somos “objetos religiosos” de Deus: por maiores que sejam seus dons e seus obséquios, ele nos convidou a sermos ativamente participantes em cada dom. Isso repercute com imenso poder para a maturidade humana a partir da fé, e para a maturidade da fé a partir do humano.

g) Jesus liberta para o diálogo religioso, para a missão religiosa, para o juízo religioso do mundo. Foi a “liberdade reli-

giosa" inspirada pela aproximação do Reino de Deus em misericórdia que fez Jesus transcender — de certa forma "transgredir"— o sistema fechado da lei, do templo, do sábado, do puro e impuro. Não se poderia entender a missão de Jesus sem essa liberdade que supera toda fronteira. Essa liberdade cristã começa a ser vivida onde se está livre de todo sistema religioso em si mesmo com pretensão de salvação.

h) Jesus torna-se projeto, figura e causa de um modo de vida, mas também de um modo de gastar a vida, de morrer, de entrega de si até a morte. A Exortação Apostólica remete também ao ícone joanino da cruz: o monte da transfiguração foi uma solidificação e uma "preparação" para o dom supremo da paixão. Também nesta nova "estação" da via-sacra poderíamos contemplar e beber espiritualmente. Aí está o ícone que, entre dores, dá sua vida até o fim. Não mais na forma de um centro irradiante que ilumina nossos espaços obscuros, mas na forma de extrema obscuridade que exorciza nossos terrores para nos devolver a luz. E, no entanto, poderíamos passar perigosamente do ícone ao ídolo que representa um Deus perverso e sádico, que só satisfaz a justiça mediante o sangue e a dor. Ao contrário, em Jesus é Deus mesmo que dá seu sangue e permanece maternalmente na dor que nos caberia. Também nesta "estação" o ícone não está aí para uma contemplação etérea, como objeto e bálsamo que clamamos para nosso necessário alívio, mas como sacramento — sinal eficaz — que produz uma forma de seguimento e de morte: consagrar-se a este Deus, a este Senhor e Cristo, é consagrar-se a esta forma de morrer. Quando a Exortação Apostólica diz que a vida consagrada — que se pode estender a toda vida cristã — é uma vida que vai se "transfigurando" no caminho de Jesus para o benefício de todos, podemos ler aí a "participação" no sentido mais completo, que inclui a morte (cf. VC 18).

i) A entrega, no entanto, como diz claramente João, é uma entrega à páscoa, à glorificação do Pai no Filho (cf. Jo 12,28-32; 17). A glorificação, porém, não é o momento da idolatrização narcisista: é glória posta a serviço, iconicamente presente como luz irradiante para continuar a iluminar e abrir caminhos. A consagração supõe esta páscoa da luz que, enquanto se consome, ilumina.

As conseqüências da fé cristã e da experiência de ser discípulos de Jesus, como Pedro, Tiago e João, no monte fascinante e tentador da transfiguração ou na tremenda agonia de Jesus no jardim ou ainda na manhã radiosa da ressurreição — em que a figura de Madalena revela melhor o quanto de sponsal tem o discípulo — podem e devem ser atualizadas em duas grandes direções: a globalização e a inculturação.

1. Há, hoje, uma globalização galopante. Toda proposta que vai nessa direção tem receptividade e promessa de sucesso⁶. A Igreja, que já foi mestra em globalização, mesmo com os atuais tímidos projetos, arrisca uma perversa globalização se simplesmente copiar o modelo do "mais competente", os índices de sucesso de mercado, de *midia* etc., enfim, as leis vigentes no mercado. Sem se fechar em gueto ou em seita, a Igreja também quer ir ao mercado, ao areópago, à praça aonde todos vão. E põe a Vida Consagrada no areópago (VC 96-99). Mas sua globalização só pode ser a apresentação da figura de Cristo, o Jesus do monte, do rio, da Palestina, da Páscoa. Há no mercado, inclusive, uma infinidade de movimentos e de propostas religiosas, num choque de pluralismo típico da globalização. A própria figura de Jesus é esquartejada em diferentes e até

⁶ Em termos eclesiais, no Brasil, é notável observar como o projeto global "Rumo ao Novo Milênio" está tendo repercussões que deixam pálidos os projetos sempre "pé no chão" — específicos e necessariamente exigentes quanto à inculturação das Comunidades Eclesiais de Base, exatamente por serem "de base".

opostas configurações doutrinárias, científicas e pseudocientíficas. Não há outra maneira de entrar nesse conflito interpretativo da figura de Jesus se não por meio de um testemunho pessoal e eclesial. A “competência” cristã está, antes de tudo, no testemunho. A E.A. está permeada por esta insistência no testemunho de vida. Mas importa também a “forma” do testemunho: mais do que “dizer: Senhor!” é “fazer a vontade”, ou seja, criar, gestar, cuidar, todos os verbos de um fazer vital, criador, evangélico. O testemunho com vitalidade amadurece quando é capaz de criar inclusive instituição, e zelar, administrar, suportar as contradições que elas carregam consigo. Não há por que estranhar a lembrança que a Exortação Apostólica faz, nos mesmos números citados acima, das “obras” institucionais, pelas quais se dá a vida freqüentemente sem glória.

2. A proposta mais específica da evangelização e da própria inserção da Igreja e, portanto, do cristão no mundo de hoje é de *inculturação*. Trata-se de um processo inteiramente inverso ao da globalização triunfante que está em andamento, e por isso tem dificuldade de credibilidade até mesmo em círculos eclesiais. Estamos, portanto, diante de algo muito delicado: a catolicidade e universalidade da Igreja só podem se dar diante do pluralismo religioso, em diálogo com a pluralidade, e na capacidade de permanecer como pluralismo religioso, mesmo cristão e eclesial: catolicidade nas diferenças. Hoje aprendemos que o pluralismo religioso está em correlação com o pluralismo cultural, e que este é um pluralismo vital, necessário à saúde e à salvação da humanidade, como a biodiversidade é absolutamente necessária para a vida na terra. Portanto, Deus mesmo quer e cria o pluralismo religioso, o enriquecimento fecundante das diferenças. Somente uma grande liberdade e uma grande sensibilidade contemplativa poderão fazer justiça a esta vontade divina. Ora, a

figura evangélica e católica de Jesus, com seu despojamento e liberdade, com sua misericórdia maternal e com seu otimismo na confiança da aproximação do Reino, é a fonte cristã para se colocar nas encruzilhadas das religiões, das culturas, com a específica atitude de diálogo e paciência que o tempo exige⁷.

Em conclusão: partindo da contemplação do ícone de Cristo transfigurado no monte, situamos o monte no meio de encruzilhadas e caminhos abertos. Por isso nosso artigo não se intitula, como poderia sugerir o início da VC, “Jesus no monte”, mas “Jesus na encruzilhada”: o monte se encontra na encruzilhada de sua missão, de seu caminho pela Galiléia desde a outra fulgurante experiência trinitária, a do rio Jordão. Encontra-se na encruzilhada de uma decisão sobre o futuro, o caminho de Jerusalém, do conflito e da cruz, da experiência abismal da morte sem Deus — morte “de” Deus — e também da páscoa e da glorificação. Encontra-se na encruzilhada de uma vida terrena vivida intensamente entre as tradições ricas de seu povo e a aproximação do Reino escatológico que faz discernir a pérola e a semente num campo de impurezas. Põe-se na encruzilhada crítica de cidades e multidões com suas ânsias e seus equívocos, com desejo de vida e conspirações de morte. Está numa encru-

⁷ Taborda já nos advertiu sobre a riqueza e alguns limites que estão na VC a respeito da inculturação. O enfoque é missionário, e não ganha a radicalidade que seria sua posição no segundo capítulo, quando a própria vida comunitária — modelo de Igreja, de catolicidade — também entrariam na dinâmica da inculturação (cf. TABORDA, Francisco, “Inculturação — reflexões a propósito da Exortação Apostólica pós-sinodal *Vita consecrata*”, em: *Convergência*, Rio de Janeiro: Conferência dos Religiosos do Brasil, pp. 280-293). Aqui nos concentramos mais na primeira parte, e o que queremos afirmar é que inclusive a primeira parte, onde se apresenta a fundamentação trinitária e cristológica, precisa aceitar estes dois grandes e conflitantes desafios, o da globalização e o da inculturação.

zilhada da história e da política que, ficando com a descrição inaugural de Lucas, é um tempo favorável, uma “plenitude dos tempos”, mas é também imperialismo escravagista, é hegemonia da cultura desarraigante de todas as culturas — a abstração e a secularização grega. Enfim, Jesus se encontra “no meio”, na encruzilhada entre oriente e ocidente, realizando uma missão e uma vida terrenamente muito humilde e limitada, circunscrita a uma pequena região e a alguns poucos anos, mas aberto a todos os caminhos.

Afinal, teologicamente, Jesus — com sua humanidade despojada — está na grande encruzilhada da salvação e da graça, da comunhão com Deus. Ele é, segundo a teologia cristã, a encruzilhada, o “meio” e

o mediador entre o Pai e o Espírito na comunhão eterna da Trindade: com o Espírito procede do Pai e com o Pai procede o Espírito. Por isso, São Boaventura, na sua meditação cristológica, afirma que o método é começar por esse meio, por essa “encruzilhada”: “Deve-se começar pelo meio, que é Cristo” (*Incipiendum est a medio, quod est Christus*)⁸. Em Cristo, enfim, monte e encruzilhada se conjugam: o monte está na encruzilhada e a encruzilhada está no monte. Contemplá-lo e segui-lo no monte parece mais fácil, menos arriscado. Segui-lo e contemplá-lo nas encruzilhadas é o grande risco e a grande decisão, o Caminho.

⁸ *In Hexam.-Op. Omn. V, 330.*

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Na introdução do artigo, o autor estabelece uma contraposição entre o ícone e o ídolo, tecendo considerações importantes para a experiência cristã hodierna. Como você e sua comunidade percebem os desafios levantados por esta parte do texto? Na percepção de vocês, quais são as principais condições para se viver hoje o *contemplativus in actione* ou o *activus in contemplatione*?
2. Ao longo do artigo, a pessoa de Jesus e suas práticas são contextualizadas pelo autor por meio de diferentes “lugares” geográficos, culturais e sociais: o monte, o caminho, a Galiléia, a Palestina, o império. Depois de uma leitura meditativa do texto, partilhe com a comunidade os sentimentos que ele suscitou em você.
3. No item “Jesus nas encruzilhadas do mundo”, o autor menciona uma série de características da vida e missão de Jesus que são também exigências muito concretas para seus discípulos e discípulas de hoje. Procure aprofundar pessoal e comunitariamente esses traços da experiência cristã.

COMUNHÃO, SINAL DE FRATERNIDADE SOLIDARIEDADE, SINAL DE COMUNHÃO

Irmã Lucia Weiler*
Irmãs da Divina Providência

O segredo da verdadeira
comunhão está no fato de entrar
na condição do outro. Deixar de
ser rico para tornar-se pobre.
Deixar os privilégios de condição
superior para assumir o lugar de
servo no meio de muitos.

A experiência humana nos mostra que a
comunhão só é possível quando as diferen-
ças são aceitas, valorizadas e respeitadas.
Não podemos falar de comunhão sem falar
das diferenças, da diversidade, do múltiplo.
A própria natureza nos ensina que nada se
repete. Não existe o igual, mas o único.
Comunhão não é uniformização. Deixar
espaço para o original e o multiforme é
condição indispensável para a comunhão.

A comunhão não é um dado pronto e
acabado, mas um processo sempre em
gestação. Deve contextualizar-se no tempo
e no espaço, no aqui e agora. Nesse senti-
do, a comunhão é e será sempre um sinal
dos tempos. Toca diretamente nas estrutu-
ras e nos relacionamentos humanos. A

comunhão é sinal de fraternidade, assim
como a solidariedade é sinal de comunhão.

A Bíblia e a realidade nos ensinam que
a justiça e a solidariedade na partilha, a
luta pelos direitos humanos e o empenho
por uma vida digna e feliz para todos é o
“caminho estreito” e conflitivo, mas único
para chegar à verdadeira **comunhão**.

Como entender o eterno anseio da hu-
manidade por uma vida feliz de comunhão:

Comunhão: Saudade ou Esperança?

Comunhão: Dom ou Compromisso?

Comunhão: “Estado de espírito” ou
Processo?

Seguiremos as pegadas da experiência
bíblica com o objetivo de buscar luzes e
forças para nosso anseio de comunhão
como sinal de fraternidade e nosso com-
promisso profético de solidariedade como
sinal de comunhão.

LANÇANDO UM OLHAR PARA AS ORIGENS: “NO PRINCÍPIO”

O livro da Bíblia que conta as origens
da humanidade é o Gênesis. A expressão
“no princípio” que faz a abertura do rela-
to, carrega em si muito mais que um mero

* A Autora: Ir. Lucia Weiler — Teóloga, professora de Sagrada Escritura na PUC de Porto Alegre. Atualmente, Conselheira Geral da Congregação.

S
I
C
O
P
O
R
E
T
E
R
N
O
S

sentido temporal. Está preñe de um forte sentido essencial e qualitativo.

“No princípio” está o informe, o indifereñte. Ao mesmo tempo está aí latente um incrível potencial de vida: a esperança do “vir-a-ser”, pela presença do Espírito do Deus da Vida. Sua presença é descrita como um “pairar sobre” enquanto aguarda o momento histórico para “encarnar-se em”.

A Palavra criadora, que é o próprio Deus encarnado na história, é a única capaz de dar origem à vida. E a vida emerge exuberante e forte e, ao mesmo tempo, frágil e tenra, como um sopro (cf. Gn 2, 7) do Deus da Vida.

A Luz, obra de Deus, porque Ele mesmo é a Luz (cf. Gn 1,3 e Jo 8,12; 1Jo 1, 5), vai dando configuração e forma ao informe, vai delineando as diferenças que contrastam com o indifereñte.

“No princípio” tudo é **comunhão!** Esta harmoniosa comunhão do princípio é simbolizada pelo Jardim do Éden. Um paraíso! Deus passeava com Adão e Eva no Jardim do Éden. Símbolo de comunhão, de proximidade e de amizade entre Deus e a humanidade. Homem e Mulher ficavam nus um diante do outro e não sentiam vergonha.

E Deus contemplou sua obra e viu que tudo era bom. E descansou!

Se fôssemos parar por aqui, diríamos: é tudo muito bonito e poético, mas não corresponde à realidade que vivemos. A mesma observação é feita pelo autor de Gênesis. O fato que provocou a memória da comunhão existente “no princípio” é a realidade contraditória da ambição e do conflito que vivemos ontem e hoje. As histórias de Caim e Abel, de Esaú e Jacó, de José e seus irmãos, de Noé e seus contemporâneos são uma releitura dessa realidade contrária à comunhão da origem.

A comunhão de corpos “carne da minha carne” (Gn 2,23) do “princípio” foi rompida pela prostituição do homem, que

negocia como mercadoria de compra e venda o corpo da mulher. Temos aí a história dramática de “Dina, violentada, amada, negociada, traída”, narrada no Gênesis, (Gn 34,1-31) que se repete na história de tantas outras mulheres do nosso tempo⁹.

A história da Torre de Babel, seguida do Dilúvio, mostra que a ganância de ter e a ambição de poder criam um completo caos relacional e ecológico. Nenhuma esperança teria sobrado se não fosse Deus e sua aliança irreversível com Noé, sua família e toda criação.

Por mais desesperadores e contrários à comunhão que possam soar aos nossos ouvidos esses relatos do Gênesis, devemos admitir que retratam de forma concentrada e condensada a realidade que vivemos ainda hoje. Entretanto, o fio que passa e perpassa tudo é sempre a certeza do juramento de Deus. A comunhão como sinal e aliança é sustentada por uma promessa e uma esperança que nunca falham:

“Eu vou fazer uma aliança convosco e com vossa posteridade, assim como com todos os seres vivos que estão convosco: as aves, os animais domésticos, todos os animais selvagens que estão convosco, desde todos aqueles que saírem da arca até todo animal da terra (...) Eis o sinal da aliança que eu faço convosco e com todos os seres vivos que vos cercam por todas as gerações futuras: Ponho o meu arco nas nuvens para que ele seja o sinal da aliança entre mim e a terra” (Gn 9,9-13).

ÊXODO: CAMINHANDO PELO DESERTO EM BUSCA DE UMA COMUNHÃO SOLIDÁRIA LIVRE E LIBERTADORA

A escravidão de ontem no Egito e na Palestina... e a escravidão de hoje, na

⁹ DREHER, Isolde, *Mulheres em Gênesis 1-38, Palavra Partilhada*, CEBI/Sul.

34

Viver a comunhão como sinal de fraternidade e a solidariedade como sinal de comunhão implica uma atitude profética de quem se dispõe a peregrinar para aprender a ser livre no relacionamento com as companheiras e os companheiros de caminhada.

A lição do maná no deserto, relida pelo Evangelho de João como sinal da Eucaristia, ensina que a comunhão é compromisso de partilha conforme as necessidades de cada um, sem acúmulo nem falta (cf. Ex 16,17-18; Jo 6; At 2,42-47; 4,32-35).

Não existe comunhão sem partilha. Não somente os bens devem ser partilhados, mas também os dons, as experiências de vida e de missão. Foi assim que nasceu o povo de Deus em Israel. Foi assim que nasceram as primeiras comunidades cristãs. Assim nascem e se mantêm nossas comunidades eclesiais e religiosas hoje.

4. Fazer a experiência do Deus Libertador e entrar em comunhão com ele

O povo exodal vive uma forte "espiritualidade de comunhão" com Deus. Por meio de Moisés, Deus lhe fala. A voz de Deus é a força geratriz da comunidade livre. Moisés falava com Deus face a face, como alguém fala com seu amigo (cf. Ex 33,11).

A comunhão com o Deus da Vida, que se encontra lá onde a pessoa humana é oprimida, explorada, empobrecida, é a referência fundante para a marcha em busca da liberdade. Essa comunhão com Deus exige momentos explícitos de diálogo, como se cultivava uma amizade (cf. Ex 32, 11-14; 33,11-23; 34,6-9).

5. Comprometer-se com a criação de uma nova sociedade-aliança

O povo bíblico nos ensina que a peregrinação e a itinerância não têm sentido

em si mesmas, mas apontam para uma nova sociedade firmada na aliança em que não há mais empobrecidos porque existe a lei da solidariedade. O livro do Deuteronômio, ou Segunda Lei, no sentido de uma releitura contextualizada e prática da Vontade de Deus, nos diz o seguinte:

"Não deverá haver pobres no meio de ti, porque o Senhor, teu Deus, te abençoará na terra que te dá como herança, contanto que obedças fielmente à voz do Senhor, teu Deus, pondo cuidadosamente em prática os mandamentos que hoje te dou (...)

Se houver no meio de ti um pobre entre os teus irmãos (de aliança), em uma de tuas cidades, na terra que te dá o Senhor, teu Deus, não endurecerás teu coração e não fecharás tua mão diante de teu irmão pobre; mas abrir-lhe-ás a mão e emprestar-lhe-ás segundo as necessidades de sua indigência (...)

Deves dar-lhe, e dar-lhe de bom coração, pois, por causa disto, o Senhor, teu Deus, te abençoará em todos os empreendimentos de tuas mãos. Nunca faltarão pobres na terra, e por isso dou-te esta ordem: abre tua mão ao teu irmão necessitado ou pobre que vive em tua terra" (Dt 15,4-11).

A primeira carta de João reinterpreta esse texto do Deuteronômio na perspectiva da comunhão efetiva, fundada na permanência do amor de Deus em nós:

"Se alguém possuir bens neste mundo e vê seu irmão sofrer necessidade, mas lhe fechar o coração, como pode o amor de Deus permanecer nele?"

A solidariedade com os pobres é o princípio ético da nova sociedade gerada pela aliança. A indiferença com os pobres na comunidade é um contra-sinal da Aliança-Comunhão.

Comunhão com Deus deve passar pelo sinal da Fraternidade nos relacionamentos e da solidariedade com os empobrecidos.

PROFETAS: ROMPENDO COM O RITUALISMO SACRIFICIALISTA PARA PROMOVER A VERDADEIRA COMUNHÃO

Para devolver ao conceito "Comunhão" seu sentido criativo, testemunhal e profético é preciso superar o ritualismo. Essa é uma tentação de ontem e de hoje. O movimento profético vê como sua tarefa fazer uma releitura dos ritos litúrgicos da renovação da aliança.

Os profetas bíblicos percebem a contradição existente entre o rito litúrgico da comunhão-aliança e a prática. Isso significa um desgaste do Sinal. As críticas são duras e provêm diretamente da boca de Deus:

"Porque eu quero o amor (a misericórdia) e não os sacrifícios,

E o conhecimento de Deus mais que os holocaustos" (Os 6,6).

A prática do jejum tem por objetivo a justiça e a comunhão com o pobre e não é um rito prescrito para agradar a Deus:

"Sabeis qual é o jejum que eu aprecio, diz o Senhor, teu Deus:

É romper as cadeias injustas, desatar as cordas do jugo, mandar embora livres os oprimidos e quebrar toda espécie de jugo. É repartir o alimento com o faminto, dar abrigo aos infelizes e sem asilo, vestir os nus em lugar de desviar-se de seu semblante" (Is 58,6-7).

A comunhão originária do Paraíso volta a ser realidade e não apenas saudade do passado ou esperança futura:

"Se expulsares de tua casa toda opressão (...) se dás do teu pão ao faminto, se alimentas os pobres, tua luz levantar-se-á na escuridão e tua noite resplandecerá como o dia pleno, o Senhor te guiará constantemente; alimentar-te-á no árido deserto, renovará teu vigor. Serás como um jardim bem irrigado, como uma fonte de águas inesgotáveis" (Is 58,9-11).

A comunhão profética passa pela Justiça-Amor. Viver em comunhão significa optar pela vida, assumindo a causa daqueles que não contam na sociedade, porque não têm voz nem vez: pobres, estrangeiros, órfãos e viúvas (cf. Is 1,17; Zc 7,10).

Em tempo de exílio, quando o povo se sente totalmente abandonado (cf. Is 49,14), a comunhão profética passa por uma nova compreensão de Deus. O Deus Libertador do Êxodo assume o rosto feminino da Ternura e da Consolação:

"Pode uma mulher esquecer-se daquele que amamenta? Não ter carinho pelo fruto de suas entranhas? E mesmo que ela os esquecesse, eu não te esqueceria nunca" (Is 49,15).

O ministério da consolação solidária tem muito a ver com a verdadeira comunhão profética. Consolar, significa colocar-se no mesmo chão da pessoa que sofre para entrar em comunhão com seu sofrimento em sua situação real. A consolação profética não significa um artifício para mandar alguém embora, como o queriam fazer os discípulos com a mulher cananéia (cf. Mt 15,21-28) e como nós muitas vezes fazemos para não sermos mais estorvados. Significa muito mais aproximar-se do outro. Assumir sua causa. Colocar-se no mesmo chão ("solo") da pessoa que sofre, para entrar em comunhão com...

NOVA ALIANÇA: DEUS SE COLOCA NO NOSSO CHÃO PARA ENTRAR EM COMUNHÃO PLENA COM A HUMANIDADE

A encarnação de Deus na história é o sinal máximo de sua comunhão com a humanidade. Suas opções revelam plena solidariedade com a condição humana em suas diversas manifestações de alegria e festa, de sofrimento e luta, de resistência e força, de dependência e fragilidade.

Jesus assumiu todos os condicionamentos da vida humana e os assumiu onde pesam mais, isto é, no meio dos pobres:

“Sendo de condição divina, esvaziou-se a si mesmo e assumiu a condição de servo, um no meio de muitos” (Fl 2,6-7). “Sendo rico se fez pobre” (2Cor 8,9).

O segredo da verdadeira comunhão, a partir de Jesus, está no fato de entrar na condição do outro, da outra. Deixar de ser rico para tornar-se pobre. Deixar os privilégios de uma condição superior de poder, para assumir o lugar dos sem voz e sem vez, do servo no meio de muitos.

Toda vida de Jesus foi um testemunho desse desprendimento. Solidariza-se com os empobrecidos e a partir deles lê os fatos, posiciona-se diante dos acontecimentos, contextualiza a vontade do Pai e reinterpreta sua própria missão. Por causa disso foi parar na cruz. Mas ressuscitou e permanece vivo em comunhão ainda mais profunda no meio de nós.

A fonte da qual Jesus bebia, o alimento que Jesus comia para fortificar sua opção era a própria comunhão trinitária. Seu relacionamento fecundo com o Pai e sua atenção vigilante aos sinais do Espírito constituem a mística comunitária de Jesus. Assim o mostra o episódio do encontro de Jesus com a samaritana e tantos outros

testemunhados e relatados pelas primeiras comunidades cristãs (cf. Jo 4,1-42).

Jesus resume sua vida e missão deixando um testamento único: “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (cf. Jo 13-17). Sinal desse testamento é o pão partilhado e o vinho consagrado e repartido, o Sacramento da Eucaristia que também chamamos de comunhão. Isso é um memorial perpétuo, uma páscoa para ser celebrada de geração em geração.

A COMUNHÃO KOINONIA NAS PRIMEIRAS COMUNIDADES CRISTÃS

As primeiras comunidades cristãs viveram a Koinonia como ideal da vida comunitária e como sinal profético para todos: “Vede como eles se amam!”

A comunhão não aparece isolada, mas como uma das colunas de sustentação da vida em comunidade¹⁰.

“Eles perseveravam no ensinamento dos apóstolos, na comunhão, na fração do pão e nas orações” (At 2,42).

A fonte da comunhão é Deus Uno e Trino. Ela nasce do Pai (cf. 1Jo 1,3), do Filho (cf. 1Cor 1,9) e do Espírito Santo (cf. 2Cor 13,13; Fl 2,1) e se traduz na fraternidade da partilha de bens. Os cristãos tinham tudo em comum, de modo que não havia mais necessitados entre eles (cf. At 2,44-45: 4,32,34-35). Assim concretizaram a ética comunitária do Deuterônomo que dizia: “Não deverá haver pobres entre vocês” (Dt 15,4).

A comunhão era um sinal de solidariedade. Atitude de quem não acumula os bens porque não se julga dono dos mesmos. Viver em comunhão significava ter a genero-

¹⁰ *Viver e Anunciar a Palavra: As primeiras comunidades*, Coleção Tua Palavra é Vida 6, pp. 93 a 96.

cidade de partilhar seus bens com os outros (cf. Rm 15,26; 2Cor 9,13; Rm 6 e 17).

“Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum, vendiam suas propriedades e bens e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um” (At 2,44-45; cf. tb. 4,35).

Viver a comunhão era também um sinal de fraternidade. Atitude de quem não partilha apenas os bens materiais, mas se abre pessoalmente para a partilha dos sentimentos e da experiência de vida e de fé na comunidade. Assim a “multidão dos que haviam crido era um só coração e uma só alma” (At 4,32; 1,14; 2,4-9). A comunidade é chamada a ser um grupo de convivência de pessoas amigas (cf. Jo 15,15), que supera as barreiras provenientes de religião, classe social, cultura, sexo e raça (cf. Gl 3,28; Cl 3,11; 1Cor 12,13).

Essa comunhão causa admiração e conquista a simpatia do povo (cf. At 2,47). Tem a força da irradiação apostólica: “Vede como se amam!” A comunidade vivia os laços de fraterna amizade segundo o exemplo de Jesus, que também foi admirado pelos judeus: “Vede como ele o amava” (Jo 11,36). E a consequência desse testemunho é o aumento do número de pessoas que abraçavam a fé e tornavam-se seguidoras de Jesus (cf. At 2,47).

A comunhão não pode ser profanada, nem manipulada. Ela é sinal sagrado. Quem dela abusa e dela se aproveita em benefício próprio, morre para a comunidade. É o que nos ensina o relato sobre o maná no Êxodo (cf. Ex 16,17-30) e o episódio de Ananias e Safira (cf. At 5,1-11).

COMUNIDADES RELIGIOSAS OU FRATERNIDADES: SINAL PROFÉTICO DE COMUNHÃO PARA O MUNDO

A vida em comum dos primeiros cristãos inspirou, ao longo dos séculos, a orga-

nização da vida religiosa em comunidade. Originalmente esse estilo de vida foi um sinal profético de comunhão para o mundo.

Hoje, num contexto pós-moderno, enfrentamos uma onda de individualismo que coloca em questionamento, quando não em risco, nosso estilo de vida em comum. Exatamente nesse contexto somos desafiadas a manifestar com maior força de credibilidade o profetismo desse sinal que encontra suas raízes tanto na experiência humana quanto na experiência bíblica.

A Exortação Apostólica pós-sinodal sobre a Vida Consagrada reafirma o caráter profético inerente à Vida Consagrada:

“O profetismo é inerente à Vida Consagrada enquanto tal, devido ao radicalismo do seguimento de Cristo e da conseqüente dedicação à missão que o caracteriza. A função de sinal que o Concílio Vaticano II atribui à Vida Consagrada exprime-se no testemunho da primazia que Deus e os valores do Evangelho têm na vida cristã. Em virtude dessa primazia, nada pode ser preferido ao amor pessoal por Cristo e pelos pobres, nos quais Ele vive” (Vida Consagrada, 84).

Condições para o testemunho profético, conforme o documento pós-sinodal, são: uma busca constante e apaixonada da vontade de Deus, uma comunhão eclesial generosa e imprescindível, o exercício do discernimento espiritual e o amor pela verdade¹¹.

Nossa vida fraterna em comum é desafiada a tornar-se, mais e mais, um sinal profético de comunhão para o mundo. Um espaço de reconciliação e de graça dentro de um contexto desagregador, fragmentado e pouco reconciliado.

¹¹ SECONDIN, Bruno, *Reflexões sobre a “Vita Consecrata”*, Publicações CRB/1996, Edições Loyola, 1996, p. 112.

VIDA CONSAGRADA: SINAL DA "KOINONIA" TRINITÁRIA NA IGREJA PARA O MUNDO

A Vida Consagrada é chamada a ser sinal da "Koinonia" Trinitária concedida como dom à Igreja e do compromisso sempre urgente de se viver a "comunhão eclesial" de forma autêntica e profética¹².

"Com a incessante promoção do amor fraterno, mesmo sob a forma de vida comum, a Vida Consagrada revelou que a participação na comunhão trinitária pode mudar as relações humanas, criando um novo tipo de solidariedade (Vida Consagrada 41 b).

A Exortação Apostólica sobre a Vida Consagrada vem consolidar um longo caminho feito desde o Concílio Vaticano II, confirma as novas sensibilidades da Vida Consagrada e fundamenta com maior vigor o enraizamento trinitário da vida em comunhão. A Vida Consagrada, como seguimento de Jesus Cristo, "se propõe como eloqüente confissão trinitária" (Vida Consagrada 21 f).

"À Vida Consagrada pertence seguramente o mérito de ter contribuído eficazmente para manter viva na Igreja a exigência da fraternidade como confissão da Trindade" (Vida Consagrada 41b).

"Em outras palavras — comenta B. SECONDIN —, a vida fraterna é o lugar onde o Deus Trindade se dá e se torna partícipe da fraternidade e a envolve em sua própria vida, e é estrutura sacramental que torna

eficaz e libertadora na história a comunhão trinitária"¹³.

Bebendo desta fonte trinitária e deixando-nos mover por seu amor que fortalece nossa opção em favor da vida dos empobrecidos e oprimidos, nossa vida em comunhão pode anunciar profeticamente ao mundo que é possível mudar as relações humanas, criando novo tipo de solidariedade. Denuncia assim qualquer forma de egoísmo e individualismo causadores da não-partilha e da concentração de bens nas mãos de alguns e da falta do necessário para sobrevivência nas mesas de outros.

A verdadeira comunhão passa por esse caminho da justiça e da partilha solidária.

CONCLUSÃO

Uma espiritualidade de comunhão no sentido bíblico só pode ser entendida na dinâmica interativa de comunhão com o Deus da Vida e de solidariedade profética com o povo que clama porque sofre e é explorado em seus justos direitos e sua dignidade humana.

A comunhão eclesial, num sentido global e não restrito à dimensão hierárquica, é mediadora dessa espiritualidade profético-libertadora de comunhão da Vida Consagrada.

Nossas Comunidades Religiosas são chamadas a viver na liberdade e na alegria do espírito (cf. At 13,52), testemunhando profeticamente, para dentro de um contexto desagregador, que uma vida fraterna em comum é possível enquanto geradora de novos relacionamentos de comunhão e participação e de um novo tipo de solidariedade com os excluídos da sociedade.

¹² SECONDIN, Bruno, idem, p. 92.

¹³ SECONDIN, Bruno, idem, p. 94.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. "A experiência humana nos mostra que a comunhão só é possível quando as diferenças são aceitas, valorizadas e respeitadas. Não podemos falar de comunhão sem falar de diferenças, da diversidade, do múltiplo... Comunhão não é uniformização. Deixar espaço para o original e o multiforme é condição indispensável para a comunhão." Você concorda com essas afirmações da autora? Quais são as principais consequências práticas dessa maneira de compreender a comunhão?
2. A autora destaca vários "momentos" da experiência bíblica que podem iluminar e inspirar nossos anseios de comunhão. Quais desses momentos lhe parecem mais alentadores em sua busca de comunhão? Partilhe sua experiência com a comunidade.
3. No contexto pós-moderno de hoje cresce a tendência ao individualismo, e a solidariedade é muitas vezes sacrificada a essa tendência. Como a Vida Religiosa pode ser sinal de comunhão nesse contexto? Que valores é preciso enfatizar? Que obstáculos superar?

OS INSTITUTOS RELIGIOSOS DE IRMÃOS À LUZ DE VITA CONSECRATA

Ir. John Johnston, FSC *

Os Institutos Religiosos de Irmãs e Irmãos necessitam, nos dias de hoje, de uma afirmação toda especial. Não são poucos os que perguntam: Não é um desperdício a vida destes homens e destas mulheres?

Em *Vita Consecrata* o papa João Paulo II dedica quatro páginas inteiras à vocação do religioso-Irmão. Contudo, esse interesse extraordinário não é surpreendente: o religioso-Irmão foi o centro de atenção ao longo de todas as etapas da prolongada “caminhada” do Sínodo sobre a *Vida Consagrada e sua Missão na Igreja e no Mundo*.

Há quatro anos, os *Lineamenta* propuseram um grande número de temas importantes que afetam a vocação dos Irmãos, e incitaram os Bispos, Religiosos e Religiosas, e outras pessoas interessadas, a expressarem suas preocupações e suas opiniões. A secretaria do Sínodo recebeu um elevado número de respostas impressionantes. O *Instrumentum Laboris* informou sobre essas respostas e propôs questões concretas à consideração dos participantes do Sínodo. O resultado foi um número

notável de intervenções e, finalmente, a formulação de duas proposições.

A vocação de religiosos-Irmãos deve ser objeto de consideração no contexto das diferentes formas específicas de Vida Consagrada: há Irmãos em Institutos “Mistos”, e Irmãos em Institutos “Laicos”. Este artigo, concretamente, refere-se tão somente à vocação dos membros de Institutos “Laicos”, ou “Institutos de Religiosos-Irmãos”.

LINEAMENTA

Os *Lineamenta* (19b e 21) reconhecem a importância da presença dos religiosos-Irmãos na Igreja e expressam estima pela qualidade dos serviços que prestam numa “rica diversidade de trabalhos apostólicos e sociais em favor da humanidade”. Mediante esses serviços, os Irmãos levam o amor de Cristo a todos e, inspirados pelo título que os identifica — *Irmãos* —, contribuem para o estabelecimento da paz, da justiça e da comunhão.

Mas os *Lineamenta* reconhecem que, amiúde, o “caráter da vida consagrada laical masculina não aparece claro em sua fisionomia, uma vez que na mentalidade de muitos fiéis se julga que deve estar unida ao sacerdócio, porquanto, na realidade, representa a consagração em sua máxima simplicidade”.

Por conseguinte, o Documento declara: “Parece necessário examinar a fundo e

* O Autor: Ir. John Johnston — Superior Geral da Congregação dos Irmãos das Escolas Cristãs ou Irmãos Lassalistas — Roma.

avaliar a experiência vivida pelos Irmãos, tanto nos Institutos clericais como nos laicos, tomando em consideração questões que afetam sua 'dignidade, formação, participação e serviço apostólico'".

INSTRUMENTUM LABORIS

As respostas ao questionário confirmavam a posição, expressada no documento preliminar, de que a vocação do religioso-Irmão não está sendo bem compreendida nem apreciada. Mesmo que a Vida Consagrada tenha sido predominantemente leiga em suas origens, e mesmo que o Vaticano II se tenha pronunciado clara e positivamente sobre os religiosos-Irmãos, "muitas pessoas" continuam pensando que a vocação do religioso, que não é sacerdote, é algo incompleto.

As respostas pediam "uma reafirmação do valor, plenitude e importância" da vida religiosa dos Irmãos, juntamente com um reconhecimento de sua total consagração a Deus e por meio de seus serviços apostólicos. Ao mesmo tempo que os Irmãos devem reconhecer e demonstrar respeito pela diversidade e complementaridade de vocações na Igreja, eles são animados a partilharem sua herança e sua espiritualidade com seus colaboradores leigos. Muitas respostas insistiam no sentido de que se proporcione aos irmãos a oportunidade de uma formação ao mesmo tempo humana, teológica, pastoral, profissional e integral.

O SÍNODO

Nos primeiros dias do Sínodo, e atendendo a um convite de sua secretaria, o falecido Irmão José Pablo Basterrechea, ex-Superior Geral dos Irmãos das Escolas Cristãs, e na época Secretário Geral da União de Superiores Gerais, fez uma exposição especial de quinze minutos, intitulada *A Vocação do Irmão nas Congre-*

gações Leigas, Clericais e Mistas. Essa intervenção serviu para projetar uma luz sobre a vocação dos Irmãos.

O Irmão Pablo expressou seu agradecimento pela "atenção especial" dada à vocação dos Irmãos tanto nos *Lineamenta* como no *Instrumentum Laboris*, e deixou clara sua esperança de que os participantes do Sínodo dariam uma resposta de forma adequada e eficaz à ampla ignorância e à falta de compreensão atinentes à identidade dos religiosos-Irmãos. Falou bastante extensivamente sobre temas que fazem referência à identidade dos Irmãos nos Institutos Clericais e nos Mistos, e da crise de vocações para religiosos-Irmãos.

Merece menção a nomeação pelo Santo Padre de oito Irmãos como auditores, um dos quais designou Secretário Especial adjunto; foi outra demonstração de estima pela vocação do religioso-Irmão.

Numerosos participantes intervieram no tema dos Irmãos. Mesmo que o tema central da maior parte das intervenções fosse a questão dos Irmãos nos Institutos "Mistos", muitos Bispos e auditores manifestaram seu apreço pela vocação dos religiosos-Irmãos em geral. As discussões em pequenos grupos deram como resultado a formulação e aceitação de duas proposições pertinentes para a consideração do Santo Padre.

VITA CONSECRATA

O papa João Paulo II, no parágrafo 60, escreve direta e explicitamente sobre a vocação do religioso leigo, sob o título *Os Religiosos Irmãos*, e no parágrafo 61, sob o título *Institutos Mistos*. Inicia o parágrafo 60 lembrando que:

"Segundo a doutrina tradicional da Igreja, a Vida Consagrada, por sua natureza, não é laical nem clerical e, portanto, a 'consagração laical', tanto masculina como

feminina, constitui por si mesma um estado completo de profissão dos conselhos evangélicos. Por isso mesmo ela tem um valor próprio, independentemente do ministério sagrado, tanto para o indivíduo como para a Igreja”.

Nessa reafirmação sem ambigüidade do princípio claramente definido no Decreto *Perfectae Caritatis* (10) e no Cânon 588, o Papa, aceitando a recomendação dos Padres do Sínodo, juntou a vocação das Irmãs religiosas com a dos Irmãos religiosos. Essa união é muito apropriada, uma vez que a vocação delas é essencialmente a mesma. Além disso, de acordo com o *Instrumentum Laboris* (8), as Irmãs e os Irmãos constituem 82,2% dos membros dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica (72,5% Irmãs, 9,7% Irmãos). Vem ao caso observar que as pessoas, geralmente, não perguntam se a vocação das Irmãs é ou não é “completa em si mesma”. É a vocação dos Irmãos que habitualmente se questiona. Por esse motivo, os Irmãos religiosos podem ser agradecidos por esta afirmação.

Em continuação, o documento expressa “grande estima” pelos valiosos serviços prestados pelos Irmãos e por sua participação “na missão de proclamar o Evangelho e ser seus testemunhos”. Dada a importância desses serviços, alguns dos quais podem ser considerados como *ministérios eclesiais*, os Irmãos devem receber “uma formação apropriada e integral: humana, espiritual, teológica, pastoral e profissional”.

Nesse ponto, o Santo Padre, fazendo sua uma recomendação dos Padres do Sínodo, dá uma nova orientação. Os Institutos que, por determinação do fundador, não incluem o exercício das sagradas ordens, são chamados de “Institutos Laicos” no Cânon 588. Não obstante, o Papa escreve:

“No Sínodo se fez notar que essa terminologia não expressa adequadamente a índole peculiar dos membros de tais Ins-

titutos Religiosos. Com efeito, ainda que desempenhem muitos serviços que são também comuns aos fiéis leigos, eles os executam com sua identidade de consagrados (...) Por esse motivo, os Padres do Sínodo, com o objetivo de evitar qualquer ambigüidade e confusão com a índole secular dos fiéis leigos, quiseram propor o termo *Institutos Religiosos de Irmãos*”.

O Santo Padre afirma que esta proposta é significativa, sobretudo se for levado em conta que o termo “Irmão” encerra uma rica espiritualidade. Repete as belas palavras de seu discurso na Audiência Geral de 22 de fevereiro de 1995:

“Esses religiosos são chamados a serem irmãos de Cristo, profundamente unidos a Ele (...) irmãos entre si (...) irmãos de todos os homens pelo testemunho da caridade de Cristo por todos, especialmente pelos mais pequenos, os mais necessitados (...) irmãos para fazer com que reine maior fraternidade na Igreja”.

A esse respeito, o Santo Padre ofereceu um esclarecimento valioso do Parágrafo 10º do *Perfectae Caritatis*, que estabelece que não existem impedimentos para que nesses Institutos Religiosos de Irmãos, quando o Capítulo Geral assim o dispuser, alguns sejam promovidos às ordens sagradas para prover às necessidades do ministério sacerdotal nas próprias casas. Mas, de maneira muito significativa, o Papa repete o que afirmou na mesma Audiência Geral do ano passado:

“Embora o Concílio Vaticano II não incite explicitamente a seguir essa práxis, exatamente porque deseja que os Institutos de Irmãos permaneçam fiéis à sua índole e missão”.

Por isso, os irmãos podem estar agradecidos pelo espaço e estima de sua vocação, que motivou o Santo Padre a fazer essa interpretação autorizada da *Perfectae Caritatis* 10.

CONTINUIDADE E FIDELIDADE

As duas partes que tratam dos religiosos-Irmãos, juntamente com os incisos sobre as Religiosas clausuradas e as novas formas de vida evangélica, se encontram num capítulo intitulado *Continuidade na Obra do Espírito: Fidelidade na Novidade*.

A razão desta localização não é evidente de imediato. Não obstante, após refletir, encontro agora um significado particular no plano. O título do capítulo expressa a convicção do Santo Padre de que neste período de mudanças profundas no mundo, na Igreja e nos Institutos Religiosos, Deus continua chamando homens para serem religiosos-Irmãos. O fato de colocar seções dedicadas aos religiosos-Irmãos neste capítulo é uma prova de afirmação alentadora. Os Irmãos devem saber que a Igreja acredita em sua vocação. A segunda parte do título — *Fidelidade na Novidade* — é um apelo aos religiosos-Irmãos para que acreditem em sua vocação e que a vivam na “novidade” com fidelidade criativa.

Eu disse que os Irmãos devem saber que a Igreja acredita em sua vocação. As estatísticas apresentadas aos participantes durante o Sínodo confirmaram o que já é geralmente conhecido, que a vocação para Irmãos é a mais adversamente afetada na atual crise de vocações para a Vida Consagrada. Mas não somente os Irmãos. Há muito poucas noviças em muitos institutos de religiosas-Irmãs.

É preciso que se reconheça que os Institutos religiosos de Irmãs e de Irmãos, nos dias de hoje, necessitam de uma afirmação toda especial. Quatro de cada cinco membros de Institutos Religiosos são leigos. Os serviços apostólicos dessas mulheres e desses homens religiosos podem ser realizados, e de fato são realizados, por homens e por mulheres que não são membros de Institutos Religiosos. Esses homens e essas mu-

lheres, muitos dos quais são católicos compromissados ou engajados, estão persuadidos de que hoje não há nenhuma necessidade de entrar na vida religiosa para realizar serviços ou ministérios que “antes” somente eram executados predominantemente por mulheres e por homens religiosos.

Paralelamente ao decréscimo do número de vocações para a vida religiosa tradicional, verifica-se uma proliferação de novas formas de vida evangélica, incluindo movimentos, grupos e associações que, como o Santo Padre reconhece em *Cruzando o Limiar da Esperança*, estão tendo um impacto profundo na renovação da Igreja. No passado, tal renovação, diz, “teve lugar principalmente através das ordens religiosas”. Em *Redemptoris Missio* (2), o Papa afirma que a participação do laicato na missão evangelizadora está mudando a vida da Igreja. Uma das formas em que a vida eclesial está mudando é no número de vocações para os Institutos Religiosos.

Não é de estranhar, pois, que alguns Bispos, sacerdotes, e inclusive Religiosos e Religiosas, tenham começado a se perguntar se a vida religiosa, uma forma de vida que contribuiu de maneira significativa no passado, “ainda tem sentido nesta época”.

Julgo alentador o reconhecimento franco do Santo Padre desta preocupação, na conclusão da Exortação Apostólica (104):

“Diversos são aqueles que hoje se interrogam perplexos: Por que a Vida Consagrada? Por que abraçar esse gênero de vida, quando existem tantas urgências, no âmbito da assistência e mesmo da evangelização, às quais se pode responder igualmente sem assumir os compromissos peculiares da Vida Consagrada? Porventura não é a Vida Consagrada uma espécie de ‘desperdício’ de energias humanas que podiam ser utilizadas, segundo critérios de eficiência, para um bem maior da humanidade e da Igreja?”

Refletindo sobre esses questionamentos, o Papa diz que Deus continua chamando mulheres e homens para seguirem a Jesus Cristo como religiosos consagrados (64, 104). Aqueles que respondem afirmativamente, com fé e com amor, ao dom inestimável da vocação religiosa, encontram sentido e felicidade pessoal. Em sua experiência vivida, eles descobrem o “significado da vida consagrada”. Como diz o Papa,

“Aquilo que pode parecer aos olhos dos homens um desperdício, para a pessoa fascinada no segredo do coração pela beleza e bondade do Senhor é uma óbvia resposta de amor, é gratidão e regozijo por ter sido admitida de modo absolutamente especial ao conhecimento do Filho e na partilha da sua missão divina no mundo” (Exortação, 104).

Além disso, segundo o Santo Padre, a Igreja e a sociedade necessitam do testemunho de pessoas consagradas. Escrevendo explicitamente sobre os religiosos-Irmãos diz:

“Apesar de desempenharem muitos serviços que são comuns também aos fiéis leigos, fazem-no com a sua identidade de consagrados, exprimindo, assim, o espírito de dom total a Cristo e à Igreja, segundo o seu carisma específico” (Exortação, 60).

IRMÃOS: RELIGIOSOS CONSAGRADOS

Este breve artigo é uma reflexão sobre a vocação dos Irmãos nos “Institutos Religiosos de Irmãos”. Foi prestada a eles uma atenção particular no artigo 60, em que o Papa escreve concretamente sobre esta vocação. Deveria mencionar-se explicitamente, contudo, que, posto que os Irmãos são religiosos consagrados, quase cada página de *Vita Consecrata* os afeta. Portanto, este artigo não é nada mais que uma introdução ao tema. O que se requer agora é uma reflexão sobre a vocação dos Ir-

mãos à luz de todo o documento, começando pelas considerações profundas e desafiantes sobre a vida consagrada à luz da Santíssima Trindade, um tema que transcende a Exortação Apostólica.

Posto que muitos “Institutos Religiosos de Irmãos” estão dedicados à educação da juventude, especialmente dos pobres, e outros ao cuidado dos enfermos, os Irmãos encontrarão orientações claras nas seções dedicadas à missão das pessoas consagradas em promover a comunhão num “mundo dilacerado pelo ódio étnico ou as loucuras homicidas” (51), assim como nas seções que versam o caráter profético da Vida Consagrada; a participação do laicato na espiritualidade e na missão dos Institutos Religiosos; a inculturação; a Opção preferencial pelos pobres; a promoção da justiça, da paz e da integridade da criação; o compromisso renovado na educação em todos os níveis, a catequese, os ministérios pastorais, os meios de comunicação social; o cuidado dos enfermos; a missão *ad gentes*, do diálogo ecumênico e inter-religioso...

FIDELIDADE NA NOVIDADE

No final do Congresso sobre a Vida Consagrada, organizado há três anos pela União dos Superiores Gerais, em preparação do Sínodo, o papa João Paulo II fez um apelo aos Institutos de Vida Consagrada, para que imitassem a iniciativa e a criatividade de seus fundadores e fundadoras, e respondessem generosa e eficazmente às necessidades do momento atual. Durante as quatro semanas do Sínodo, numerosos participantes sinodais repetiram esse apelo à fidelidade criativa. O Santo Padre fez agora desse desafio da *Vita Consecrata* um lema dominante e freqüentemente repetido:

“O Espírito Santo convida os homens e as mulheres consagrados a lerem em profundidade os desígnios da Providência. Ele chama a Vida Consagrada a elaborar no-

vas respostas para os problemas novos do mundo atual. São solicitações divinas, que só almas habituadas a procurar em tudo a vontade de Deus conseguem captar fielmente e, depois, traduzi-las corajosamente em opções coerentes seja com o carisma originário, seja com as exigências da situação histórica concreta” (Exortação, 73).

CONCLUSÃO

Vita Consecrata é uma mensagem de esperança: é realista em sua descrição das limitações e problemas (13); mas é clara, afirmando e desafiando em sua articulação a identidade e missão da Vida Consagrada para o futuro da Igreja. Os Irmãos podem estar agradecidos por verem sua vocação reconhecida, estimada e necessária.

Vita Consecrata pode ajudar os religiosos-Irmãos a aprofundar ou, em alguns

casos, a recuperar seu sentido de orientação, confiança, orgulho e entusiasmo. A Exortação Apostólica pode inspirá-los a se porem novamente a caminho com visão revitalizada, com decisão e vigor, convencidos de que o Senhor está com eles enquanto se esforçam por modelar o futuro de suas famílias religiosas.

Com esta fé, plena de compromisso amoroso, os Irmãos comunicarão, não por palavras, mas com sua vida diária, que encontram sentido, energia e felicidade em viver sua consagração batismal como religiosos-Irmãos. Os jovens, que o Senhor chama para serem Irmãos, VERÃO – e não apenas lerão – a natureza e a missão desta vocação especial. Sentir-se-ão animados e ajudados a dizer SIM ao chamamento de Deus, para seguir a Cristo como religiosos-Irmãos.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. A vocação do Religioso-Irmão, segundo o autor, foi tema de particular interesse na preparação do Sínodo sobre a Vida Consagrada durante as sessões sinodais. O artigo focaliza os destaques conferidos ao tema nos vários momentos desse evento eclesial. Procure aprofundar e debater em comunidade esses destaques e o que isso significa não só para os Institutos Religiosos de Irmãos, mas para toda a Vida Consagrada.

2. O artigo menciona certo desconhecimento e até mesmo pouca valorização da vocação do Religioso-Irmão que, às vezes, se observa na comunidade eclesial. O que você e sua comunidade opinam a esse respeito? Quais seriam as causas principais dessa situação e os caminhos mais viáveis para superá-la?

O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

CARTA DOS SUPERIORES PROVINCIAIS DA COMPANHIA DE JESUS DA AMÉRICA LATINA

Prezados companheiros,

Nós, os Superiores Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina e do Caribe, atendendo ao apelo da 34ª Congregação Geral para aprofundar a nossa missão do serviço da fé e da promoção da justiça, queremos partilhar com vocês e com todos os que estão preocupados e comprometidos com a sorte do nosso povo e, em particular, dos mais pobres, algumas reflexões sobre o sistema econômico conhecido como neoliberalismo e sobre seus efeitos em nossos países. Não queremos nem podemos aceitar pacificamente que as medidas econômicas implementadas nos últimos anos em praticamente todos os países da América Latina e do Caribe sejam o único modo possível de orientar a economia, nem que o empobrecimento de milhões de latino-americanos seja o custo inevitável de um futuro desenvolvimento.

Por trás dessas medidas econômicas, subjaz uma cultura, uma concepção da pessoa humana e uma estratégia política que é preciso avaliar, tendo diante dos olhos os modelos de sociedade a que aspiramos e pelos quais trabalhamos, junto com tantos homens e mulheres, movidos pela esperança de viver e deixar para as futuras gerações uma sociedade mais humana e mais justa.

As considerações que aqui apresentamos não pretendem ser uma análise cientí-

fica de um assunto complexo, que deve ser estudado sob a perspectiva de muitas e diversas disciplinas. Trata-se apenas de reflexões, que consideramos relevantes, sobre os critérios e as conseqüências do neoliberalismo e algumas das principais características da sociedade que almejamos. Nossa principal preocupação, ao partilhar essas reflexões, é de ordem ética e religiosa. Os comportamentos econômicos e políticos a que nos referimos refletem, no âmbito público, os limites e contravalores de uma cultura fundada em uma concepção da pessoa e da sociedade humanas alheia ao ideal cristão.

A sociedade da qual fazemos parte

No limiar do século XXI, as comunicações unem-nos estreitamente, a tecnologia nos abre novas possibilidades de conhecimento e criatividade e os mercados penetram todos os espaços sociais. Em contraste com o decênio passado, a economia da maioria dos nossos países voltou a crescer.

Porém, esse crescimento, que poderia suscitar esperanças para todos, deixa multidões na pobreza, sem que tenham possibilidade de participar na construção de um destino comum; ele ameaça a identidade cultural dos nossos povos e acaba destruindo os recursos naturais. Calcula-se que hoje, na América Latina e no Caribe, há pelo menos 180 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 80 milhões sobrevivendo na miséria.

Os dinamismos econômicos que produzem esses efeitos perversos tendem a se

converter em ideologias que absolutizam determinados conceitos, como, por exemplo, o mercado. De instrumento útil e até necessário para elevar e melhorar a oferta de bens e serviços, reduzir preços, o mercado passa a ser o meio, o método e, inclusive, o fim que governa as relações entre os seres humanos.

Difunde-se em nosso continente a aplicação de medidas conhecidas como “neoliberais”. Suas principais características são:

- O crescimento econômico, e não o pleno desenvolvimento de todos os seres humanos, em harmonia com a criação, é considerado a razão de ser da economia.
- Tende-se a reduzir a intervenção do Estado, até despojá-lo de sua responsabilidade de garantir os bens básicos que todo cidadão merece, pelo simples fato de ser pessoa humana.
- Eliminam-se os programas destinados a criar oportunidades para todos e, em seu lugar, oferecem-se ajudas pontuais a grupos determinados.
- Privatizam-se as empresas estatais baseando-se no critério de que o Estado é sempre um mau administrador.
- Abrem-se, sem restrições, as fronteiras para mercadorias, capitais e fluxos financeiros, mas, ao mesmo tempo, deixa-se sem a devida proteção os produtores menores e mais fracos.
- O problema da dívida externa é ignorado ou não recebe o tratamento adequado, e seu pagamento obriga a reduzir drasticamente os investimentos sociais.
- A complexa gestão da economia nacional limita-se a tarefas de ajuste de variáveis macroeconômicas como, por exemplo, equilibrar o orçamento fiscal, reduzir a inflação e estabilizar a balança de pagamentos, como se disso dependesse todo o bem comum,

sem que haja preocupação com os novos problemas que esses ajustes criam para a população e que o Estado deveria levar em consideração.

- Supõe-se que esses ajustes produzirão um forte crescimento, elevarão os níveis de renda e, assim, acabarão resolvendo a situação dos mais necessitados.
- Para estimular os investimentos privados, eliminam-se os “obstáculos” que as leis que protegem os trabalhadores poderiam representar para esses investimentos.
- Os grupos poderosos são liberados de cargas tributárias e de obrigações relativas ao meio ambiente, e são protegidos para acelerar o processo de industrialização, provocando uma concentração ainda maior da riqueza e do poder econômico.
- A atividade política põe-se a serviço desse tipo de economia chamada “livre”. Por um lado, suprimem-se todos os obstáculos que dificultam o exercício do livre mercado. Por outro, introduzem-se controles políticos e sociais, por exemplo, para a livre contratação de mão-de-obra, para garantir a hegemonia desse mesmo mercado.

Devemos reconhecer que essas medidas de ajuste também tiveram resultados positivos inegáveis. Como apontávamos antes, os mecanismos de mercado contribuíram para aumentar a oferta de bens e serviços de melhor qualidade e preço. A inflação foi reduzida em quase todo o continente. Os governos foram liberados de tarefas que não eram da sua competência para poderem se dedicar melhor, se assim o desejarem, à promoção do bem comum. Cresceu e generalizou-se a consciência da austeridade fiscal que permite uma melhor utilização dos recursos públicos. As relações comerciais entre nossas nações se estreitaram.

Esses aspectos positivos, porém, estão longe de compensar os desequilíbrios e perturbações que o neoliberalismo provoca e que se manifestam na concentração da renda, da riqueza e da propriedade da terra; na multiplicação de massas urbanas sem trabalho ou de grupos humanos que subsistem graças a empregos instáveis e pouco produtivos; na falência de muitas pequenas e médias empresas; na destruição e deslocamento forçado de populações indígenas e rurais; na expansão do narcotráfico, particularmente em setores rurais cujos produtos tradicionais foram excluídos da concorrência do mercado; na falta de segurança alimentar; no aumento da criminalidade, provocada com frequência pela fome; na desestabilização das economias nacionais, provocada às vezes por uma especulação internacional não controlada; nos desajustes nas comunidades locais, causados por projetos de empresas multinacionais que não levam em conta os interesses dos moradores etc.

Como consequência de tudo isso, junto com um crescimento econômico moderado, aumenta em quase todos os nossos países o mal-estar social que se expressa em protestos cívicos e greves. Em algumas regiões, volta a ganhar força a luta armada, que nada resolve. Enfim, aumenta a oposição a uma forma de orientar a política econômica que, longe de proteger e promover o bem comum, aprofunda as causas tradicionais do descontentamento popular: a desigualdade, a miséria e a corrupção.

A concepção do ser humano

Por trás da racionalidade econômica que se costuma chamar de neoliberal, esconde-se toda uma concepção do ser humano que reduz, de fato, a grandeza do homem e da mulher à sua capacidade de gerar uma renda monetária; exacerba o egoísmo e a corrida para ganhar e possuir sempre mais;

leva facilmente a atentar contra a integridade da criação e, com frequência, desencadeia a cobiça, a corrupção e a violência. Quando essas tendências se generalizam nos grupos sociais, o sentido comunitário desaparece.

Deste modo, impõe-se uma ordem de valores na qual prima a liberdade individual como meio para poder atender, sem restrições, a satisfações e prazeres considerados legítimos, como a droga e o erotismo. É uma liberdade que rejeita qualquer interferência do Estado na iniciativa privada, opõe-se a programas sociais, desconhece a virtude da solidariedade e só aceita as leis do mercado.

Mediante o processo de globalização da economia, esse modo de compreender a pessoa humana penetra em nossos países, transmitindo conteúdos simbólicos de grande capacidade de sedução. Graças ao domínio sobre os meios de comunicação social, destroem-se as raízes da identidade das culturas locais, que não contam com força suficiente para comunicar sua própria mensagem.

Com frequência, os dirigentes das nossas sociedades, aliados a esses movimentos de globalização e imbuídos da necessidade de aceitar indiscriminadamente as razões do mercado, vivem como estrangeiros em seus próprios países. Deixam de dialogar com o povo que consideram não como um irmão, companheiro ou parceiro, mas simplesmente como um obstáculo e um perigo para seus interesses.

Essa concepção leva a considerar como algo normal e inevitável que, em nosso continente, nasçam e morram na miséria milhões de homens e mulheres, incapazes de gerar uma renda suficiente para garantir uma qualidade de vida mais humana. Por essa razão, os governos e as sociedades não experimentam o escândalo que deveriam causar a fome e a incerteza de

multidões sem esperança, perplexas diante dos excessos dos que usam e abusam, sem pensar nos demais, dos recursos da sociedade e da natureza.

A sociedade que almejamos

Graças a Deus, há iniciativas de transformação por parte de grupos culturais e étnicos, de movimentos sociais e de gênero, que anunciam o surgimento de um mundo novo.

Inspirados e animados por esses esforços, queremos ajudar a construir uma realidade mais próxima do Reino de justiça, solidariedade e fraternidade, anunciado por Jesus no Evangelho: uma realidade social na qual todos os homens e mulheres possam viver com dignidade.

Queremos contribuir para a construção de uma sociedade na qual toda pessoa humana, sem exceção, possa ter acesso aos bens e serviços a que tem direito, por ter sido chamada a compartilhar o caminho comum que leva a Deus. Não exigimos a sociedade do bem-estar e das satisfações materiais ilimitadas, mas sim uma sociedade justa na qual ninguém fique sem trabalho, sem conseguir os bens mais básicos necessários para se realizar como pessoa; bens como educação, alimentação, saúde, moradia e segurança.

Queremos uma sociedade em que todos e todas possam viver em família e olhar para o futuro com esperança, partilhando as riquezas da natureza e legando suas maravilhas às gerações que nos sucederão. Uma sociedade atenta às tradições culturais que deram uma identidade própria às nossas populações indígenas, aos migrantes, aos afro-americanos e aos mestiços.

Uma sociedade que seja sensível às necessidades dos fracos, dos marginalizados e de todos aqueles que sofrem os efeitos de sistemas e processos socioeconômicos que não atribuem ao ser humano a

prioridade que lhe cabe. Uma sociedade democrática, construída com a participação de todos e na qual a atividade política seja uma opção digna para aqueles que desejam se dedicar ao serviço dos interesses gerais que convêm a todos.

Estamos conscientes de que, para chegar a esse tipo de sociedade, temos de pagar um preço elevado, já que isso supõe uma mudança de atitudes, hábitos e valores. Ao mesmo tempo, constitui para nós um desafio fazer nossos os elementos positivos que a modernidade traz consigo, como o espírito de trabalho, o sentido de organização, a eficiência etc., sem os quais não podemos construir a sociedade que sonhamos.

Queremos, finalmente, contribuir para a construção de uma comunidade latino-americana entre nossos povos.

Tarefas

Temos diante de nós uma imensa tarefa que deve ser realizada em diversos campos e níveis:

- Empreender, em colaboração com muitos outros e a partir das nossas universidades, centros de estudo, pesquisa e promoção humana e social, um esforço intelectual de grandes proporções no campo das ciências sociais, da teologia e da filosofia, para compreender melhor o neoliberalismo, sua lógica e racionalidade, e para analisar seus efeitos sobre o ser humano e sobre a natureza.
- Discernir e ponderar as linhas de ação que esse estudo e análise possam sugerir, fazer as opções e tomar as decisões pertinentes.

Esse maior conhecimento e as medidas que adotemos deveriam nos levar a:

- Acompanhar a caminhada das “vítimas” desse sistema e processo, mediante comunidades de solidariedade, nas quais se possam proteger os

direitos dos excluídos e empreender com eles, em diálogo com os setores que controlam as decisões, a construção de sociedades que, sem excluir ninguém, integrem de fato, em sua vida e atividades, o maior número possível de pessoas.

- Fortalecer as tradições culturais e espirituais dos nossos povos para que possam se situar, a partir de sua própria identidade, no espaço das relações globais, sem prejuízo da sua riqueza simbólica e do seu espírito comunitário.
- Incorporar no trabalho educativo, que realizamos em colaboração com tantos outros, a ordem de valores hoje necessária para formar pessoas capazes de preservar o primado do ser humano no mundo em que vivemos.
- Dar a nossos alunos a preparação de que precisam para poder compreender essa realidade e contribuir para sua transformação.
- Resistir, de modo particular, aos apelos da sociedade de consumo e da sua ideologia que propugna uma felicidade baseada na aquisição ilimitada de bens e satisfações puramente materiais.
- Partilhar com outros os resultados da análise sobre o neoliberalismo, enfatizando os valores que devem ser preservados e promovidos e as possíveis alternativas.
- Propor soluções viáveis em todos os níveis, mas particularmente onde se tomam decisões de natureza global e macroeconômica.

Esforçar-nos-emos para fortalecer o valor da gratuidade em um mundo no qual tudo tem um preço; para estimular o sentido de uma vida sóbria e de uma beleza simples; para fomentar o silêncio interior e a busca dos bens do espírito; para dar novo vigor à liberdade responsável que

implique a prática da solidariedade, no contexto de uma espiritualidade inaciana, comprometida com a transformação profunda do coração humano.

Para dar credibilidade ao nosso compromisso, mostrar solidariedade com os excluídos do nosso continente, tornar evidente nossa distância do consumismo, procuraremos não apenas a austeridade pessoal, mas também nos esforçaremos para que nossas obras e instituições evitem todo tipo de ostentação e empreguem meios condizentes com nossa pobreza religiosa. Em particular, nas suas políticas de investimentos e consumo, nossas instituições não deveriam apoiar empresas que abertamente violam os direitos humanos e não respeitam a ecologia. Queremos reafirmar, deste modo, a opção radical de fé que nos levou a responder ao chamado de Deus, no seguimento de Jesus Cristo, pobre e humilde, para sermos mais livres e eficazes na busca da justiça.

Junto com muitos outros, buscaremos comunidades, tanto em nível nacional como latino-americano, verdadeiramente solidárias, nas quais a ciência, a tecnologia e o mercado estejam a serviço de todas as pessoas dos nossos povos; uma sociedade na qual o compromisso com os pobres manifeste que o trabalho a favor do pleno desenvolvimento de todos, sem exclusão, constitui nossa modesta, mas séria contribuição para a maior glória de Deus na história e na criação.

Esperamos que essas reflexões possam animar os esforços para melhorar nosso serviço aos povos latino-americanos. Pedimos a Nossa Senhora de Guadalupe, Padroeira da América Latina, que abençoe nossos povos e interceda para que Deus nos conceda graça abundante para realizar nossa missão.

Cidade do México, 14 de novembro de 1996
Ferdinand Azevedo (Brasil Setentrional);

Carlos Cardó (Peru); José Adán Cuadra (América Central); Benjamín González Buelta (República Dominicana); Juan Díaz Martínez (Chile); Mariano García Díaz (Paraguai); Ignacio García-Mata (Argentina); José Adolfo González (Colômbia); Mario López Barrio (México); Jorge Machín (Cuba); Allan Mendoza (Equador); Emílio M. Moreira (Bahia); Fernando Picó (Porto Rico); Armando Raffo (Uruguai); Marcos Recolons (Bolívia); João Claudio Rhoden (Brasil Meridional); Francisco Ivern (Brasil Centro-Leste); Arturo Sosa A. (Venezuela).

DOCUMENTO DE TRABALHO

Pistas para uma reflexão

1. Este documento que acompanha a carta dos Superiores Provinciais da América Latina sobre o neoliberalismo pode ajudar no estudo, discernimento e busca em comum de linhas de ação. Não pretende ser uma análise científica de um problema que é por demais complexo. Propõe simplesmente alguns elementos para o diálogo sobre esse tema que vem sendo estudado por muitos, sob diversos ângulos. É um convite para se chegar a uma análise mais abrangente e a um modo de agir em comum, como companheiros jesuítas, e também com os leigos e colegas, homens e mulheres, com os quais estamos unidos na causa da justiça.

2. O texto apresenta os elementos conceituais do neoliberalismo e da concepção do ser humano nele implicada. Mostra em seguida alguns efeitos do neoliberalismo sobre a vida dos pobres e o bem comum. Conclui sugerindo algumas linhas de estudo e ação.

Partindo de nossa perspectiva

3. Como jesuítas, seguidores de Jesus Cristo pobre, não somos nem melhores nem piores que o povo latino-americano e seus dirigentes. Sentimo-nos, sim, chamados a contribuir com a Igreja, para que Deus possa se manifestar no coração dos homens e mulheres, nas culturas e no processo de desenvolvimento desses povos.

4. O discernimento espiritual apostólico faz-nos perceber os sinais reveladores de Deus quando o ser humano se sente plenamente realizado, e sua negação quando a pessoa é injustamente excluída pelos demais. Essa percepção também nos leva a observar que, quando as pessoas permitem que Deus nelas se manifeste, surgem nas comunidades o amor misericordioso, a solidariedade, o perdão, a justiça e a liberdade.

5. Vemos sob esta perspectiva, nos últimos anos, o desenrolar dos acontecimentos de nossos povos. Constatamos que, na década de 80, o processo de ajuste, estabelecido para reorganizar a economia, cobrir o déficit fiscal e a balança de pagamentos, pagar a dívida externa e retomar o crescimento, atingiu profundamente a maioria da população de todos os nossos países.

6. A seguir, nos anos 90, ao consolidar-se o ajuste e o arrocho, esperava-se que os tempos difíceis tivessem passado. Observamos, porém, que não foi assim, apesar de ter havido, de fato, um crescimento econômico moderado. Nas camadas populares e pobres há um sentimento bastante generalizado da perda da qualidade de vida e aparecem, em todas as partes, evidências contundentes da deterioração na distribuição da renda. Aumentam os protestos populares e, em alguns lugares, volta a aparecer, com força, a luta armada como saída para uma mudança radical da situação. A desigualdade, a miséria e a

P
I
C
U
S
O
R
I
O

corrupção, três grandes motivos do descontentamento geral, encontram-se presentes e, sob alguns aspectos, agravaram-se.

7. Calcula-se que, atualmente, 180 milhões de nossos irmãos e irmãs vivem na pobreza e 80 milhões na miséria. Sabemos, é verdade, que esse problema tem raízes em uma longa história de modelos de crescimento econômico desigual e de desenvolvimento excludente, que ao lado de grupos muito ricos e de uma classe média emergente, foram deixando multidões imensas sem condições próprias de uma vida humana digna. Vemos ainda que, nos últimos anos, esta situação se fundamenta numa forma particular de fazer economia, chamada neoliberalismo, que penetra a política e invade toda a vida social.

Abordagem conceitual do neoliberalismo

8. O neoliberalismo, tal qual entendido e praticado na América Latina, é uma concepção radical do capitalismo que tende a absolutizar o mercado, até convertê-lo em meio, em método e fim de todo comportamento humano inteligente e racional. Segundo essa concepção, ficam subordinados ao mercado a vida das pessoas, o comportamento da sociedade e a política dos governos. O mercado absolutista não aceita nenhuma forma de regulamentação. É livre, sem restrições financeiras, trabalhistas, tecnológicas ou administrativas.

9. Esse modo de pensar e agir tende a converter em totalitarismo ideológico a teoria de alguns dos economistas mais brilhantes do capitalismo moderno, que criaram o pensamento neoclássico. Tais pensadores jamais pretenderam reduzir o comportamento do homem e da sociedade aos elementos que são postos em destaque, para explicar uma parte das relações e da complexa vida das pessoas e comunidades.

10. Por conseguinte, ao falar do neoliberalismo, não nos referimos a uma economia

que conhece, sem absolutizar, a importância do mercado de bens e serviços. Nem significa ser contra a utilização eficiente dos recursos de que dispõe a sociedade e, muito menos, cortar a liberdade individual, nem apoiar o socialismo do Estado.

11. Fazer oposição ao neoliberalismo significa, antes de tudo, afirmar que não existem instituições absolutas, capazes de explicar ou conduzir a história humana em toda a sua complexidade. O homem e a mulher são irreduzíveis ao mercado, ao Estado ou a qualquer outro poder ou instituição que pretenda impor-se como totalitária. Significa proteger a liberdade humana, afirmando que o único absoluto é Deus e que seu mandamento de amor se expressa socialmente na justiça e solidariedade. Significa, finalmente, denunciar as ideologias totalitárias, pois elas, quando conseguiram se impor, só apresentaram como resultado injustiça, exclusão e violência.

O conceito de ser humano subjacente ao neoliberalismo

12. A Congregação Geral 34 convidamos a considerar que *"a injustiça estrutural do mundo está enraizada no sistema de valores promovido por uma poderosa cultura moderna de impacto mundial"* (CG 34, d. 4, n. 24). Esse impacto chega a nossos países por meio da tecnologia e dos sistemas financeiros internacionais. Trata-se de um impacto cultural que, ao radicalizar-se pelo neoliberalismo, tende a valorizar o ser humano unicamente pela sua capacidade de gerar rendas e obter êxito no mercado. Esse conceito reducionista penetra as mentes dos dirigentes de nossos países, passa pelo comportamento da classe média e chega até os últimos redutos das comunidades populares, indígenas e camponesas, acabando com a solidariedade e liberando a violência.

13. Encontramo-nos, assim, diante de um sistema de valores que toca a profun-

é n c i a

didade do coração humano e envolve a vida social e institucional da América Latina, impondo suas mensagens convincentes.

14. A absolutização do mercado pretende impor-se também com conotações religiosas. Quando se diz que o mercado “*é correto e justo*”, ele se converte em legitimador moral de atividades questionáveis. É o mercado que passa a definir o sentido da vida e da realização humana.

15. Esse sistema de valores propaga-se por símbolos ambíguos com grande capacidade de sedução. Graças ao domínio dos meios de comunicação de massa, ele afeta facilmente as tradições locais que, por não estarem preparadas para um diálogo mutuamente enriquecedor, nem contar com suficiente poder para transmitir com liberdade suas próprias mensagens, vêm-se incapazes de preservar a própria identidade.

16. Não deixamos de lado os elementos positivos da mobilização internacional que as transformações tecnológicas têm alcançado, permitindo a redução de doenças, maior facilidade de comunicação, aumento do tempo disponível para o lazer e a vida interior, mais conforto na vida doméstica. No entanto, não podemos deixar de ver a forma como esses processos diminuem o homem e a mulher, particularmente quando radicalizam a concepção neoliberal e, querendo ou não, provocam a corrida para possuir e consumir, exacerbam o individualismo e a concorrência, induzem o esquecimento da comunidade e produzem a destruição da integridade da criação.

As políticas neoliberais

17. O neoliberalismo manifesta-se em políticas de ajuste e arrocho que se aplicam de diversos modos nos países latino-americanos. Essas políticas põem o crescimento econômico — e não o pleno desenvolvimento dos homens e mulheres em harmonia com a criação — como a razão

de ser da economia. Restringem a intervenção do Estado até despojá-lo da responsabilidade de garantir o mínimo de bens que todo cidadão merece por ser pessoa. Eliminam os programas de oferta de oportunidades para todos, substituindo-os por apoios ocasionais a grupos determinados. Privatizam empresas com o critério de que a administração privada é definitivamente melhor para todos. Abrem, sem restrições, as fronteiras para o comércio, capitais e fluxos financeiros, deixando sem suficiente proteção os pequenos produtores. Contornam a complexidade do problema da dívida externa sem levar em conta que, ao pagá-la, obriga-se a cortar drasticamente o investimento social. Reduzem a gestão do dinheiro público ao acerto de variáveis macroeconômicas, tais como o orçamento fiscal equilibrado, a redução da inflação e a estabilidade da balança de pagamentos, pretendendo, com isso, assegurar o bem comum a longo prazo, sem tomar o cuidado de atender aos novos problemas da população provocados por tais ajustes e que, simultaneamente, devem ser atendidos pelo Estado. Insistem em que esses acertos produzirão um crescimento que, tornando-se volumoso, elevará correlativamente os níveis de renda e resolverá, como por tabela, a situação dos menos favorecidos. Para promover o investimento privado, eliminam os “obstáculos” que as legislações que protegem os trabalhadores poderiam lhes causar. Liberam os grupos poderosos dos encargos tributários e das obrigações com o meio ambiente, e protegem-nos para acelerar o processo de industrialização, provocando assim uma concentração cada vez maior da riqueza e do poder econômico.

18. Essas medidas de ajuste têm dado inegáveis resultados: os mecanismos de mercado têm contribuído para elevar a oferta de bens de maior qualidade e preço; reduziu-se a inflação em todo o continente; os governos foram liberados de tarefas que não lhes competiam, para poderem

dedicar-se mais, se quiserem, ao bem comum; generalizou-se uma consciência de austeridade fiscal que leva a utilizar-se melhor dos recursos públicos; estreitaram-se as relações comerciais entre as nações.

19. Contudo, estes elementos positivos são insuficientes para compensar os imensos desequilíbrios e perturbações que o neoliberalismo causa em termos da multiplicação de massas urbanas sem trabalho ou de grupos humanos que subsistem em empregos instáveis e pouco produtivos; as falências de milhares de pequenas e médias empresas; a expansão do narcotráfico, principalmente nos setores rurais cujos produtos tradicionais ficam fora da concorrência; a perda da garantia de abastecimento; o aumento da criminalidade, muitas vezes causada pela fome; a desestabilização da economia nacional como consequência do influxo da livre especulação internacional; os desajustes nas comunidades locais devido a projetos de multinacionais que prescindem da população.

A pobreza estrutural que o neoliberalismo aprofunda

20. O neoliberalismo insere-se na cultura moderna e, mesmo que necessariamente não o pretenda, produz efeitos estruturais que geram maior pobreza, mesmo que em nossos países ela exista há muito tempo como resultado de muitos outros fatores e situações, anteriores ao auge neoliberal. Os fatores que o neoliberalismo reforça são, entre outros, a desigualdade, a injustiça na distribuição da renda e da riqueza, a precariedade do capital social e a desigualdade ou exclusão nas relações de intercâmbio.

A má distribuição da riqueza e da renda

21. A desigualdade econômica e social impede que quase metade dos habitantes

da América Latina e do Caribe alcance as condições materiais necessárias para viver com dignidade e exercer efetivamente seus direitos.

22. O neoliberalismo, ao opor-se à intervenção redistributiva do Estado, perpetua a desigualdade socioeconômica tradicional e até a aumenta. O neoliberalismo estabelece o critério de que somente o mercado possui a virtude de alocar eficientemente os recursos e fixar, aos diversos agentes sociais, os níveis de renda. Ficam de lado os esforços para alcançar a justiça social, mediante uma estrutura progressiva de impostos e uma administração da despesa pública que privilegie os menos favorecidos, assim como as tentativas de conseguir a democratização da propriedade acionária ou a reforma agrária integral.

A precariedade do capital social

23. Entende-se por capital social o acumulado da riqueza humana, natural, de infra-estrutura e de instituições que uma sociedade possui. Capital social são, portanto, a cultura, o conhecimento, a educação, os recursos naturais, as estradas e comunicações que um país oferece à sua população. Esse capital se consolida paulatinamente graças a investimentos particulares e estatais que elevam as potencialidades e a criatividade de todos os homens e mulheres. O capital social fundamenta-se, sobretudo, na participação da sociedade civil e do Estado na expansão das oportunidades.

24. Ao olhar o capital social de nossos países, descobre-se que a oferta educativa é escassa e de baixa qualidade para mais da metade das populações da América Latina e do Caribe. Os investimentos científicos e tecnológicos são muito reduzidos na grande maioria dos orçamentos. As condições de saúde são péssimas. Há um imenso vazio de infra-estrutura de estradas para as regiões de economia rural e tam-

bém para a maioria das moradias pobres, urbanas ou rurais. Avança a destruição da riqueza natural e, ao se pôr em marcha os processos de descentralização administrativa em todos os países, fica patente a grande fragilidade das instituições locais, particularmente nas regiões pobres.

25. Pode-se dizer que os pobres na América Latina experimentaram sempre o vazio do capital social, mas essa falta se agrava com as políticas neoliberais, com a retração do Estado em favor da iniciativa privada, com a redução do gasto público, com o abandono do apoio ao patrimônio natural e cultural e às organizações populares.

O mercado sem controle social

26. O mercado, como expressão histórica da necessidade dos seres humanos de se apoiarem uns aos outros para poder dar possibilidades de realização presente e futura, não é, em si, nem bom nem mau, nem capitalista nem socialista. Ele se apresenta para todos como uma relação que deve ser controlada com liberdade, solidariedade e habilidade, se pretende uma convivência cordial entre todos. Como todo tipo de relação, o mercado pode também ser usado perversamente para destruir pessoas e povos. Mas o fato de poder haver essa perversão não deveria levar-nos a esquecer o patrimônio de conhecimento e de cultura que, ao redor do mercado, a humanidade forjou em sua história. O desafio não consiste em destruir a relação de intercâmbio, mas em colocá-la a serviço da realização do ser humano em harmonia com a criação; colocá-la em condições de igualdade de oportunidades básicas para todas as pessoas e dignificá-la, livrando-a das forças de dominação e exploração que chegaram a adulterá-la na forma de produção generalizada no Ocidente (*Sollicitudo rei socialis*, 28).

27. Com a entrada do neoliberalismo, acentuaram-se na sociedade os desajustes

produzidos pela atuação do mercado quando não está sob o controle da sociedade civil e do Estado¹. Com efeito, ao descuidar-se da produção do capital social, o mercado fica a serviço dos mais preparados, dos que possuem infra-estrutura e põem as instituições a seu serviço e daqueles que concentram a informação. Livre da necessária regulamentação trabalhista e financeira, o mercado transfere facilmente o montante produzido para núcleos de acumulação nacional e internacional. Em muitos casos, não se incorpora o povo na produção do valor agregado. Processos como a "maquila" (isto é, zonas francas de produtos de exportação usando apenas mão-de-obra local), ou a economia informal, impedem o povo de participar da riqueza que gera. De fato, não se verificou um processo de incorporação crescente dos setores populares e da classe média nas relações econômicas, nem se favoreceu sua capacidade de reter o valor acumulado por elas, a fim de superar a pobreza.

28. O mercado de trabalho é um elemento central na integração da economia mundial. Na atual concorrência neoliberal, os investimentos buscam mão-de-obra barata para internacionalizar-se. Caem assim os custos de produção, prejudicando os trabalhadores latino-americanos, que são mal pagos, e os trabalhadores do Norte, que ficam desempregados porque as fábricas

1. Por causa destes mercados, 20% dos habitantes do planeta têm 82% da renda mundial, enquanto 60% dos habitantes têm apenas 5,6% dessa renda. As desigualdades e restrições dos mercados internacionais, e a condição de sócios desiguais, custam aos países em desenvolvimento aproximadamente US\$ 500 bilhões anuais, cifra que é dez vezes maior do que o que recebem como ajuda externa. No mercado financeiro, os 20% mais pobres da população mundial participam apenas de 0,2% dos empréstimos internacionais dos bancos comerciais. O Norte, com cerca da quarta parte da população mundial, consome 70% da energia mundial, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% dos alimentos (Informe Desenvolvimento Humano, PNUD).

mudam-se para o Sul. Por outro lado, impede-se sistematicamente o acesso de trabalhadores dos países pobres aos países mais ricos.

29. Os chamados capitais "andorinha", em um mercado financeiro sem restrições, "migram" sem outro propósito que o de aproveitar-se das vantagens dos sistemas bancários e monetários, podendo desestabilizar completamente qualquer país e produzir efeitos devastadores mesmo sobre as economias mais fortes da América Latina.

30. Os efeitos do mercado sem controle social são particularmente graves no setor rural, onde se sente duramente o golpe do archo que tirou da produção milhões de camponeses e onde a falta de capital social é muito mais profunda.

31. Como conseqüência, vendo a questão em seu conjunto, descobre-se que as políticas neoliberais aprofundam os problemas estruturais que estão na base da pobreza: a distribuição da riqueza, o capital social e as distorções sociais que o mercado gera enquanto atua sem controle social.

O neoliberalismo e a crise social geral

32. É importante refletir sobre as relações entre o neoliberalismo e a crise geral de nossas sociedades porque percebemos que, ao lado da persistência da pobreza e do crescimento das desigualdades, ganham força velhos problemas de nossas sociedades que emergem de raízes pré-modernas e modernas. Estamos sendo perigosamente empurrados por uma cultura que radicaliza a ambição de possuir, acumular e consumir e substitui a realização das pessoas em comunidades participativas e solidárias pelo êxito individual no mercado.

33. Com efeito, percebe-se em todo o continente uma ruptura geral das sociedades, devida a múltiplas e diversas causas, e que se manifesta na instabilidade das famílias, nas várias e crescentes formas de

violência, discriminação contra a mulher, destruição do meio ambiente, manipulação dos indivíduos pelos meios de comunicação, perseguição dos camponeses e comunidades indígenas, crescimento de cidades inóspitas, perda da legitimidade dos partidos políticos, corrupção dos dirigentes, privatização do Estado por grupos de poder econômico, perda da governabilidade do aparato estatal, penetração de produtos alienantes de consumo, como a droga e a pornografia, complexidade dos processos de secularização e de buscas espirituais que prescindem do compromisso comunitário e da prática da solidariedade.

34. O neoliberalismo exacerba toda essa crise ao levar ao desaparecimento do bem comum como objetivo central da política e da economia. O bem comum é substituído pela busca de equilíbrio entre as forças de mercado. Contrariamente ao pensamento social da Igreja, que considera que o Estado deve intervir quando o bem comum o requer, o neoliberalismo propõe abertamente que o melhor é ter menos Estado, apenas enquanto é requerido para o bom funcionamento macroeconômico e para impulsionar os negócios privados.

35. Nesse contexto, desaparece como horizonte a preocupação pela qualidade de vida geral da população de hoje e de amanhã, que antes se expressou nos chamados Estados de bem-estar. Desaparecendo o objetivo do bem de todos, desaparece o sentido do "lar comum" ou espaço público.

36. Por isso, não se considera necessário cuidar da família como núcleo e célula do bem comum porque este já não é importante. A mulher passa a ser simplesmente força de trabalho mais barata. A natureza converte-se em uma fonte de enriquecimento rápido das gerações presentes e o camponês em um cidadão ineficiente que tem de emigrar.

37. Em tal horizonte, onde o público tende a desaparecer, os partidos políticos

a
i
a
b
c
d
e
f
g
h
i
j
k
l
m
n
o
p
q
r
s
t
u
v
w
x
y
z

como proposta de construção da sociedade e da nação perdem a razão de ser. A competência política e administrativa reduz-se a demonstrar que o candidato ou o presidente é o mais capacitado para criar as condições exigidas pelo jogo aberto e livre do mercado. Uns e outros ficam subordinados a programas de ajuste e abertura, impostos pelas próprias condições internacionais do mercado.

38. Não é de estranhar que, neste contexto, onde a comunidade é irrelevante e inútil o bem comum, cresce a violência, a produção e o consumo da droga disparam e reforçam-se os elementos mais contrários à realização humana contidos na cultura atual, enquanto se deixam de lado os aportes mais valiosos de modernidade e da pós-modernidade.

Tarefas que devemos realizar

39. Diante dessa realidade, contrária à obra do Criador, uma exigência da fé, para que Deus possa ser Deus entre nós, consiste em resistir às dinâmicas que destroem nossos irmãos e irmãs e em trabalhar com muitos outros na mudança da atual situação, seguros de que assim estaremos contribuindo para a construção de uma sociedade mais próxima do Reino de solidariedade e fraternidade anunciado por Jesus no Evangelho.

40. Não importa o preço que tenhamos de pagar por essa determinação. Não temos alternativa. Nossa lealdade ao Senhor Jesus é que está em jogo. Para o estabelecimento das condições de possibilidade da convivência fraterna, mártires jesuítas entregaram sua vida em diversos pontos da América Latina.

41. Nossa aspiração é contribuir para a construção de uma sociedade em que todas as pessoas, sem exclusão, possam levar os bens e serviços que merecem por terem sido chamadas a partilhar este cami-

nho comum ao Pai. Uma sociedade justa, na qual ninguém fique excluído; uma sociedade sensível aos fracos, aos marginalizados, aos que sofreram os impactos dos processos socioeconômicos que não colocam o ser humano em primeiro lugar. Uma sociedade democrática, construída participativamente, eqüitativa nas relações de gênero. Uma sociedade em que se possa viver em família e seja possível olhar o futuro com esperança, partilhar a natureza e legar suas maravilhas às gerações que nos sucederão. Uma sociedade atenta às tradições culturais que conferiram identidade própria a nossos povos.

O estudo sobre o neoliberalismo

42. A primeira tarefa que nos cabe é entender a fundo o neoliberalismo e suas dinâmicas sociais concomitantes, para chegar a descobrir sua racionalidade e pressupostos éticos.

43. Por isso, propomos empreender um processo de reflexão e de ação coordenada para recolher as contribuições conceituais e as experiências das diversas Províncias, sistematizá-las e colocá-las a serviço de uma ação de maior fruto, para um bem mais universal, dentro da iniciativa social da Companhia.

44. Começaremos este processo fazendo, com toda a seriedade, em nossas comunidades e obras, questionamentos pertinentes: O que é o neoliberalismo e como vamos conhecê-lo em profundidade? Quais as suas raízes antropológicas, filosóficas, econômicas e históricas? Qual a ética implícita em suas posições e o que a teologia tem a dizer sobre isso? Como nossa espiritualidade inaciana deve posicionar-se diante do neoliberalismo? Como discernir seus efeitos nas pessoas, nas instituições e nas comunidades? Como chegar ao coração dessa cultura mediante o diálogo com a modernidade, a globalização e a tecnologia? Como preparar jesuítas, e particular-

mente jovens, para praticar o discernimento dessa realidade? Como colaborar com muitos outros em nossas obras, nas instituições da sociedade civil, nas igrejas e movimentos religiosos e com os governos, para sermos eficazes onde se define o sentido dos homens e mulheres de nosso continente? Como dialogar com os que tomam decisões técnicas e políticas que produzem efeitos devastadores sobre os pobres? Como educar nossos alunos para que sejam capazes de trabalhar na construção de um mundo diferente? Como enfrentar a obsessão do consumo nos meios de comunicação e resgatar o humanismo, a estética, a fruição gratuita da natureza, a riqueza do espírito e a satisfação no exercício da solidariedade?

45. Essa tarefa de pesquisa interdisciplinar teremos de realizar junto com os leigos e com outros cristãos e não-cristãos, em uma rede apostólica que envolva nossas universidades e centros de pesquisa e ação social e muitas outras instituições comprometidas internacionalmente na causa da justiça e da vida (CG 34, d. 3, n. 23).

46. O conhecimento das dimensões antropológicas que subsistem sob a corrente neoliberal, e suas conseqüências, deve ser parte da cultura de todo jesuíta. Por isso, torna-se particularmente importante para todos a formação em ciências sociais, economia, política e ética pública, a fim de poder assumir com clareza os desafios que a situação apresenta para o presente e o futuro.

47. O progresso no conhecimento dessas realidades complexas deverá levar-nos ao discernimento inaciano, aos Exercícios, ao acompanhamento espiritual e à proclamação das exigências do Espírito.

48. Precisamos fomentar nos alunos de nossos colégios e universidades a compreensão dessa situação e difundi-la pedagogicamente pelos meios de comunicação.

Superar a exclusão (CG 34, d. 3, n. 15)

49. Abre-se diante de nós uma tarefa pedagógica imensa: em um contexto no qual desaparece o horizonte do bem comum e cada um busca seu próprio proveito no mercado, aprofunda-se a exclusão social. Devemos nos esforçar para que nossa contribuição à educação, tanto nas modalidades formais como informais, oriente-se para a transformação das instituições, empresas e projetos excludentes, para a superação de políticas que geram exclusão e para a conversão de homens e mulheres que atuam como agentes de exclusão, muitas vezes sem ter consciência disso. Devemos começar por examinar-nos a nós mesmos, por rever nossas preferências e observar os grupos que freqüentamos, pois também fazemos parte da dinâmica de exclusão. Devemos, finalmente, propiciar mudanças nos próprios excluídos, pois eles mesmos permitem, muitas vezes, a persistência dos desequilíbrios da sociedade nacional e internacional que criamos.

50. O desafio consiste em começar pelos que têm sido deixados de fora, para, a partir daí, ao lado dos pobres, e caminhando com eles, propor em favor de todos a mais inclusiva ou abrangente das sociedades possíveis e viáveis. Por isso, essa tarefa exige uma transformação estrutural de nossas sociedades, que vai além da resistência aos elementos perturbadores do neoliberalismo. Não se trata de incluir os excluídos nos sistemas que funcionam com aparelhos geradores de exclusão. Trata-se de um trabalho paulatino e paciente que tende a criar a sociedade solidária que ainda não existe.

Superação da cultura da pobreza

51. Com a expressão "cultura da pobreza" não se alude à cultura dos pobres. A expressão refere-se à maneira como a sociedade, representada em seus quadros dirigentes, em suas instituições sociais, políticas e

religiosas, tanto no âmbito nacional como no continental, acostumou-se a encarar a pobreza como algo normal e, ainda que haja os meios para superar essa situação, não há interesse em transformá-la.

52. Pode dizer-se que a cultura da pobreza existe há décadas na América Latina, mas, com a propagação do neoliberalismo em todos nossos países, essa maneira de ver e sentir as coisas encontra uma justificação perversa. De fato, para o neoliberalismo a existência de milhões de pobres e miseráveis na América Latina não produz nenhum escândalo. Essas pessoas nada têm a reclamar, porque nada valem no mercado. Além disso, a economia não visa tirá-los da pobreza, mas produzir mais, vender mais, ganhar mais.

Busca de alternativas

53. Uma das responsabilidades mais urgentes consiste em passar da análise crítica às propostas. Temos de apresentar alternativas viáveis para um desenvolvimento humano e sustentável, orientado para o bem comum, que assegure a realização de todos os nossos irmãos e irmãs, presentes e futuros, em harmonia com a natureza.

Eis, em termos gerais, alguns dos temas que poderiam ser estudados:

54. *Bens que todos merecem*

Devemos, antes de tudo, estar atentos e procurar que o Estado e a sociedade assegurem a todas as pessoas os bens que merecem enquanto pessoas, filhos e filhas de Deus: bens que se devem assegurar a todos por constituir direitos cidadãos básicos, independentemente de se as famílias são capazes ou não de comprá-los no mercado. São eles: saúde, educação, segurança, família, habitação. São, realmente, bens públicos. Não buscamos a sociedade de bem-estar dedicada a satisfazer as demandas insaciáveis de cidadãos consumidores. Queremos uma sociedade justa, em que

cada pessoa tenha o essencial para poder viver com dignidade.

55. *Recursos naturais*

O desenvolvimento sustentável exige segurança ambiental e equidade entre os homens e mulheres atuais e os que virão no futuro. É indispensável apresentar alternativas para que a economia dê aos recursos naturais um tratamento distinto do que é atualmente imposto pelo neoliberalismo, que não leva em conta os custos e benefícios ecológicos e sociais a longo prazo. Temos a grande responsabilidade de encontrar caminhos novos que assegurem a qualidade de vida de todos, dentro de padrões de consumo e extração diferentes dos países do Norte e das elites ricas de nossas sociedades, que destroem o meio ambiente e apropriam-se dos bens da terra, a ponto de, sendo 20% da população do planeta, consumirem 80% de seus recursos.

56. *Equidade de gênero*

Nos últimos anos, com a diminuição do ingresso dos assalariados e o aumento do desemprego, as famílias têm sido frequentemente obrigadas a resvalar, com vários de seus membros, para a economia informal. Nas condições do mercado de trabalho informal, a mulher de classe média e dos setores populares vê-se obrigada a três jornadas diárias de trabalho: trabalha para contribuir para a renda familiar, leva o peso do trabalho doméstico e cria os filhos. A mulher é usada, além disso, como objeto de publicidade e artigo de comércio. Nesse contexto, vale recordar as reflexões da Congregação Geral 34, que nos falam de uma "discriminação sistemática contra a mulher" e propõem-nos contribuir com esta tarefa que é "um ponto central numa missão que pretenda atualmente integrar fé e justiça" (CG 34, d. 14, n. 1 e 3).

57. Na atual situação latino-americana, adquire pleno sentido a expressão da Congregação Geral: "há uma feminização da

U
N
I
V
E
R
S
I
D
A
D
E
D
E
P
O
L
I
T
I
C
A

pobreza" e um "rosto feminino da opressão". É indispensável escutar aqui o chamado que nos é feito a alinhar-nos em solidariedade com a mulher, em especial escutando-a, ensinando explicitamente a igualdade essencial entre a mulher e o homem, apoiando os movimentos de libertação que se opõem à exploração da mulher, tornando-a presente nas atividades da Companhia.

58. Política rural

A abertura neoliberal causou estragos entre os camponeses de todo o continente. Os pequenos e médios agricultores representam a maioria dos produtores agrícolas de quase todos os nossos países. Empreender um processo distinto leva a propiciar seriamente um conjunto complexo de medidas que implica, entre outras coisas: a participação dos camponeses nos processos de modernização das estruturas produtivas; a pesquisa sobre seus sistemas peculiares; o acesso às novas tecnologias e à assistência técnica; a vinculação ao mercado nacional e internacional, sem deixar o autoconsumo; o cuidado das condições e necessidades típicas dos diversos produtos e localidades; o crédito agropecuário; a posse da terra, sua distribuição e titulação; a desconcentração dos canais de distribuição e informação sobre mercados; o crédito; a provisão de estradas, de energia rural e serviços públicos de saúde e educação. Tudo isso marcado por um horizonte de agricultura sustentável e com segurança alimentar.

59. Política industrial

No marco econômico neoliberal, o motor do desenvolvimento é a indústria de exportação. Contudo, ainda que tenha crescido, ela não é o motor do resto da economia porque não está vinculada suficientemente aos demais setores e depende altamente das importações. É preciso encontrar caminhos para uma produção manufa-

tureira e agroindustrial diversificada, que apóie a média e pequena empresas e não somente a grande, que satisfaça as exigências básicas da população, fortaleça o acervo tecnológico da sociedade, promova a equidade e o crescimento sustentável.

60. Política trabalhista

As dinâmicas econômicas vigentes tendem a competir internacionalmente baixando os custos trabalhistas e pagando maus salários. É necessário impulsionar estratégias justas que levem a uma inserção competitiva nos mercados, baseada na qualificação das pessoas e na expansão de sua criatividade, e na mudança da concepção de empresa como uma verdadeira comunidade de trabalho (*Centesimus annus*, 32). Finalmente, é preciso situá-la num horizonte de superação do desemprego e subemprego (*Sollicitudo rei socialis*, 18).

61. Dívida externa

O papa João Paulo II convida-nos, no espírito do livro do Levítico, a fazer do Jubileu do ano 2000 um tempo oportuno para pensar "numa consistente redução, senão mesmo no perdão total da dívida internacional" (*Tertio millenio adveniente*, 51). Não se pode perder de vista que a dívida externa constitui séria limitação para o potencial de desenvolvimento equitativo e sustentável do México ao Chile. Não podemos passar ao largo do tema da justiça internacional, que golpeia a vida cotidiana das maiorias populares e preocupa profundamente a Igreja. Daí a necessidade de apresentar propostas bem fundamentadas para que a sociedade e os governos da América Latina e do Caribe possam levar a cabo uma negociação, graças à qual se perdoe uma porção importante da dívida, particularmente a que se originou pelo abrupto aumento das taxas de juros, e para que a parte da dívida que não pode ser perdoada seja examinada e canalizada, de modo que seu pagamento não prejudique

o investimento social. Mesmo assim, é indispensável ajudar a formular alternativas para que nossos povos enfrentem unidos esse problema comum, apoiados em pesquisa de conjunto e com uma consciência generalizada das dimensões e repercussões que o problema assumiu na vida diária dos pobres.

62. Com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional

O desafio é fazer avançar o diálogo e o estudo de propostas rigorosas iniciados com nossos companheiros jesuítas de todo o continente, a partir da iniciativa do Center of Concern, de Washington.

63. Perante a economia norte-americana, deveríamos fomentar o diálogo com o sistema financeiro, as instituições e empresas multinacionais, porque suas decisões são as que mais afetam a América Latina. Em nossas universidades e centros sociais, devem-se rever, com especial cuidado, as condutas do setor financeiro privado. Esse setor mobiliza bilhões de dólares que concentram o crédito nos países ricos e produzem efeitos desestabilizadores nas principais economias latino-americanas.

Superar a crise da sociedade

64. Como já dissemos, a crise de nossas sociedades é potenciada pelo neoliberalismo, ainda que historicamente tenha muitas causas. Por essa razão, não podemos deixar de tocar em aspectos fundamentais do bem comum quando tratamos de apresentar alternativas à economia política neoliberal.

65. Construção da sociedade civil

"A Igreja, de cuja missão participamos, não existe para si mesma, mas para a humanidade" (CG 34, d. 2, n. 3). Afirmado suas raízes cristãs e respeitando a autonomia das realidades terrestres, nossas comunidades de solidariedade devem pôr-se a serviço da coletividade cidadã para a

construção do espaço público. Esta urgência torna-se tanto maior quanto mais forte é em nossos países o silêncio e a perda da responsabilidade com respeito à solidariedade e ao bem comum (CG 34, d. 4, n. 23).

66. Revigoração da vocação política

Para superar a crise de governabilidade, dignificar o serviço público e submeter a política econômica dos mercados ao controle social que proteja o bem comum, é fundamental formar homens e mulheres com vocação política, para que se entreguem com eficácia à construção de Estados nos quais seja assegurada a dignidade de todos e atendidas as necessidades dos pobres.

67. Transformação do Estado

Devemos contribuir para um estudo interdisciplinar que clarifique a função do Estado como agente importante de um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável e equitativo, que considere o ser humano como o centro e, assim, apresente alternativas ao conceito neoliberal que pede a redução do Estado ao mínimo. Os bem-sucedidos exemplos de desenvolvimento atualmente alcançados mostram uma ação estatal efetiva e eficiente, que prioriza objetivos e gastos, impõe restrições e reparte perdas, assumindo, ao mesmo tempo, um papel importante na gestão de projetos estratégicos e na provisão adequada dos bens que todos merecem.

68. Elaboração de uma ética pública

Considerando que o neoliberalismo subordina o comportamento moral ao mercado, e produz efeitos destrutivos para a comunidade, devemos contribuir, por força do seguimento do Senhor Jesus, que é, em última instância, nossa lei moral, para o estabelecimento de uma ética pública ou civil. Enquanto simples cidadãos, unidos aos demais, crentes ou não-crentes, sentimo-nos responsáveis por estabelecer os

valores morais que hão de guiar as decisões sobre o futuro de uma realidade em profunda transformação, valores sem os quais nossas sociedades não podem sobreviver nem assegurar a realização de todos. O esforço que realizamos com muitos homens e mulheres de boa vontade definem-nos como pedagogos da vida, da busca da verdade e da justiça, da defesa dos direitos humanos, da luta contra a corrupção, do fomento da paz e da proteção da integridade da criação.

69. Mas essa tarefa ética assume, para nós jesuítas, uma dimensão mais profunda, ou seja: buscar estratégias apostólicas para que nosso diálogo sobre as políticas do sistema econômico leve à sensibilidade evangélica até o fundo da experiência cultural. É aí onde encontramos ou recusamos Deus, construímos ou destruimos o sentido do ser humano e da natureza, caminhamos ou impomos obstáculos ao Reino. É nesse nível de discernimento profundo que devemos nos situar com lucidez, conhecimento e liberdade, se queremos colaborar verdadeiramente com os outros na construção de relações sociais novas que manifestem transparência, justiça e solidariedade.

70. De modo particular, é indispensável que, com uma atitude inaciana de busca do bem mais universal, cheguemos a tocar a consciência dos dirigentes que tomam as decisões econômicas e financeiras, para que suas determinações técnicas tendam, efetivamente, à transformação da cultura da pobreza e da morte em uma cultura de vida partilhada.

Uma perspectiva latino-americana

71. Ao fazer estas reflexões, é importante olhar a totalidade da América Latina e do Caribe. Este território, de raízes culturais e espirituais comuns, tem sido considerado um mosaico de nações com destinos diversos. Não é mais possível olhar assim as coisas daqui para a frente.

72. Ainda não sabemos o que significa exatamente a unidade latino-americana. Mas o processo acelerado que conduz até ela é vigoroso e irreversível.

73. É muito difícil avançar nesta direção se se perde a dimensão internacional (CG 34, d. 3, n. 7). Daí a importância de aprofundar o diálogo e as tarefas comuns entre os companheiros jesuítas, entre jesuítas e leigos com os quais trabalhamos e entre nossas instituições, de diversos países.

74. Visão como esta há de levar-nos a uma solidariedade continental: uma solidariedade lúcida, que nos permita dialogar com nossos companheiros da América do Norte para empreender estudos e pesquisas comuns, dos quais podem surgir alternativas aos problemas como os das empresas multinacionais que competem à base de salários baixos em nossos países e prejudicam os trabalhadores de ambas as partes do continente. Precisamos unir-nos quando a miséria impulsiona a migração dos latinos para os Estados Unidos e Canadá; quando o Norte vende armas a nossos países, fomentando violências fratricidas e a guerra se torna uma razão a mais de deslocamentos para outras fronteiras; quando os recursos dos fundos de pensão dos trabalhadores dos Estados Unidos são investidos nos mercados financeiros voláteis da América Latina; quando também nos Estados Unidos e Canadá diminui a solidariedade social e cresce a pobreza; quando o freio à expansão da cocaína e da heroína só é possível pelo trabalho simultâneo para diminuir a demanda do Norte e a oferta do Sul.

75. Os problemas têm conotações diferentes e interesses distintos em uma e outra parte do continente. Chegou o momento de os jesuítas latino-americanos, unidos, virem a partilhar com nossos irmãos jesuítas do Norte e assumir juntos, em toda a sua complexidade, buscas comuns para o bem da comunidade humana do continente a cujo serviço estamos na Igreja.



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
janeiro/fevereiro de 1997

Dois pequenos acontecimentos, de novembro e dezembro de 1996, que dizem respeito direto a Você, assinante, e a quem escreve, e que muito me alegraram. A alegria compartilha da natureza daqueles bens superiores que, se divididos, só tendem a aumentar e crescer.

O primeiro acontecimento foi seu pronto e habitual atendimento ao convite para renovar sua assinatura de *Convergência*. Nesta sua resposta, positiva e imediata, vejo uma feliz coincidência de ponteiros no mostrador das idéias e dos valores que a revista veicula. A Vida Religiosa transformou-se e se transforma numa velocidade que ameaça imobilizar muita gente no passado. *Convergência* quer ser um apelo a pensar para frente e para o alto. A eficácia de nossa presença e ação se condiciona, não raro, à vitalidade de nossas idéias. Se é verdade que a reflexão não é alternativa final em si mesma, constitui-se, no entanto, em prelúdio de toda ação racional e intervenção criativa na realidade. **O poder passa a ser, cada vez mais, uma variante do saber.** Ninguém se torna melhor porque sabe, conhece, tem idéias, raciocina bem. A virtude não está na cabeça, apenas, a ponto de identificar: sábio, virtuoso; ignorante, pecador. Mas um saber crítico amadurece a consciência e ajuda na transformação da pessoa e das estruturas. Pobreza de conteúdos culturais pode denunciar uma conseqüente pobreza da práxis resultante deles. O descompromisso com as idéias pode levar à superficialidade que esvazia e deforma nossa identidade.

A leitura de *Convergência* acaba criando elevado grau de intimidade com os fatos que envolvem a Vida Religiosa, habilitando cada um a se tornar observador e analista dos mesmos. Pela leitura, a atitude meramente linear cede lugar à consciência crítica. Descobre-se, então, que se erra e se desvia da rota, ou por omissão, ou por excesso de otimismo ingênuo, ou por simples amorismo. A coragem de corrigir erros, de rever equacionamentos inadequados, de se impor coerência acaba prevalecendo. Ler *Convergência* faz parte do delicado compromisso que liga a Vida Religiosa ao seu futuro. Ler e captar as ressonâncias.

O segundo acontecimento foi o rápido e imprevisto esgotamento da primeira edição do livro *PARA FAZER BEM O RETIRO-4. A CELEBRAÇÃO DE ABERTURA*. Em menos de 60 dias, a procura consumiu inteiramente a edição.

Diante dos modernos instrumentos de comunicação de massa, mais os recursos da revolução tecnológica: informática, robótica, cibernética e as facilidades da teleinformática e o apoio dos satélites, um saber ágil que chega a graus inimagináveis, **alguém poderia imaginar que o LIVRO estaria sendo suplantado.** A televisão convencional, a TV a cabo, o cinema, o rádio, o vídeo (fone, texto...), o telefax, o telefone celular, o *personal computer* e todos os modernos recursos jornalísticos de captação da verdade cotidiana e tudo o mais que a telemática oferece seriam naturalmente conflitantes com o texto escrito por exigirem velocidade maior no processo de percepção cognitiva. As novas tecnologias da informação oferecem, de fato, grandes avanços para nossas vidas. Um computador com adequado *software* se transforma em algo inimaginável para gravar e transmitir códigos e símbolos de representação do conhecimento humano. A tecnologia eletrônica continua tendo impacto profundo em nossa maneira de trabalhar, divertir, pensar e sentir. **O futuro da ESCRITA e da leitura passa pela informática** e sofre transformações radicais com o seu desenvolvimento. A revolução digital está em plena ebulição.

Mas a palavra ESCRITA continua revigorada pela nova tecnologia. Precisa ocupar ou voltar a ocupar a posição central em nossas vidas. Não deixar a leitura perder a sua função. O livro sugere muito mais do que está escrito. Requer pausa reflexiva para o leitor seguir suas próprias navegações. Sem o livro não seríamos o que somos. Ele inspira soluções, abre caminhos, guarda a memória das conquistas. Não marginalizar, pois, o processo da leitura. LIVRO: tecnologia que não enguiça. Instrumento de saber imprescindível. Uma leitura crítica tem de ser prática habitual do(a) religioso(a). A dispensa da leitura é amorismo que transmite a idéia de critérios fluidos, presunção e ingenuidade.

Por esses dois acontecimentos, saboreados como dádiva do alto, e que, por isso, iluminaram os olhos do coração, bendito seja Deus, por mim e por você. Ele, porque é bom, nos dê a bênção da saúde do corpo e a bênção da saúde da alma: o perdão, a graça, a posse do Espírito Santo, fonte de toda energia espiritual. Com afeto e estima fraterna, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável/Convergência